

«OUVI DIZER POPULAR?»

O USO DA HISTÓRIA ORAL NOS ESTUDOS
SOBRE AS CLASSES POPULARES EM PORTUGAL

UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO

TÍTULO

«Ouvi Dizer Popular?»

O Uso da História Oral nos Estudos
sobre as Classes Populares em Portugal

Contribuições elaboradas a partir das
"Jornadas de História Oral",
organizadas pela Universidade Popular do Porto,
no dia 17 de Setembro de 2011

AUTORES

Bruno Monteiro

Inês Brasão

Maria Inês Coelho

Sílvia Correia

Sónia Ferreira

ORGANIZADORES

Bruno Monteiro

Sílvia Correia

DESIGN GRÁFICO

Catarina Azevedo

catarina.azzevedo@gmail.com

ISBN

978-989-98170-0-5

FORMATO

155 X 240 mm

1ª EDIÇÃO

Janeiro 2013

UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO

R. Rua da Boavista, 736

4050-105 Porto

Tel.: +351 226098641

Fax: +351 226004335

geral@upp.pt

<http://www.upp.pt/>

Esta publicação não se destina à circulação comercial e não tem, além disso, nenhum fim lucrativo. Os textos que nela estão reunidos são resultado directo de actividades organizadas e realizadas pela Universidade Popular do Porto. Os autores, titulares do direitos desta obra, publicam-na nos termos da licença Creative Commons «Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha» nos mesmos termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).

«OUVI DIZER POPULAR?»»

O USO DA HISTÓRIA ORAL NOS ESTUDOS
SOBRE AS CLASSES POPULARES EM PORTUGAL

COORDENAÇÃO
BRUNO MONTEIRO E SÍLVIA CORREIA

UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO

INTRODUÇÃO

7

CRISTINA NOGUEIRA

**PRÁTICAS DE FORMAÇÃO NA CLANDESTINIDADE:
UM EXEMPLO DA UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM BIOGRÁFICA**

16

MARIA INÊS COELHO

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E EXPERIÊNCIA:
ALGUMAS NOTAS DE REFLEXÃO SOBRE
AS NARRATIVAS DE GUERRA.**

31

SÍLVIA CORREIA

**PARA UMA HISTÓRIA DO VIVIDO
– AS COMISSÕES DE TRABALHADORES
AO(S) OLHO(S) DA INTERSINDICAL**

43

SÓNIA FERREIRA

**PORQUE AS DEVEMOS ESCUTAR?
AS VOZES FEMININAS ENQUANTO FONTE ORAL**

55

INÊS BRASÃO

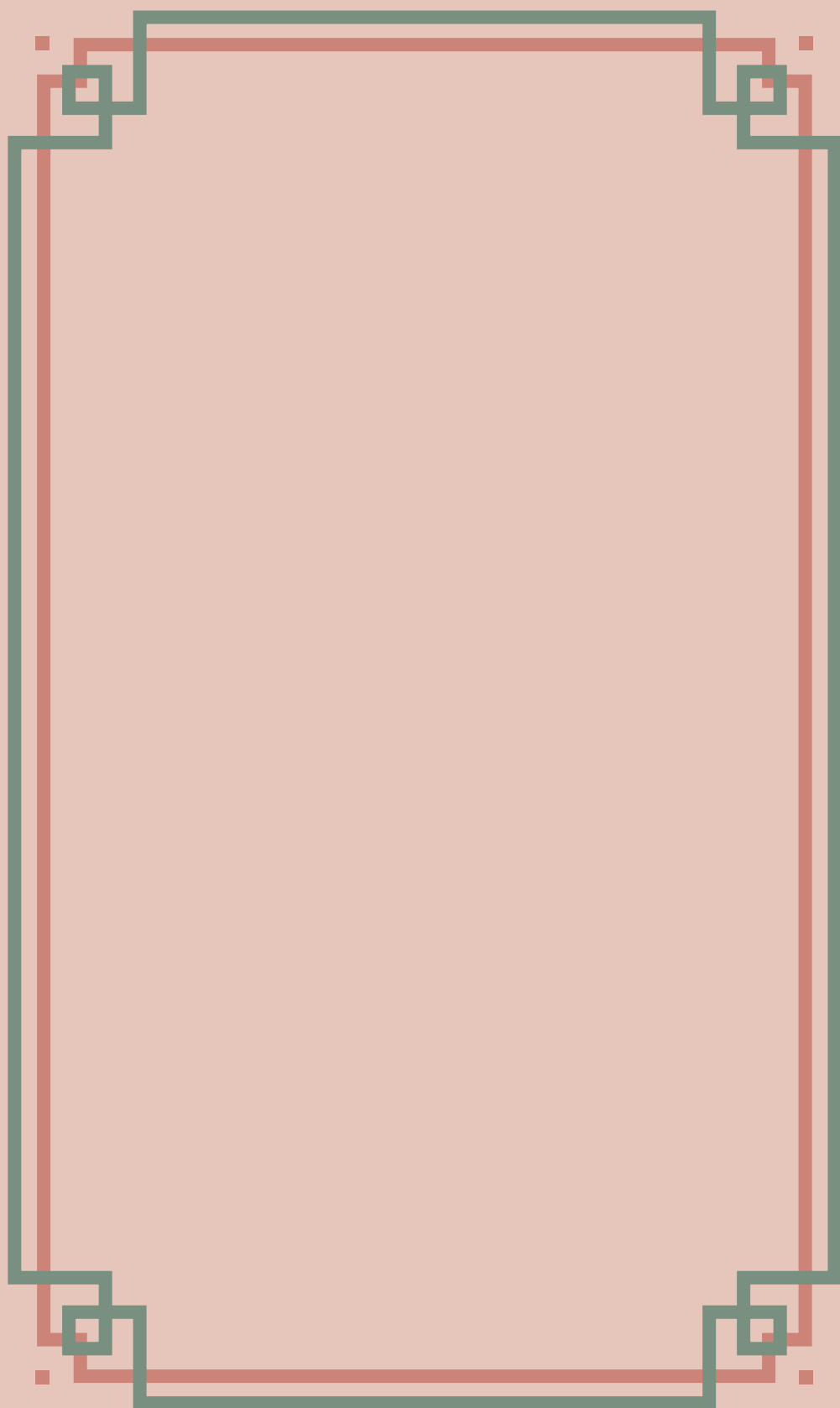
**NARRATIVAS DE CRIADAS DE SERVIR
E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA**

65

BRUNO MONTEIRO

**LUGARES DITOS.
O USO DA HISTÓRIA ORAL
PARA O ESTUDO DOS ESPAÇOS CONTEMPORÂNEOS
DE SOCIALIZAÇÃO DO OPERARIADO PORTUENSE
EM MEADOS DE NOVECENTOS.**

81



INTRODUÇÃO

Quando a *Universidade Popular do Porto* propõe a um grupo de investigadores nacionais que, durante a *Jornada de História Oral* a 17 de Setembro de 2011, ponham em comum os resultados dos seus trabalho com história oral, cumpriam-se precisamente dez anos desde que, com o apoio da *Porto - Capital Europeia da Cultura 2001*, o *Centro de Documentação e Informação do Movimento Operário e Popular do Porto* desenvolvera o projecto de história oral “Memórias do Trabalho: Testemunhos do Porto Laboral no Século XX”. Destinado a recolher, tratar e conservar os testemunhos orais de trabalhadores portuenses, com destaque para os que estiveram, a certa altura da vida, ligados a uma forma de participação associativa, sindical ou partidária, foi ele que permitiu a criação de um grupo de trabalho que tem ininterruptamente prosseguido, actualizando-o e alargando-o, o programa de acção inicial. De todos os investigadores convidados esperava-se que estivessem disponíveis para participar de uma sessão de trabalho onde seriam deliberadamente ignoradas todas as partições académicas, desde logo as mais convencionais que separam as disciplinas científicas, criando um espaço de inquirição colectivo que, por si só, aproximava linguistas, arquivistas, sociólogos, historiadores, antropólogos, matemáticos ou educadores forçando-os a participarem solidariamente numa discussão que, conduzida certamente com as perspectivas que são próprias aos seus domínios específicos, encontra nessa *colaboração* (literalmente trabalho em conjunto) um importante meio de superação das respectivas parcialidades, lacunas e pontos cegos. Longe de ser uma convocatória desinteressada, precisamente nisto residia o interesse particular que a Universidade Popular do Porto atribuía a esta mobilização dos trabalhadores científicos: incitar a um exercício aplicado de criação do *intelectual colectivo*, sintoma dos mais peculiares da ciência moderna. Que este encontro tenha tido lugar numa instituição académica, a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, que cumpre agradecer novamente pela solicitude com que acolheu tal pedido, torna ainda mais saliente a premência de uma

reciprocidade intelectual que se quer ignorante das separações nítidas causadas por definições exclusivamente “oficiais” e “formais”.

Agora, a publicação desta obra em formato electrónico vem juntar os textos que resultaram dos contributos trazidos pelo grosso dos investigadores ali presentes, permitindo, sem infelizmente poder devolver palpavelmente as impressões vívidas das perguntas e respostas, conversas, e comentários que puderam ser então feitos, enfim, as sensações instantâneas trazidas pela própria *oralidade*, trazer os produtos sempre provisórios de investigações recentes ou em curso na história, na sociologia ou na antropologia para um âmbito alargado de leitores, tocando de passagem numa série de tópicos cruciais da pesquisa em história oral.

A partir de uma secção da *Jornada de História Oral*, sugestivamente titulada “Histórias de Violência. Estado, Política e Guerra”, na qual foram escalpelizadas as memórias que foram retidas do contacto das classes populares com os dispositivos de coerção material e ideológica do Estado Novo, contacto esse que, mais ou menos duradouro, mais ou menos enérgico, podia manifestar-se numa ampla variedade de comportamentos, sentimentos e pensamentos que passavam, em contínuo, da apatia e conivência à resistência e contestação.

Nesta publicação, o texto de Cristina Nogueira versa sobre a natureza do processo de aquisição e inculcação de uma personalidade específica aos funcionários clandestinos do Partido Comunista Português, o que obriga a reconhecer que existe uma relação de mútua implicação entre os contextos de formação da clandestinidade e os trajectos biográficos destes militantes comunistas. Depois de cartografar os pontos de resistência epistemológica que são encontrados durante a situação de entrevista, situação social a todos os títulos excepcional, Cristina Nogueira, que é, em particular, sensível aos efeitos de distorção e empatia que podem ser criados em virtude das assimetrias entre entrevistado e entrevistador em termos de atributos sociais, culturais e políticos, expõe os percursos singulares de militantes, que encontram, contudo, com a militância comunista, uma instância de regularização (ou comunalização) de uma pluralidade de individualidades. O *denominador comum* que representa a militância partidária e, em particular, a condição de clandestino comunista, contribui para superar as idiossincrasias pessoais – a idade, as origens sociais e geográficas, as qualificações escolares e culturais, a participação associativa, o contacto doméstico com a política, as carreiras

profissionais, e por aí fora, – que podiam comprometer a partilha de uma identidade comum; o *processo de formação*, que actua geralmente, exceptuando-se as ocasiões de doutrinação explícita que também existiram, por via das implicações necessárias de “assumir” ou “desempenhar” “responsabilidades” ou “tarefas”, ou então pela participação continuada nas actividades do “aparelho”, equivale, precisamente, a uma conscrição comunista mais do que unicamente ideológica, *identitária* em todas as acepções do tempo.

Inês Coelho traz-nos uma análise das narrativas de guerra dos soldados portugueses mobilizados para as campanhas militares do Ultramar, que, por sua vez, se encontra alinhavada segundo os três eixos teórico-metodológicos contidos numa *sociologia da experiência de guerra*. O primeiro, o eixo da construção da personalidade, conjunto lato de traços pessoais que são duravelmente assimilados e, porém, continuamente negociados e reconvertidos por via do movimento pelo qual são cosidos, ou intersectados, o trajecto biográfico e o plano histórico mais amplo; depois, o eixo dos mecanismos de memória, que actuam decisivamente enquanto instrumentos de legitimação, ou reivindicação, ou repressão, de uma certa visão do passado; por último, o eixo da experiência de guerra, as camadas que foram depositadas pelo contacto vivido com a guerra propriamente dita, os continuados exercícios de sobrevivência que significaram uma actuação prática nos cenários de guerra e que, gravando-se epidermicamente, recuperam, posteriormente reanimadas, a carga emocional com que foram inicialmente investidas, sem, contudo, deixarem de ser amalgamadas (e recompostas) juntamente com tudo aquilo que o tempo biográfico entretanto percorrido trouxe. A autora conduz ainda para o centro de escrutínio do texto, o significado das operações de reflexividade epistemológica sobre os instrumentos e as técnicas de pesquisa que são utilizadas em história oral, designadamente a narrativa biográfica, a qual exige que sejam atempadamente consciencializadas as implicações trazidas pela adopção de uma metodologia que, é sabido, é tudo menos inócua e inconsequente e que, por isso, apenas tolera ser equiparada a um instrumento pronto-a-usar quando são ignorados os *custos epistemológicos* trazidos por uma aplicação metodológica gratuita, fortuita ou convencional. Desde logo, as narrativas biográficas correspondem a um *estilo de apresentação de si mesmo* que, socialmente distinto e distintivo, está subjacente ao discurso destes soldados, podendo, portanto, ser submetido, por si só, a uma investigação

sociológica que capte as *variações* dos princípios de enunciação utilizados para criar uma auto-imagem. Em particular, são especialmente pertinentes os cortes, as montagens e os acréscimos elaborados, primeiro, pela lógica colectiva de compatibilização, e, inclusive, valorização, das memórias pessoais que estão em acção nos colectivos mais ou menos estáveis que procuram fixar, ou mesmo monumentalizar, a veracidade e a autenticidade de um certo projecto de passado; depois, as ilusões de retroacção que surgem de ver o passado de acordo com os esquemas de classificação do presente. De outro lado, é crucial perceber que as narrativas são mais do que a exposição de uma memória pré-fabricada, latente e aguardando apenas ser servida já pronta, elas, pelo contrário, suportam modalidades diferenciadas de gestão dos silêncios e das expressões. Substantivamente, as narrativas repartem-se gradualmente entre os pólos positivo e negativo da memória da guerra. Resgatada como memória tolerável e até exemplar, a atribuição de uma conotação positiva ao passado supõe a concretização de uma selecção, usualmente dirigida por modalidades de gestão do passado elaboradas a partir de colectivos associativos, que isola os elementos positivos que supostamente contribuíram para tornar a guerra um período de redenção, podendo acontecer que a guerra pareça, quando vista retrospectivamente, ter-se intrometido para acelerar ou acentuar uma progressão ascendente da trajetória individual ou familiar ulterior. Quando as memórias de guerra, pelo contrário, resistem inclusive a ser enunciadas, reprimidas por entre os estratos do mutismo expressivo, é porque, negativamente investida, ela tende a ser sonogada, desactivada, tendo em vista a preservação da integridade pessoal do antigo soldado.

Um segundo conjunto de comunicações tratou as “Memórias do Trabalho e dos Conflitos Sociais”, tendo sido transposto para esta obra o texto de Sílvia Correia, que resgata, sob o consenso de uma opinião institucionalizada, a pluralidade de pontos de vista individuais que os dirigentes sindicais da Intersindical asseguravam sobre as comissões de trabalhadores durante o período revolucionário. Sílvia Correia demonstra que a *tomada de posição* com que se encerra um processo de apuramento entre versões concorrentes, esconde todos os jogos de poder que precederam e acompanharam a obtenção dessa fórmula consensual, a exposição pública do registo oficial fazendo, voluntária ou involuntariamente, esquecer a multiplicidade de discursos existentes originalmente e a contradição, cumplicidade ou

competição existentes entre eles. Locais que condensavam as tensões sociais e políticas do período pós-revolucionário, as comissões de trabalhadores, que eram elas próprias, ao mesmo tempo, *protagonistas* de iniciativas políticas, tornaram-se, em particular quando esteve em disputa a pretensão ao monopólio da prerrogativa política e legal de representação colectiva dos trabalhadores (e.g. o controlo de tecnologias de apelo e negociação como a “contratação colectiva” ou a “convocação de greves”), um objecto de apreciações díspares para os dirigentes sindicais ligados à Intersindical, que provocavam julgamentos especialmente sensíveis ao grau de integração e ao nível de responsabilidades que tinham.

Agrupando agora os textos de Sónia Ferreira, Inês Brasão e Bruno Monteiro, a terceira secção da *Jornada de História Oral*, justamente denominada “Os Sentidos da Experiência Quotidiana”, visava expor trabalhos de pesquisa que utilizaram o registo de oralidade para prospectarem por entre a existência prosaica das classes laboriosas. No quadro de um estudo de caso de uma comunidade operária, o texto de Sónia Ferreira incide sobre as estratégias de resistência que as mulheres punham em acção durante as décadas de 30 e 40 do século passado, deparando-se com os problemas provocados tanto pela perecibilidade dos reservatórios de memórias (i.e. os corpos das operárias), quanto pela interiorização pelas próprias mulheres da subalternização da condição social das mulheres, que contribui, em consequência do papel secundário que lhes é superimposto, para um efeito de auto-negligência e auto-censura nos relatos destas mulheres sobre o seu próprio comportamento político, tão mais acentuados quanto lidamos com mulheres que pertencem a um operariado que é socialmente dominado, que, para além do mais, era obrigado, durante o período do Estado Novo, a adoptar reportórios de contestação dissimulados e ocultos. Preocupada em interrogar as relações quotidianas de poder ali onde elas são continuamente engendradas, os contextos de sociabilidade e socialização mais comuns da existência operária, tais como as fábricas, os grupos de colegas, as famílias, o que a leva a continuar a investigação da resistência ao Estado Novo para lá dos limiares do *espaço público* e dos *momentos de excepção*, tópicos habituais em certa historiografia, Sónia Ferreira inquiriu esse limbo da acção contestatária compreendido entre a espectacularidade revolucionária e o ramerrame diário, do qual raramente restam pistas entre os registos oficiais. Quanto aos momentos de paroxismo

contestatário, como são as revoltas colectivas ou as greves, é atribuído à participação feminina uma natureza dupla em que a imagem positiva dos comportamentos de mulheres exaltadas ou comprometidas com os protestos é contraposta, por vezes pelos mesmos testemunhos, aos juízos moralistas que lhes prescrevem um estatuto de menoridade política e, quando muito, lhes atribuem uma legitimidade política circunscrita a questões relacionadas com a família, a protecção do lar e a subsistência. Por entre as virtualidades de uma aproximação ao vivido por intermédio da história oral, acolhe-se, sustenta esta autora, a oportunidade para escapar ao uso de categorias e hierarquias que vigoram numa história da resistência ao Estado Novo exclusivamente apoiada em registos formais, ou que são, inclusive, extraídas directamente do vocabulário político em uso em instituições públicas ou partidárias com pretensões a uma gestão particular do passado.

Se a história oral tem servido para mostrar como que as *contracenas* nos palcos da memória oficial ou elitista (idealizada, pontualmente, como expedição cultural (e política) pelos territórios ignotos e exóticos das classes populares), enquanto parte e parcela de um empreendimento científico mais vasto que constatou a importância da oralidade como forma de registo da memória colectiva não só num passado supostamente arcaico, ela, para Inês Brasão, constituiu uma oportunidade para construir a história da condição servil doméstico durante as décadas de 1940 a 1970. Por um lado, por ter recorrido a lentes analíticas com graduações ou escalas dissemelhantes, lendo em complementaridade as transformações estruturais da esfera social do trabalho e os aspectos microscópicos das existências individuais destas mulheres (e trabalhadoras), por outro lado, por ter usado a oralidade juntamente com outras técnicas de pesquisa, a saber, a interpretação de recursos documentais particulares, que propunham a representação social da condição servil a partir do ponto de vista patronal, e as incursões etnográficas que retrocediam pelo itinerário da província para a capital usualmente percorrido por estas mulheres, ocasião para encontrar nessas localidades um termo de comparação para medir a mudança da sociedade portuguesa registada pelas trajectórias individuais das criadas. O texto de Inês Brasão começa por mostrar que é possível constatar a ambiguidade e o equívoco dos olhares cruzados entre dominados e dominantes, nos quais alternam a raiva e a compaixão, a humilhação e a graça, a exploração e a

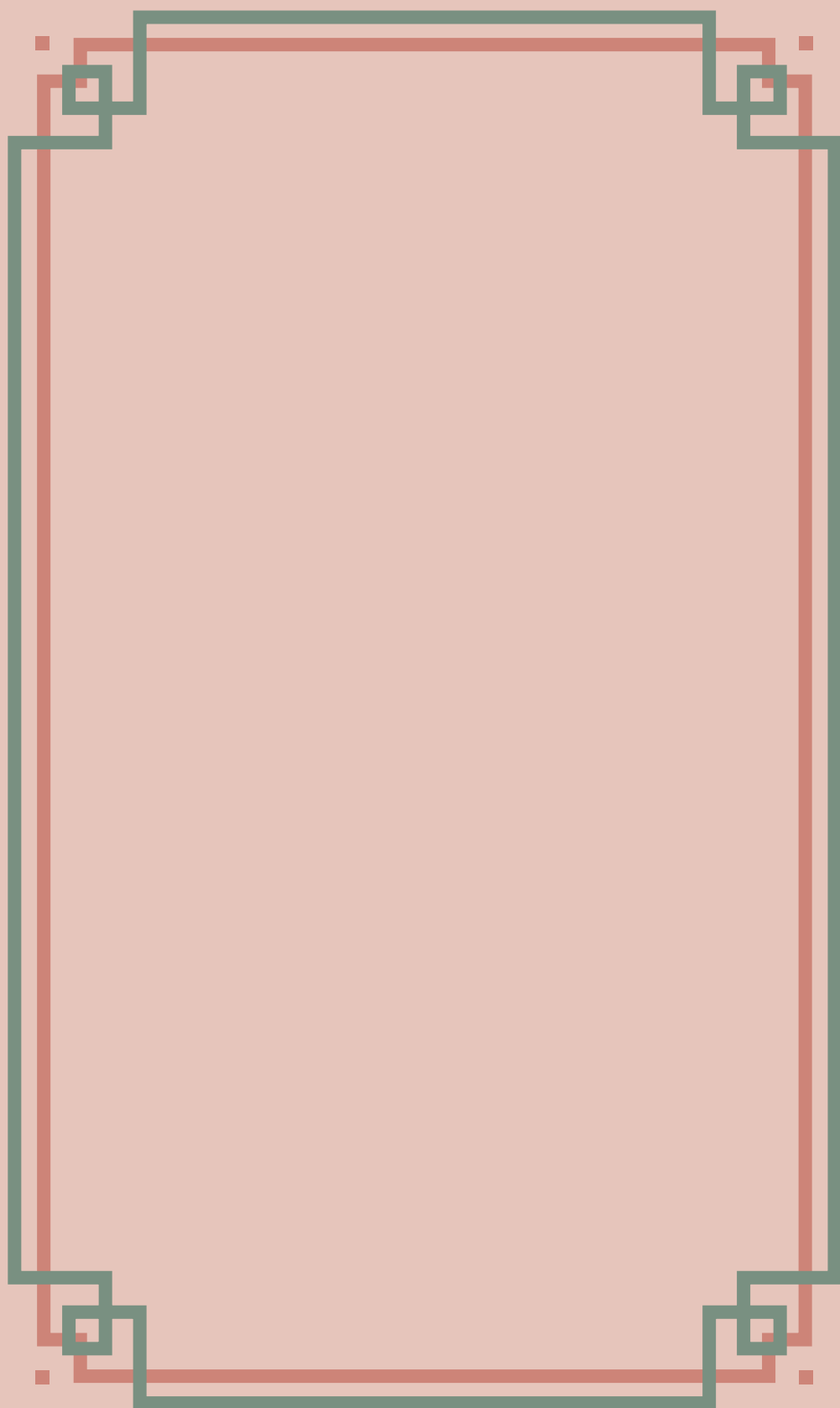
condescendência, como expressão do carácter semovente das relações de poder, elásticas e mutáveis, sem ter, com isso, que negar a objectividade das estruturas assimétricas de repartição dos interesses, bens e privilégios. Isso poderá acontecer com a condição expressa de ser adoptado uma técnica de exposição dos próprios relatos que garanta que é, para um objecto, episódio ou sujeito singularizado pelo investigador, recriada a integridade sensorial e intelectual do testemunho elaborado pela criada a esse respeito, quer dizer, que uma certa cena ou caso, eventualmente em toda a sua incoerência e incompletude, são apresentados tal como são gerados pelo próprio inquirido. Em vez de menorizar o estudo da oralidade por comparação com a análise dos registos escritos, aparentemente favorecidos por suportarem a aparelhagem de interpretação e crítica sistemáticas dos texto, usando, por exemplo, a história oral apenas para conseguir uma transcrição, editando-a a modos de um texto para publicação, espécie de auto-biografia ditada ou por procuração, é impedirmo-nos de recorrer a uma sócio-análise da dupla anotação que pode ser obtida a partir dos registos orais. Por um lado, é possível reter as repetições, as incisões, as hesitações ou as pausas do discurso, integrando-as sob a óptica da investigação em vez de simplesmente as recusar como excrescências, como sucederia quando procurássemos construir um texto de acordo com as normas gramaticais e sintácticas prevaletentes. Por outro lado, é possível, para adiantar a expressão precisa utilizada por Inês Brasão, seguir o rasto da subalternidade pela memória corporal, neste caso sintomas e sinais de um *ethos* servil. Investigar sociologicamente todos os aspectos do entrevistado exalados como gestos, emoções ou posturas podem servir para perscrutar pelos níveis de significação que estão ocultos ou vedados à verbalização. escusado será acrescentar que tal exige que possam ser reintegradas para a análise as próprias condições sociais de produção da análise, em particular da situação de entrevista. Antes de concluir o seu texto, Inês Brasão vem mencionar, detalhadamente, o surgimento de uma relação com o espaço doméstico socialmente específica das criadas. Num local – a casa burguesa – onde é salientada a tensão entre proximidade física e distância social, as actividades quotidianas das criadas implicam o reconhecimento dos limites convenientes e interditos e a aprendizagem de uma hierarquia de comodidade, modos de dominação que por estarem materialmente inscritos se apresentam com todas as aparências

da naturalidade, ocultando quaisquer intenções de controlo por parte dos padrões. No entanto, são recolhidas relatos sobre as táticas de evitamento e indisciplina usadas para atrasar os ritmos e a duração do trabalho, para preservar o corpo próprio, para assegurar um tratamento pessoal digno e respeitável, ou para assegurar um domínio reservado.

Da autoria de Bruno Monteiro, o último texto incluído nesta colecção usa os registos orais para reconstruir, em primeiro lugar, a constelação contemporânea dos lugares de socialização do operariado portuense em pleno Estado Novo. São estes locais, que traçam o perímetro do território de ancoragem das sociabilidades operárias, que, sendo geograficamente dispersos e separados, contribuem, contudo, em simultâneo para conferir uma comum viscosidade ao feixe de trajectórias singulares destes operários portuenses durante o período de tempo recordado. Em segundo lugar, o autor avança uma proposta de pesquisa da *recordação* como género de discurso que traz as marcas da história biográfica destes operários, expressa aqui enquanto estilo de enunciação que prolonga, em termos verbais e gestuais, o sistema de propensões e aptidões incorporado por eles, e que, certamente, é transtornado pela maior ou menor discrepância entre a situação social do passado e a situação social do presente.

Antes de terminar, é imperioso que deixemos expresso o agradecimento a todos aqueles que participaram nesta sessão de trabalho, em especial a todos aqueles que contribuíram, com as suas comunicações, comentários e sugestões, para tornar este um momento de reflexão partilhada em torno ao uso da história oral para os estudos sobre as classes populares em Portugal, entre os quais é necessário recordar, além dos autores dos textos desta colecção, Sérgio Vinagre, Silvestre Lacerda, Nelma Moreira, Ana Sofia Ferreira, Teresa Medina, Dulce Freire, Joaquim Barbosa, Natércia Pacheco, Paula Godinho e Manuel Loff. Queremos também agradecer o acompanhamento que tivemos de Manuel Macedo, Patrícia Martins e Maria Azevedo. Por último, é preciso enaltecer o contributo trazido por Catarina Azevedo, responsável pela apresentação gráfica do evento, que, embora lidando com prazos cruéis, soube torná-la esteticamente apelativa e comunicativamente eficaz.

Bruno Monteiro
Sílvia Correia



PRÁTICAS DE FORMAÇÃO NA CLANDESTINIDADE: UM EXEMPLO DA UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM BIOGRÁFICA

CRISTINA NOGUEIRA

INTRODUÇÃO

Esta comunicação pretende dar conta de um trabalho de investigação, realizado para a obtenção do grau de doutor em Ciências da Educação, cujo objectivo foi compreender os processos e práticas de formação na clandestinidade comunista entre 1940 e 1974. O método biográfico foi o método de investigação privilegiado, decorrente da postura epistemológica que assumimos e que pretendeu dar a palavra às pessoas, trazer os seus saberes, as suas experiências, as suas vivências, normalmente confinados ao gueto dos “saberes profanos” para o espaço da “cidade sábia”. Subscrevemos Paul Thompson quando refere que a história oral “trata das vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva” (2002:41), acrescentando que “as palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história” (idem). Compreender as práticas e processos de formação na clandestinidade comunista necessitou de fontes de informação que não se encontravam apenas acessíveis na estante de uma qualquer biblioteca nem nas prateleiras de um arquivo. Necessitámos que fossem as próprias pessoas que viveram essa experiência a fornecer-nos a informação necessária sobre os seus processos de formação, as suas vivências e experiências, em suma, sobre a sua vida na clandestinidade e nas prisões do regime fascista português. Inerente a esta necessidade esteve também a nossa preocupação em compreender os sentidos que as pessoas atribuem à clandestinidade e ao período que viveram nas prisões e o modo como os indivíduos são capazes de reflectir as suas opções de vida e de as entrecruzar com os acontecimentos que vivenciaram.

Subjacente à opção pelo método biográfico está a nossa postura epistemológica em que considerámos que: 1) o investigador, sujeito construtor do conhecimento, e as condições sócio-históricas da produção do conhecimento, não podem ser desligadas do acto de conhecer; 2) o conhecimento científico constrói-se pela apreensão da realidade, isso significa que a ciência não nos dá um reflexo da realidade, mas uma tradução da realidade e 3) a objectividade, entendida como realidade exterior ou dissemelhante ao sujeito, possível de por ele ser conhecida ou transformada perde razão de ser para abrir espaço ao seu contrário, à subjectividade, relativa ao sujeito do conhecimento, à consciência humana, à interioridade espiritual que se apodera cognitivamente dos objectos que lhe são externos.

Traçamos como principais objectivos da investigação, compreender: 1) Que contextos de formação foram a clandestinidade e as prisões políticas; 2) Por que processos se formaram os clandestinos comunistas; 3) Que sentidos atribuem as pessoas à clandestinidade e à prisão do ponto de vista da sua formação; 4) Como entendem a sua recomposição identitária.

Descrevemos de seguida os obstáculos, dificuldades e inquietações com que nos deparámos na recolha e tratamento das narrativas de vida, tendo sempre como pressuposto que trabalhar com a abordagem biográfica é entender os indivíduos como agentes sociais capazes de alterar o rumo da história.

O ITINERÁRIO DE ESTUDO

Depois de um período intensamente dedicado a leituras que nos permitiram um conhecimento acerca do período histórico em questão, assim como do contexto da resistência e da clandestinidade, estabelecemos algumas ligações que nos permitiram entrar em contacto com pessoas que viveram na clandestinidade.

O primeiro contacto revelou-se fundamental para que os entrevistados acessem ao pedido da realização da entrevista, assim como para o estabelecimento de uma relação de confiança, fundamental para a realização deste estudo. Para isto revelou-se importante a apresentação de um “salvo-conduto”, ou seja, a indicação que no primeiro contacto, feito geralmente por via telefónica, dávamos da pessoa que nos tinha indicado o seu nome e número de telefone.

Ferrarotti afirma que “as formas e os conteúdos de uma narrativa biográfica variam com o interlocutor” (1988:27). Com efeito, o estabelecimento de uma relação, repleta de expectativas, valores implícitos, tensões, varia de acordo com as pessoas que se relacionam e com as suas subjectividades inerentes. Mesmo que se finja ausente, o investigador nunca está ausente e “nós não contamos a nossa vida e os nossos ‘Erlebnisse’ a um gravador, mas sim a um outro indivíduo” (idem).

A recolha das narrativas envolveu um contrato explícito e um implícito. O contrato explícito estabelece o papel das relações entre o investigador e os participantes (“quem é o investigador”; “o propósito da investigação”; etc.) enquanto que o contrato implícito reside no desenvolvimento da uma relação individual, pessoal e íntima entre o investigador e os participantes, cujos termos são difíceis de prever na arena de diferentes expectativas, perspectivas e contingências. A recolha das narrativas é baseada numa relação influenciada sobretudo pela confiança que o investigador tem a capacidade de construir com os biografados, mais do que pelo contrato explícito, pois os participantes interpretam não o que foi tornado explícito, mas as subtis pontas da relação interpessoal, que reflectem a capacidade de empatia, interesse e tolerância do investigador (Josselson, 2007:539).

Cada uma destas entrevistas transformou-se numa interacção social única, numa relação exclusiva, inédita, singular. A nossa militância política e cívica, o conhecimento que já possuíamos da clandestinidade enquanto contexto específico, tornou-se num factor fundamental para o estabelecimento destas relações e para que as pessoas sentissem que podiam confiar numa interlocutora que minimamente dominava o seu conjunto de valores, os seus códigos linguísticos, as suas redes sociais de relações. Este conhecimento do contexto e a partilha de alguns valores longe de se transformarem num obstáculo, como pode parecer à primeira vista, tornaram-se num factor decisivo para o estabelecimento de relações de confiança. Procuramos durante o período de entrevista desenvolver uma atitude empática, não fazendo juízos de valor e procurando não assumir uma atitude de “entrevistador silencioso” (Aron-Schnapper *et al*, 1980:186) que deixa o entrevistado sem qualquer tipo de controlo, anulando-se na função de ir colocando as questões certas nos momentos certos, nem de “entrevistador imperioso” (idem) que fala pelo entrevistado e induz a resposta pela formulação das perguntas.

Procuramos estabelecer uma contínua vigilância sobre nós mesmos, capaz de permitir uma escuta atenta, sem avaliações, sem julgamentos, condenações ou aprovações. Acima de tudo procuramos ser “escutadores”, ou seja, mais do que ouvintes, procuramos escutar numa atitude empática, procurando perceber as pessoas que tínhamos diante de nós. Este privilégio dado à escuta não impediu porém que assumíssemos uma postura activa de questionamento mais directo, para o que foi utilizado um guião de entrevista que nos permitiu ter presentes as questões centrais da investigação. No entanto muitos momentos foram perfeitamente imprevistos, permitindo às pessoas a expressão das suas experiências e pensamentos, a evocação de episódios da sua vida, divertidos ou trágicos. A situação de entrevista estabelece-se na base de uma relação de confiança estabelecida entre dois seres humanos – um que se conta e outro que escuta – e portanto a expressão das emoções, a gargalhada franca e as lágrimas mais ou menos furtivas (dos entrevistados, mas também da entrevistadora) surgiram por diversas vezes.

A narrativa biográfica, a história de si que cada um conta serve-se do suporte da memória e tal como indica Catroga “cada indivíduo participa, simultaneamente, em vários campos mnésicos, conforme a perspectiva em que coloca a sua retrospectão” (2001:16), que se reduzem a duas atitudes nucleares: a autobiográfica e a histórica que se implicam reciprocamente. Compreende-se portanto que para evocar o seu passado se faça apelo a pontos de referência que se situam fora de si e que são fixados pela sociedade, já que “um indivíduo que vivesse autarcicamente não poderia ultrapassar a mesmidade e sofreria de amnésia” (idem). Recordar “não se esgota numa evocação de um *outro* que já foi” (ibidem:17), mas envolve também “sujeitos diferentes do evocador e de o desejo de ascender ao verosímil se comprovar com o recurso às recordações dos outros (ibidem:18). Compreende-se assim que determinados episódios tenham sido recordados por diferentes pessoas, numa evocação de factos vividos por mais do que um protagonista; compreende-se também a evocação, muitas vezes explicita, das memórias de outros, pois “a consciência do eu forma-se através de camadas memoriais adquiridas” a partir de narrações de outros; compreende-se ainda a utilização da primeira pessoa do plural, do “nós”, mais do que do “eu”, pois as evocações centraram-se não só na “memória privada”, mas também na “memória pública”, apesar de reconhecermos que “ambas interagem e se formam em

simultâneo” (Catroga, 2001:17). Não obstante, parece-nos que a utilização privilegiada do “nós” acompanhada de alguma desvalorização dos próprios actos individuais, quando se trata de uma narrativa biográfica, em que o eixo central é o indivíduo, se deve a uma cultura que privilegia o colectivo em detrimento do individual e que dá ênfase a características como a modéstia e a humildade. Ressalta assim do discurso dos biografados uma identidade colectiva que supera a identidade individual.

Um dos problemas que desde logo se nos colocou foi quanto ao número de narrativas necessárias para a realização dos objectivos a que nos propúnhamos. Alguns autores consideram que o limite se atinge quando o nível de informação está “saturado”, ou seja quando o investigador já não aprende nada de novo. Ferrarotti, no entanto adverte para o reducionismo a que esta questão pode conduzir já que “o número de biografias substitui o carácter de exemplaridade” (1983:87), considerando que a cada narrativa vale por si mesma, pela visão do mundo que comporta, de que cada pessoa é portadora. Neste caso tivemos oportunidade de recolher nove narrativas biográficas e de realizar ainda uma entrevista que não assumiu os contornos de narrativa biográfica, mas que se mostrou necessária na sequência da análise documental que também realizámos.

Outra questão que se nos colocou foi quanto à escolha das pessoas cujas narrativas iríamos recolher. Foi devido ao conhecimento com a nossa informante privilegiada que estes contactos se estabeleceram, acontecendo também que por vezes os próprios entrevistados nos forneceram outros contactos, num fenómeno típico de “bola de neve”. A única característica que consideramos indispensável na escolha das pessoas foi a existência de um amplo período de vida na clandestinidade ou nas prisões do “Estado Novo”. Procuramos que outras características fossem heterogéneas, permitindo-nos assim percepcionar pontos de vistas únicos, decorrentes não só da subjectividade de cada um, mas também do período temporal que estiveram na clandestinidade, do facto de serem homens ou mulheres, do papel que desempenharam, assumindo tarefas de direcção ou tarefas executivas.

Após um primeiro contacto telefónico, em que fizemos a nossa apresentação e sintetizamos os objectivos do projecto que nos encontrávamos a desenvolver, marcamos um encontro que ocorreu sempre no local sugerido pelas pessoas. Esta recolha das narrativas não aconteceu de forma linear e

sequencial. Assim, recolhemos quatro narrativas num primeiro momento que serviram sobretudo para explorar e analisar os nossos erros e melhorar a recolha futura. Verifica-se que estas têm uma duração mais curta, estimada entre quatro a cinco horas aproximadamente. Num segundo momento, fizemos a recolha das restantes narrativas, verificando que estas são mais extensas, durando entre seis a nove horas. Todas os encontros foram gravados, mediante uma negociação estabelecida entre o investigador e os investigados, salientando-se que desde logo referimos que a qualquer momento o gravador poderia ser desligado, de forma a proteger a privacidade das pessoas, facto que aconteceu por algumas vezes. No entanto, o anonimato das pessoas não foi salvaguardado, o que foi previamente negociado e aceite, e que se deve ao facto de alguns dos aspectos das suas vidas serem já do conhecimento público e portanto de fácil identificação. Em relação a este aspecto verificou-se que existiu uma certa ambiguidade em relação à narrativa de vida e à exposição pública que ela implica; assim, se por um lado se mostraram disponíveis e entenderam que o contar da sua experiência era importante para deixarem um testemunho ainda em parte desconhecido às gerações mais jovens, demonstrando mesmo algum orgulho pela vida que viveram, por outro lado, aconteceu por vezes terem algum receio em revelarem alguns factos, o que pode estar relacionado com o ambiente de secretismo próprio da clandestinidade e de recusa em fornecer informações à polícia, hábitos que estas pessoas adquiriram no longo período que viveram clandestinamente.

Importa referir que a hierarquia estabelecida geralmente numa situação deste tipo, que apela “para o carisma e para o poder social das instituições científicas relativamente às classes subalternas, desencadeando [as] reacções espontâneas de defesa” (Ferrarotti, 1988:27) não foi sentida de forma veemente, e raramente nos sentimos numa relação assimétrica. A assimetria existente geralmente numa situação de investigação deve-se, de acordo com Bourdieu, ao facto de ser o investigador que “inicia o jogo” (2000:695) e que estabelece “de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objectivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado” (idem). Soma-se a esta assimetria a “dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural” (ibidem). Entendemos que nas relações que encetámos para recolha

das narrativas biográficas estas assimetrias se encontraram esbatidas. Se por um lado nos apresentamos como alguém que se encontrava a realizar uma investigação e que provinha de uma instituição universitária, o poder social da instituição científica onde nos encontramos a realizar a pesquisa foi quase sempre relegado para um segundo plano e as pessoas entenderam-nos sobretudo como alguém do mesmo meio social, cultural e político. Por outro lado, se na generalidade dos casos, somos detentores de um maior capital cultural, pelo menos daquele que é certificado, a experiência de vida, a idade, as posições sociais e políticas que algumas destas pessoas ocuparam, assim como a posse de um capital cultural que apesar de não ser certificado nem reconhecido socialmente, têm consciência que possuem, levaram ao estabelecimento de uma relação de maior horizontalidade do que seria previsível. Não é de negligenciar a diferença de idades existente, pois a grande maioria dos biografados poderia ser nosso avô/avó. Esta simetria nas relações, que não obstante, ocorreu mais nuns casos do que noutros, desvenda-se na linguagem usada, na utilização da expressão “amiga” e até na forma carinhosa “minha querida” como alguns dos entrevistados nos trataram. Também um tratamento mais distanciado por “você” foi na generalidade dos casos, rapidamente substituído pelo “tu”, à medida que a relação de confiança e mesmo de cumplicidade se ia estabelecendo. Como refere Bourdieu “a proximidade social e a familiaridade asseguram efectivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’” (2000:697).

Após a gravação das narrativas, estas foram transcritas, o que implica uma transformação nem sempre fácil do discurso oral em discurso escrito. Optamos por transcrever o mais fielmente possível tudo o que tinha sido dito. De acordo com aquilo que previamente tínhamos combinado, na generalidade dos casos, enviamos a narrativa transcrita para os entrevistados. Nestes casos as próprias pessoas procederam aos cortes e às alterações que entenderam necessários, para o que por vezes foram realizados novos encontros. Os cortes e alterações efectuadas não colocaram em causa o sentido e a significação da narrativa realizada, tendo sido úteis para precisar um ou outro termo que tinha ficado imperceptível na gravação ou que tínhamos percebido de forma incorrecta.

É de salientar que nos cortes realizados por alguns dos entrevistados surgiu sobretudo a preocupação em apagar a referência a terceiros, através

dos seus nomes. Com efeito, a utilização do nome sempre que se referiam a outros foi na generalidade dos casos evitada e, nas situações em que a cumplicidade da relação estabelecida com a investigadora, levou o biografado a esquecer-se do gravador e a falar em terceiros, na altura da alteração do texto tiveram a preocupação de eliminar os seus nomes do texto escrito. Outros aspectos, considerados mais *conspirativos* também foram cuidadosamente evitados durante a realização das entrevistas ou então eliminados posteriormente o que se deve ao hábito de manter secreto muitas das práticas usadas na clandestinidade e também porque, como nos disse uma entrevistada, “ainda pode ser preciso!”.

A ANÁLISE DAS NARRATIVAS E DOS DOCUMENTOS

Antes de se proceder à análise das narrativas efectuou-se um trabalho de “escuta de controlo” e, desde logo, se nos apresentou necessária a criação de um glossário de palavras utilizadas pelos clandestinos, uma gíria própria e específica. Este glossário pretendeu constituir um guia útil para a descodificação dos significados latentes e expressos que os biografados conferiram a palavras usadas nas suas narrativas.

Após esta etapa passou-se a um procedimento de “redução do texto”, ou seja, procurou-se retirar do texto as interjeições, redundâncias, repetições e “bengalas de linguagem” que marcam a oralidade e que tornam a leitura do texto escrito, opaco e de difícil acesso ao seu sentido, o que não deixou de ser preocupante, pois, não queríamos que esta (re)elaboração desvirtuasse os textos dos sentidos originais, mesmo estando cientes de que “há sempre [...] adaptação da oralidade à escrita” (Poirier et al, 1995:60). Procurou-se empreender esta tarefa com rigor, uma vez que o que se pretendeu foi tornar os textos mais claros, sem se perderem as suas particularidades, permitindo a unidade de cada texto e restituindo-lhe o sentido. Este trabalho, apesar de moroso e cansativo foi fundamental para a legibilidade da informação recolhida.

Existindo já um conhecimento do material na sua globalidade, interessou-nos conhecer de forma mais aprofundada cada narrativa. Assim criaram-se “eixos diacrónicos” de cada uma, procurando através de balizas temporais assinalar os momentos mais importantes na vida de cada biografado e referidos em cada narrativa. Posteriormente procedeu-se a uma síntese, criando notas biográficas que resumiram cada história que nos foi contada,

o que, se pode parecer redutor, “permite que cada investigador tenha um conhecimento global do conjunto das histórias de vida e da totalidade de cada uma delas” (Poirier et al, 1995:108).

Existindo já um conhecimento de cada narrativa, interessava-nos conhecê-las de forma mais profunda e aceder aos sentidos e significações expressos e latentes em cada uma. As narrativas foram então construídas segundo os procedimentos estabelecidos por Poirier et al (1995), tendo sido cada uma reorganizada de forma temática e cronológica em categorias que se basearam nas palavras de cada biografado.

Demazière e Dubar (1997:20) consideram que muitas vezes o tratamento do material biográfico ocorre segundo uma lógica do tratamento do questionário, ou seja, consideram-se as partes do discurso como as respostas às questões, geralmente implícitas colocadas pelo investigador ao longo da entrevista. Estes autores consideram que se deve adoptar uma “postura restitutiva”, isto é, uma postura que consiste em deixar um grande lugar à palavra das pessoas” (idem:24). Esta restituição implica, por razões de legibilidade ligada à transcrição da palavra oral um arranjo dos discursos recolhidos e a estruturação e condensação das entrevistas em “títulos e subtítulos”, etapa importante para uma análise compreensiva (ibidem:32/33).

Defendemos pois que esta estruturação e condensação das palavras usadas nas narrativas foi indispensável para aceder à experiência, ao testemunho, ao vivido e ao sentido das palavras que nos foram ditas.

Na medida do possível tentou-se que algumas das categorias criadas fossem transversais a todas as narrativas. Assim, as origens sociais e biográficas, a escola, a militância no PCP e a passagem à clandestinidade são categorias coincidentes em todas as narrativas, no entanto, a maioria das categorias criadas são específicas de cada uma, dando conta de cada vivência única e singular. Na criação destas categorias interessou-nos sobretudo uma análise vertical das narrativas, ou seja, o procedimento de análise de cada narrativa como um todo, sem que no entanto tenhamos negligenciado a análise horizontal das mesmas, isto é, a possibilidade de equacionarmos algumas categorias em várias ou em todas as narrativas, não segundo uma lógica de comparação, mas de acordo com uma perspectiva de complementaridade.

Neste trabalho de análise de conteúdo tivemos a convicção de que as pessoas falam com o investigador, numa relação marcada pela confiança

e fornecem-lhe as suas opiniões, representações, emoções, experiências, enfim, a sua história. Não são os factos que são fornecidos ao entrevistador mas as palavras, o discurso, que representa uma perspectiva do mundo, um ponto de vista, uma história. A análise de conteúdo permitiu descobrir esse ponto de vista, permitiu descobrir o mundo de cada um, já que “é um método de classificação ou de codificação em diversas categorias dos elementos do documento analisado, para permitir destacar as diferentes características com vista a melhor compreender o sentido exacto e preciso” (L’Écuyer, 1988:50).

Consideramos, que pela análise de conteúdo se efectuou uma tradução entre duas ordens discursivas e o processo de categorização e de análise foi sendo elaborado à medida que se foi processando. Consideramos ainda, que este é um trabalho que apesar de ter regras subjacentes depende muito da intuição e do envolvimento do investigador com o material em análise. A análise de conteúdo não é mais do que um burilar constante, muitas vezes feito de passos atrás para se poder prosseguir em frente.

A análise que efectuamos pretendeu ser uma tentativa de interpretação das narrativas dos clandestinos, de acordo com as suas próprias visões, mas sem negligenciar os objectivos deste projecto e as nossas interrogações, pelo que as categorias de análise derivam tanto das preocupações da pesquisa como das pessoas biografadas.

UMA BREVE APRESENTAÇÃO... DAQUELES QUE SE CONTAM...

Numa primeira apresentação das pessoas cujas narrativas dão corpo a este trabalho, importa referir de uma forma mais genérica que na sua totalidade estas nove pessoas somam 164 anos na clandestinidade e 63 anos, 7 meses e 20 dias nas prisões do regime fascista português. Os períodos na clandestinidade variam entre os 34 e os 7 anos e nas prisões entre os 0 anos, pois houve clandestinos que nunca foram presos, e os 17 anos. Na totalidade de cada vida o número de anos de prisão e clandestinidade varia entre os 40 e os 15 anos. Nasceram em períodos diferentes, entre 1914 e 1946 e têm distintas origens sociais. Quanto às origens geográficas, são todos naturais das zonas sul e centro do país. *Mergulharam* na clandestinidade nos anos 40 ou 50 do século passado, apesar de alguns já anteriormente terem tido actividade política e tendo mesmo passado pelas prisões do “Estado Novo”.

Sérgio Vilarigues é o mais velho dos clandestinos com quem conversámos e aquele que esteve mais anos na clandestinidade. Nasceu em 1914, no concelho de Viseu e aos 14 anos foi para Lisboa exercer a profissão de marçano até aos 16 anos, altura em que se torna salsicheiro. É mais ou menos por esta altura que entra para a Federação das Juventudes Comunistas, o que o leva a ser preso em 1934. Passa pelas prisões do Governo Civil de Lisboa, Aljube, Peniche, pela Fortaleza de S. João Baptista em Angra do Heroísmo e pelo Campo de Concentração do Tarrafal, até ser libertado em 1940. Regressa ao continente e passa à clandestinidade, tendo assumido um papel relevante na reorganização do PCP de 1940/41. Assumiu responsabilidades em diferentes organizações do PCP, desde o Minho até ao Algarve e na direcção de várias lutas, nomeadamente nas greves de 8 e 9 de Maio de 1944. Foi ainda responsável pelo jornal *Avante!* durante dezasseis anos. Não tendo voltado a ser preso, esteve durante largos anos na direcção do PCP (no Comité Central, na Comissão Política e no Secretariado).

Também da mesma geração é António Dias Lourenço que nasceu em 1915, em Vila Franca de Xira. Trabalhou como torneiro e fresador tendo-se envolvido desde cedo em inúmeras actividades culturais: na Universidade Popular Portuguesa, colaborando no jornal *O Diabo*, fazendo teatro, etc. Em 1931 adere ao PCP e em 1941, no período de reorganização, passa à clandestinidade, tendo assumido diversas responsabilidades organizativas. Esteve preso por duas vezes, entre 1949 e 1954 e entre 1962 e 1974, sendo libertado na sequência da revolução de Abril. Na totalidade esteve preso durante dezassete anos, sendo na data da entrevista o preso político vivo com mais anos de prisão. É publicamente conhecido pela fuga que protagonizou em 1954, do *segredo* do Forte de Peniche e que esteve na base do argumento do filme de Luís Filipe Rocha – *A Fuga*.

Também de Vila Franca de Xira é Sofia Ferreira. Ligeiramente mais nova, nasceu em 1922, e aos dez anos passou a trabalhar no campo, sem nunca ter frequentado a escola, até que aos doze anos foi para Lisboa “servir”. Os primeiros contactos com o PCP surgem por intermédio das irmãs, Georgette e Mercedes, que se encontravam em Vila Franca de Xira. Em 1946 passa à clandestinidade, tendo tido como primeira tarefa o trabalho numa tipografia de *O Militante*. Assume depois *tarefas de apoio e de defesa da casa*, até que em 1949 é presa, na sequência do assalto pela PIDE à “casa do Luso” onde se encontrava

com Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro. É libertada em 1953 e passa novamente à clandestinidade, tendo *tarefas* de apoio até 1955, altura em que passa a integrar o Comité Local do Porto. Em 1957 é eleita para o Comité Central no V Congresso (III Ilegal) do PCP. Volta a ser presa em 1959 e é libertada em 1968, altura em que vai com o marido à União Soviética, regressando em 1970, e voltando para a clandestinidade onde permanece até ao 25 de Abril de 1974. Sofia Ferreira permaneceu 15 anos na clandestinidade e passou 13 anos presa.

Também Teodósia Gregório permaneceu quinze anos na clandestinidade sem no entanto nunca ter sido presa. Natural do concelho de Montemor, onde nasceu em 1935, começa desde muito cedo a trabalhar no campo, até que em 1954, com dezanove anos, passa à clandestinidade. Tendo desempenhado sempre *tarefas de apoio e de defesa da casa*, sai da clandestinidade em 1969 para prestar apoio ao companheiro que tinha sido libertado da prisão e cuja saúde estava muito debilitada.

Américo Leal permaneceu consecutivamente 27 anos na clandestinidade. Natural de Sines, onde nasceu em 1922, começou a trabalhar ao 12 anos da indústria corticeira, até que em 1943, quando se encontrava em Lisboa à procura de trabalho é preso, tomado por um dos grevistas da onda de greves que em Julho e Agosto de 1943 varriam a capital. Permanece cerca de cinquenta dias no Aljube onde entra em contacto com Militão Ribeiro, um dos dirigentes do PCP também preso e que lhe dá a *ligação* para o sul. Em 1944 passa ao PCP, assumindo diversas *tarefas* na organização da indústria corticeira até que em 1947 passa à clandestinidade, assumindo *tarefas* de organização no Baixo Alentejo, em Lisboa, Minho, Trás-os-Montes e Beiras. Trabalhou ainda no *aparelho de documentação* e no *aparelho de fronteiras* tendo vivido clandestinamente na cidade do Porto durante 20 anos consecutivos.

Também operário corticeiro José Vitoriano, que nasceu em 1918 em Silves, não permaneceu muitos anos na clandestinidade sem ser preso. Tendo tido quando jovem uma actividade política e cultural intensa como dirigente de colectividades, aprendiz de esperanto, leitor e divulgador de publicações como *O Diabo* e *O Sol Nascente*, adere ao PCP em 1941, passando a exercer funções em diversos organismos (Comité regional do Barlavento Algarvio, Comité Provincial, Comité Nacional Corticeiro...) sendo preso em 1948 e libertado em 1951. É então que passa à clandestinidade, mas durante um breve período, já que volta a ser preso em 1953, só voltando à liberdade

em 1967, altura em que vai para o estrangeiro, onde permanece até 1973. Nesta data regressa a Portugal e à clandestinidade. Após o 25 de Abril foi deputado e vice-presidente da Assembleia da Republica durante onze anos.

João Honrado tem um maior período de vida passado nas prisões do que na clandestinidade. Natural de Ferreira do Alentejo, onde nasceu em 1929, ingressa em 1945, quando estava a estudar em Beja, no MUD Juvenil. Em 1947 passa a ter ligações com o PCP. Até passar à clandestinidade em 1955 é preso por três vezes em consequência da actividade política que desenvolvia. Já na clandestinidade vai para o Porto onde assume *tarefas* no *Sector Intelectual* e posteriormente no *Comité Local do Porto*, até ser novamente preso em 1962. É libertado em 1970, mas não regressa à clandestinidade, mantendo-se no entanto a desenvolver actividades políticas que lhe valem uma nova prisão em Março de 1974.

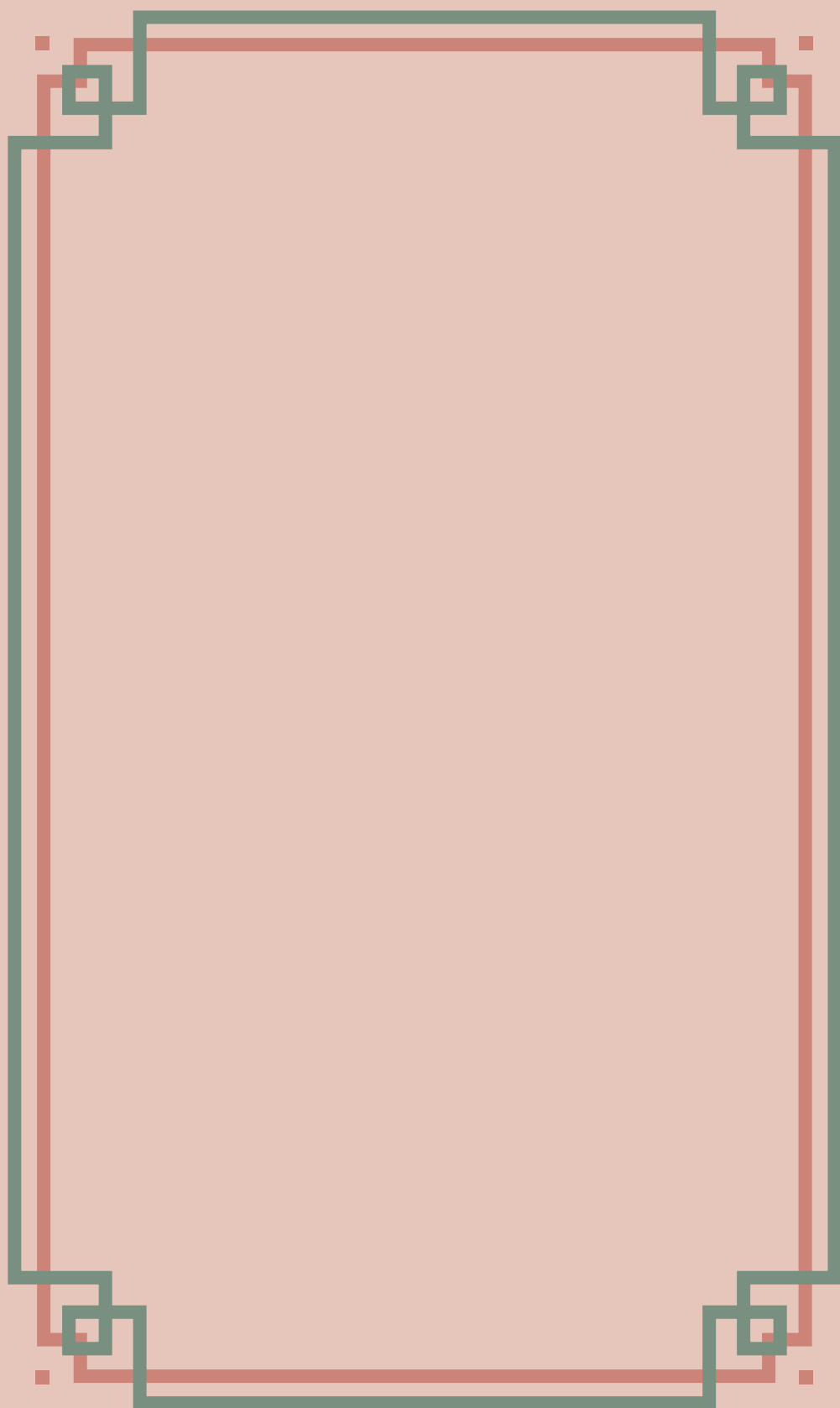
Tal como João Honrado, também Maria Carvalho não é de origem operária ou camponesa. Tendo nascido em 1926 na Nazaré é oriunda de uma família numerosa da média burguesia. Frequentou em Lisboa o Liceu e fez o curso de Educadora de Infância na Escola João de Deus. Ingressa no MUD Juvenil e é na sequência das actividades aí desenvolvidas e das relações que estabelece que adere ao PCP em 1951, passando à clandestinidade em 1952, onde permaneceu 23 anos. Desempenhou sobretudo *tarefas de apoio e de defesa da casa*, embora também tenha trabalhado no *aparelho de documentação*.

Domicília Costa é a mais nova dos nossos/as entrevistados/as, tendo nascido em 1946 em Alhandra. A sua ida para a clandestinidade não se deve a uma opção pessoal, uma vez que o *mergulho* se deu aos sete anos quando os pais passaram à clandestinidade. A infância é passada de casa em casa e deixa muito cedo de frequentar a escola, pois numa situação de vida ilegal tal não era possível. Aos treze anos, Domicília passa oficialmente para o quadro de funcionários clandestinos do PCP, passando a receber um salário igual ao dos pais e a pagar a sua quota ao PCP. As tarefas que desempenhava eram de ajuda ao trabalho na tipografia pela qual o pai era responsável. Aos dezassete anos e por orientação do PCP, que considerava que ela devia contactar com a realidade, ou seja, com a vida na legalidade, vai trabalhar para um atelier de costura. Passa por vários ateliers até que aos vinte anos deixa a casa dos pais e vai assumir a responsabilidade de uma instalação clandestina. Ainda antes do 25 de Abril deixa o PCP e emigra para França.

Esta breve apresentação surge como uma forma de salientar a especificidade de cada uma destas vidas, que têm como denominador comum a clandestinidade comunista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- » ARON-SCHNAPPER, D. e HANET, D. (1980) “Archives Orales: Une autre histoire?”, *Annales*, 35^o Année, n^o 1, Jan.– Fev. 1980, pp. 180–199
- » BOURDIEU, Pierre (Coord.) (2000) *A Miséria do Mundo*. Petropólis: Vozes
- » CATROGA, Fernando (2001) *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto
- » DUMAZIÈRE, Didier e DUBAR, Claude (1997) *Analyser les entretiens biographiques, l'exemple de récits d'insertion*. Paris: Nathan
- » FERRAROTTI, Franco (1983) *Histoire e Históires de Vie*. Paris: Merideiens Klincksieck
- » FERRAROTTI, Franco (1988) “Sobre a Autonomia do Método Biográfico” in NÓVOA, António e FINGER, Mathias (Org.) *O Método (Auto)Biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, pp.17–34
- » JOSSELSO, Ruthellen (2007) “The Ethical Attitude in Narrative Research. Principles and Practicalities” in Jean D. Clandinin (2007) *Handbook of Narrative Inquiry. Mapping a Methodology*. London: Sage Publications
- » L'ÉCUYER, René (1988) “L'analyse de Contenu: notion et étapes” in Jean-Pierre Deslauriers (Dir.) *Les Méthodes de la Recherche Qualitative*. Québec: Presses de l'Université du Québec
- » POIRIER, Jean, CLAPIER-VALLADON, Simone e RAYBANT, Paul (1995) *Histórias de Vida, Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora
- » THOMPSON, Paul (2002) *A Voz do Passado. História Oral*. São Paulo: Paz e Terra



MEMÓRIA, IDENTIDADE E EXPERIÊNCIA: ALGUMAS NOTAS DE REFLEXÃO SOBRE AS NARRATIVAS DE GUERRA.

MARIA INÊS COELHO

INTRODUÇÃO

Partindo de uma análise interpretativa das narrativas de guerra de dez antigos combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, o presente texto procura dar conta, por um lado, de algumas notas de reflexão sobre os objectivos presentes na perspectiva de análise sociológica da experiência de guerra, bem como sobre a relação heurística presente entre conceitos como identidade, memória e experiência de guerra – eixos delineadores da problemática da nossa investigação.

Por outro lado, e correspondendo ao desafio lançado pela Universidade Popular do Porto, temos interesse em contribuir para a discussão da relevância metodológica do uso da narrativa e os impactos nos resultados obtidos, acreditando nas oportunidades que esta técnica, fortemente associada à importância da oralidade e do testemunho, oferece para ampliar a capacidade de leitura do fenómeno em causa e conferir maior objectividade ao trabalho proposto.

1. COMPREENDER AS TEMÁTICAS DE “RUPTURA” OU SOFRIMENTO: OBJECTIVOS PRESENTES NA PERSPECTIVA DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA EXPERIÊNCIA DE GUERRA.

Centrando a nossa atenção numa problemática e realidade ainda claramente sub-investigada do ponto de vista sociológico, a aposta num exercício analítico que visa contribuir para a construção de uma “sociologia da experiência de guerra” parece-nos ser uma das condições fundamentais para a caracterização e aprofundamento do conhecimento sobre as mudanças introduzidas pelo fenómeno da guerra. O esforço no entendimento de uma experiência (re)produzida num determinado contexto, não obstante as suas dificuldades analíticas, obriga a um trabalho de interrogação das suas principais dimensões que, por sua vez, constituem a perspectiva de análise em causa.

1.1

Para efeitos de investigação, podemos enunciar três grandes finalidades que balizam, em grande medida, as opções teóricas e metodológicas realizadas. São elas 1) a conceptualização das vivências quotidianas dos sujeitos em período de guerra tomando em linha de conta domínios como a subjectividade, a reflexividade e a capacidade (re)construtiva da acção; 2) a localização e identificação do tipo de práticas e memórias produzidas de modo a descortinar os mecanismos sociais enformadores da experiência e das categorias de conhecimento espontâneo desenvolvidas acerca da guerra e ainda 3) a análise de tais vivências procurando-se apreender os principais recursos mobilizados para a interpretação da experiência de guerra e construção da trajectória; os papéis desempenhados pelos sujeitos para compreender as oportunidades encontradas antes e depois do cumprimento do serviço militar e participação na guerra, bem como os esquemas centrais decorrentes de factores sociais, culturais e políticos com efeitos na acção e conteúdo narrativo.

2. ARTICULAR CONCEPTUALMENTE TRÊS EIXOS FUNDAMENTAIS DA PROBLEMÁTICA EM CAUSA: O RESPEITO PELA PREMISSA DE CONSTRUÇÃO RELACIONAL DA REALIDADE.

Reconhecendo a necessidade de considerar articuladamente os eixos delineadores da nossa problemática – *identidade, memória e guerra (e a sua experiência)* – a nossa pesquisa tende a respeitar, sempre que possível, o compromisso de privilegiar o enfoque relacional na abordagem de trabalho. No que respeita ao eixo *identidade*, procura-se ter presente o diálogo constante entre a esfera biográfica (individual) e a esfera relacional (social) ou se quisermos o processo de identização e identificação. A sua estruturação resulta da combinação de elementos muito fortes: por um lado, das incorporações duráveis cujos contributos para a preservação das posições sociais são significativos e, por outro lado, das (re)conversões e novas leituras que apelam à possibilidade de negociação com os vários desafios do sistema.

A problematização efectuada em torno da *memória* encara-a como um importante instrumento de legitimação identitária (individual e social) e de controlo temporal (do passado e do presente) se considerarmos as tarefas como a organização e consolidação da informação e a definição de âncoras espaço-temporais indispensáveis para aceder ao processo relacional de

construção identitária. A memória constitui, ainda, um elemento activo de moldagem da experiência face aos constantes exercícios de ordenação, de localização e de reconstrução das experiências vividas.

A análise interpretativa da *experiência de guerra*, lendo-a como objecto de (des)construção discursiva e prática, obriga-nos a reter dimensões importantes: o peso das componentes emocional e construtiva; a mobilização de distintos modos de gestão/produção de sobrevivência e o accionamento de disposições de várias ordens (esquemas de percepção, de acção, mecanismos corporais...).

Assim, no quadro de uma investigação que tenta aferir o impacto da Guerra Colonial Portuguesa no processo de construção da identidade pessoal, social e cultural dos antigos combatentes, tomando-os como objecto de estudo e às marcas deixadas por uma experiência social que é tida como única, o trabalho realizado permitiu reavaliar analiticamente a importância da utilização da narrativa.

3. PRIVILEGIAR A COMPONENTE DISCURSIVA NO CENTRO DA ANÁLISE DAS VIVÊNCIAS DE GUERRA: IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DA NARRATIVA NA ANÁLISE.

A partir de uma estratégia metodológica que privilegiou o uso da narrativa – quase sempre aliada à importância da oralidade e do testemunho – pensamos ser possível ampliar a capacidade de leitura deste fenómeno e conferir maior objectividade ao trabalho proposto. Logo, torna-se fundamental para este trabalho de apreensão ter presente algumas das principais implicações da adopção da narrativa ao longo da pesquisa.

3.1

Aceita-se, em primeiro lugar, o seu contributo para o *destaque das representações e formas de classificação e categorização* dos agentes. A sua problematização, de resto, não pode ser independente da capacidade em aceder-mos às diferentes variações representacionais formuladas pelos indivíduos de acordo com as posições ocupadas e as oportunidades encontradas ao longo do tempo e da trajectória. Em situações de ruptura, como é o caso da guerra, onde as confirmações da realidade tornam-se mais intensas, coube a uma determinada geração, produto e produtora da história portuguesa, o encetamento da maior mudança social jamais registada no nosso país num curto espaço de tempo. E, por isso, dificilmente podemos ficar alheios à

necessidade de análise das marcas profundas daí resultantes e da visão tida pelos sujeitos sobre si próprios e sobre o papel que desempenharam.

O acesso a um “*modelo oficial da apresentação oficial de si*” (Bourdieu, 1986: p.71), apresentação pública cuja dimensão de representação impõe determinados constrangimentos e contribui para a criação de um discurso recolhido com implicações na sua forma e no conteúdo, torna revelador o papel de actuação das narrativas a dois níveis. Por um lado, na *estruturação da realidade* (revelada e objectivada pelo discurso) e, por outro, no *jogo com determinadas imagens* (de si e dos outros). Ou seja, a descrição sobre si próprios é efectuada pela relação com os outros e, neste caso em concreto, a invocação dos outros, com os quais se detém um forte identificação em contexto de guerra, é discursivamente reafirmada para o necessário confronto com a nova realidade, tendo uma grande importância na definição dos papéis a assumir.

Foi-se confirmando, deste modo, ao longo das entrevistas um *discurso promotor do accionamento de estratégias específicas* (de cariz individual e grupal) por forma a fazer face a uma série de deslocções sentidas e se determinar novamente um processo de (re)socialização. Os tais modos de gestão ou de produção de sobrevivência – “requalificação” (Giddens, 1994: p.6), “sentido prático” (Bourdieu, 2001: pp.502–522) – devem, no entanto, ser enquadrados à luz dos factores de socialização previamente filtrados e impulsionados pelo serviço militar e, mais tarde, consolidados em situação de guerra.

Parte da função de excitação colectiva da guerra apoia-se num forte lado emocional e, sendo altamente sensorial, a experiência de guerra é vivida e representada relacionalmente. O apoio nos laços de camaradagem estabelecidos e sua conseqüente valorização permite-nos verificar que a pertença torna-se o elo constituinte para as interpretações das lembranças. Por sua vez, esta experiência confirma a capacidade de negociação e superação dos sujeitos. Se perspectivarmos o palco de guerra como um espaço de produção de afinidades emocionais e respostas adaptativas comuns, compreendemos melhor que as estratégias de controlo, necessárias ao alcance da estabilidade e integração, estão também dependentes do colectivo. E, desta forma, o grupo assume-se como um elemento auxiliar no processo de manutenção da lógica adaptativa e de classificação da experiência. Por outro lado, devemos estar conscientes que estas respostas resultam de uma acção de aculturação que – através de fórmulas importantes de domesticação (disciplina e força) e

de conjunto de “*cerimoniais de admissão*” (Foucart, 2003: p.79), fundamentais para a garantia da desritualização e da imposição da ruptura – ganha terreno antecipadamente no afinar das aptidões dos militares para o desempenho das tarefas de administração da violência.

É ainda, porém, na discussão em torno das variações representacionais levadas a cabo pelos agentes que o lado relacional (ou negocial) da identidade se faz mais sentir quando denotamos um *jogo articulado entre a nova e a velha realidade*, isto é, a velha realidade é apreendida e mantida mas é simultaneamente reinterpretada segundo o aparelho da nova realidade. E é assim que podemos verificar, a partir das narrativas, *exercícios constantes de retroacção do passado à luz de esquemas interpretativos do presente* conduzindo a uma evidente fabricação de acontecimentos e sua consequente inserção em lugares adequados de forma a ajudar à harmonização com o passado lembrado e à passagem ao passado reinterpretado. Nesta retro projecção de um conjunto de elementos que, doutro modo, não eram acessíveis naquela época, os entrevistados formulam importantes estratégias de persistência ou mudança face a esse passado.

Importa pois, a este propósito, atentar ao facto da grande maioria dos discursos de guerra, sobretudo na fase posterior, flutuarem entre momentos assinaláveis. Juntamente com a presença de elementos positivos, como por exemplo os laços fortes de amizade e de solidariedade estabelecidos e a aquisição de competências de auto-desenvolvimento e de crescendo emocional, a sua identidade encontra-se ancorada em factores negativos. Estes prendem-se fundamentalmente com o sentimento de perda e de revolta pelo tempo passado no sistema militar e na guerra pois este significou um profundo corte na trajectória biográfica, um contributo forçado para a engrenagem da máquina de guerra e a dificuldade no suporte do seu sistema de dureza, sacrifício e violência. Por outro lado, não obstante o reconhecimento que fazem enquanto agentes da sua própria história, não deixam de absorver e veicular uma imagem colectiva desacreditada. A ideia de contradição na sua construção identitária está bem patente nas narrativas já que, em prol da reivindicação da luta pela posse e interpretação da memória, valorizam-se os atributos singulares (de formulação colectiva) para superação das transformações sentidas, fruto da necessidade de reabilitação da trajectória e combate à imagem negativa da sociedade, mas afirma-se também discursivamente um sentido de exclusão significativo muito associado ao domínio do silêncio.

Serão estes exercícios, aliás, responsáveis pela presença daquilo que compreendermos ser um processo *dialéctico forte entre exteriorização, objectivação e interiorização*. Na verdade, acaba por ser forçoso observar nestes actos de permanente (re)construção, praticados pelos antigos combatentes, um trabalho de definição do lugar social ocupado e da sua relação com os outros. E é a partir desse trabalho que podemos explicar a interpretação da experiência e da memória de guerra como dimensões individual e colectivamente construídas.

3.2

Em segundo lugar, as narrativas permitem o aumento, em grande medida, da nossa capacidade de *localizar os ciclos ou trajectórias de vida dos agentes* tendo presente a necessidade e a importância da fase da guerra (seus antecedentes e precedentes) ser analisada em correlação com as noções de espaço e de tempo. Elas constituem um contexto ou quadro de interacção/(re)construção relevante assegurando a formulação de diferentes tipos de memória e conseqüentes linguagens. Tendo em conta esta consideração, compreendemos melhor a persistência, nos relatos enunciados, de um jogo complexo entre as “*memórias normais*” (Leed, 2000: p.87) e as “*memórias subterrâneas*” (Pollak, 1989: p.4) com efeitos no modo como os entrevistados se apresentam narrativamente. As primeiras dizem respeito ao tipo de memórias em que as necessidades do presente vão determinar o que se mobiliza do passado enquanto as segundas referem-se ao domínio do silêncio, que deve ser aqui entendido como resultado da resistência civil à propagação do discurso oficial, uma gestão lenta da conotação traumatizante e intensa das lembranças.

Compreende-se então que os discursos ou testemunhos produzidos variem de forma substancial em função do trabalho realizado pela memória. Neste aspecto, esta torna-se uma ferramenta fundamental para a *análise do que os agentes fizeram com a sua experiência e como apresentam a sua identidade (negociada)*. A atenção para um conjunto de traços relacionados permite-nos ver este eixo analítico como determinante para a leitura da experiência de guerra. Senão vejamos, à memória associam-se a tarefa de criação de âncoras espaciais e temporais, essencial para o controlo do passado e sua legitimação, assim como o trabalho de reflexão sobre o tipo de informação que se pretende dar, a quem e o seu volume (abundante ou mínima). Objecto de argumentação, a memória actua fortemente nos discursos e conteúdos produzidos que visam, em primeiro lugar, algum tipo de reconhecimento e, em segundo lugar,

a consolidação identitária. Esta encontra-se ligada a processos de ritualização pois funciona como meio de comunicação de valores partilhados no interior de um determinado grupo, ajudando à estabilidade e equilíbrio.

O raciocínio que foi exequível produzir sobre a *memória* possibilita o acesso a distintos *modos da sua gestão*, resultantes de várias negociações encetadas. Sublinharam-se o evitamento de determinados contextos de precariedade e tensões, mas também a modelação de certos esquecimentos (em virtude das dificuldades de coerência ou de continuidade com as histórias). Foram ainda expressas *modalidades diferenciadas de gestão de segredos*, utilizando a linguagem de Goffman, consubstanciadas na necessidade de assegurar a compatibilidade entre a imagem que se quer produzir e o que é necessário camuflar. Há ainda que adiantar o *peso assumido pela linguagem nos quadros de significado da memória*, com forte visibilidade em situação de produção de narrativas, a partir da constatação sobre o modo como se falou da guerra ou no que não se disse sobre ela. De facto, o recurso a diferentes tipos de linguagem – de cariz mais ou menos performativa, verbal ou não verbal – permite concluir que estes são evidenciadores do posicionamento dos agentes em relação à experiência e ao tipo de memória presente. E mais, pela presença do silêncio e do não-dito também já se tornam claras as estratégias de ordenação das actividades complexas e de gestão de modos distintos de significado. Por isso, a inclusão de tais convenções verbais e simbólicas na análise da experiência de guerra tornar-se-á mais vantajosa quanto maior for o nosso entendimento sobre a importância do seu papel na constituição de um quadro de estabilidade da memória individual e colectiva.

4. AS NARRATIVAS DE GUERRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecidas as principais implicações da adopção da narrativa na análise das vivências de guerra, podemos traçar com um maior grau de clarificação as suas potencialidades quer a nível metodológico, quer analítico para a pesquisa realizada.

4.1

Tecnicamente falando, esta deve-se assumir como uma ferramenta válida para a apreensão dos testemunhos dos sujeitos na medida em que pode fornecer uma ilustração adequada sobre os seus pontos de vista e sobre os seus mundos. Na verdade, é a possibilidade de darmos privilégio ao testemunho/

discurso enquanto meio de objectivação da realidade e de reconstituição do processo de acção, experiências e acontecimentos do passado que importa realçar, se considerarmos algumas das fragilidades que são apontadas a este tipo de análise, quase sempre classificada como errática ou imprecisa. E, aliás, ao longo da fase de recolha de testemunhos, foi visível nos entrevistados a necessidade de sustentar uma biografia coerente, pois encontram-se numa fase da vida em que é importante fixar a sua memória e dar um dado significado à sua vida, procedendo-se aos devidos balanços avaliadores da sua trajectória de vida. O seu ajuste a temáticas de “ruptura” será, ainda, particularmente marcante se tivermos como finalidade o reabilitar da interpretação na construção/representação da realidade atribuindo ao sujeito o papel de produtor activo de conhecimento.

4.2

Passando ao outro nível referenciado, o da relevância analítica, vale a pena apontar algumas das ilações importantes a que chegamos por via do exercício anterior de reavaliação da adopção da narrativa.

Por um lado, a consideração da necessária articulação de uma análise entre o plano individual (processo individual biográfico) e o plano colectivo (biografia colectiva) face à partilha entre os antigos combatentes de circunstâncias estruturais e comuns, leva-nos a concluir que a guerra não é só perspectivada no quadro das suas causas mas sobretudo nos seus efeitos. Acresce, ainda, que a restituição das modalidades de (sobre)vivência e de representação acerca da guerra acarreta a (re)construção das respectivas memórias e linguagens.

Por outro lado, as narrativas de guerra diversificam-se em função da relação mantida em determinados domínios: 1) o tipo de manobra com o passado – a gestão da memória pode revelar maiores ou menores dificuldades em dar coerência/continuidade biográfica ou de trajectória; 2) os discursos podem valorizar mais ou menos a capacidade de accionamento individual de estratégias/recursos para ultrapassar as deslocações sentidas e 3) a linguagem utilizada evidencia o posicionamento do agente em relação à experiência e o tipo de memória presente.

Se nas várias narrativas produzidas pelos antigos combatentes, tornou-se patente uma capacidade estratégica para se proceder ao processo de estruturação identitária fazendo-se tanto um balanço positivo, como negativo das disposições accionadas ao longo do tempo, podemos, em função dos

domínios explicitados anteriormente, classificá-las de acordo com dois grandes pólos opostos – o positivo e o negativo – e as suas posições intermédias.

No primeiro pólo, a ênfase é colocada na dimensão construtiva da experiência de guerra, havendo da parte dos agentes sociais a evidente necessidade de ruptura com a deslocação do passado. A ancoragem identitária estrutura-se sobretudo nos seus elementos positivos e o passado é reinterpretado à luz do presente constituindo, deste modo, o vector mobilizador do que se pretende seleccionar do passado. Confrontamo-nos, pois, com produção de *memórias normais* e de uma linguagem de carácter marcadamente performativo.

Senão vejamos, o passado passa a ser reconstruído, de acordo com o relato de Pedro, pela afirmação do sucesso aquando da retoma da vida civil e da sobrevivência na trajectória. O seu reforço de uma estratégia individualizada de extremização dos índices de resistência assume-se como vital para uma transição harmoniosa do pós-guerra. Olhando para a trajectória de Eduardo, vemos que parte do significado da sua experiência assenta numa estratégia de recuperação da confiança, possível por via do colectivo. A realidade da guerra é edificada a partir dos laços de amizade e do convívio, sendo eles a garantia do controlo da descrição do passado. Torna-se evidente também no percurso de Artur a activação do domínio de (re)construção e de maturação sobre o sucedido. O fomento discursivo dessa activação, pela acentuação de determinadas disposições e qualidades personalizadas da acção, pode ser explicativo do esforço de reconversão realizado.

No segundo pólo, a conjugação da narrativa e da memória é intercedida por uma linguagem muito própria – a do silêncio e do não-dito (não verbal). O passado é frequentemente desactivado pois expressa lembranças que têm que ser devidamente isoladas de forma a se garantir uma certa continuidade biográfica. Este fraco desejo de conexão explica adequadamente a maior rapidez na passagem para a esfera do esquecimento. Sendo assim, só se seleccionam determinados aspectos da realidade da guerra deixando os restantes para o domínio subversivo face à sua pesada incompatibilidade com o presente – *memórias subterrâneas*. A evidência deste tipo de relação com o passado encontra-se muito vincada nos testemunhos proferidos por Manuel já que existe claramente um discurso de desactivação do passado da guerra, relegando-o para um segundo plano, e de normalização do silêncio, condições

necessárias para a gestão lenta da conotação traumatizante e intensa das lembranças. Também, na narrativa de José, constatamos que o passado continua a ter os seus efeitos perante as claras manifestações de dificuldade na coordenação da gestão da morte dos seus pares em contexto de guerra, no discernimento das acções de guerra e no distanciamento face às situações de ataque e perigo. Já a análise trajectória de Fernando, permite-nos ver que não há o desejo de conexão do passado com o presente porque o primeiro representa o fracasso de certas ideias estruturadoras da acção (através da destruição do certo imaginário cultural).

Quanto às posições intermédias presentes entre os dois pólos, destacamos que as outras narrativas podem ser divididas entre aquelas que estão mais próximas do pólo positivo e as que se aproximam mais do pólo negativo.

As primeiras, evidenciam a capacidade de afirmação das oportunidades de reconversão, do balanço positivo das estratégias de confronto com o próprio sistema de guerra, apesar de subjacente se encontrar uma projecção no peso da perda e da precariedade introduzido pelo mesmo. Ao existir um maior grau de dificuldade de selecção do passado à luz do presente comparativamente com as do pólo positivo, as memórias produzidas e a linguagem, apesar de maioritariamente performativas, reflectem alguns elementos de incompatibilidade. Destacamos aqui a narrativa de António S. que, não obstante revelar a capacidade de reconstrução subjectiva da sua trajectória por via da consolidação das novas condutas e na revisão nos modos de estar face a um passado pesado, vê no grupo de combate um objecto de idealização e projecção com o qual estabelece trocas interaccionais importantes, permitindo a afirmação do sentido colectivo de perda. Já Luciano mobiliza discursivamente do passado o sucesso no regresso à sua vida e o espírito de combate profundamente ancorado na identidade de grupo presente, essenciais para aquilo que considera ser a sua sobrevivência e a possibilidade de reabilitação biográficas. Porém, não deixa de apresentar dificuldades na libertação das memórias traumatizantes, geradoras de efectivos sentimentos de culpa.

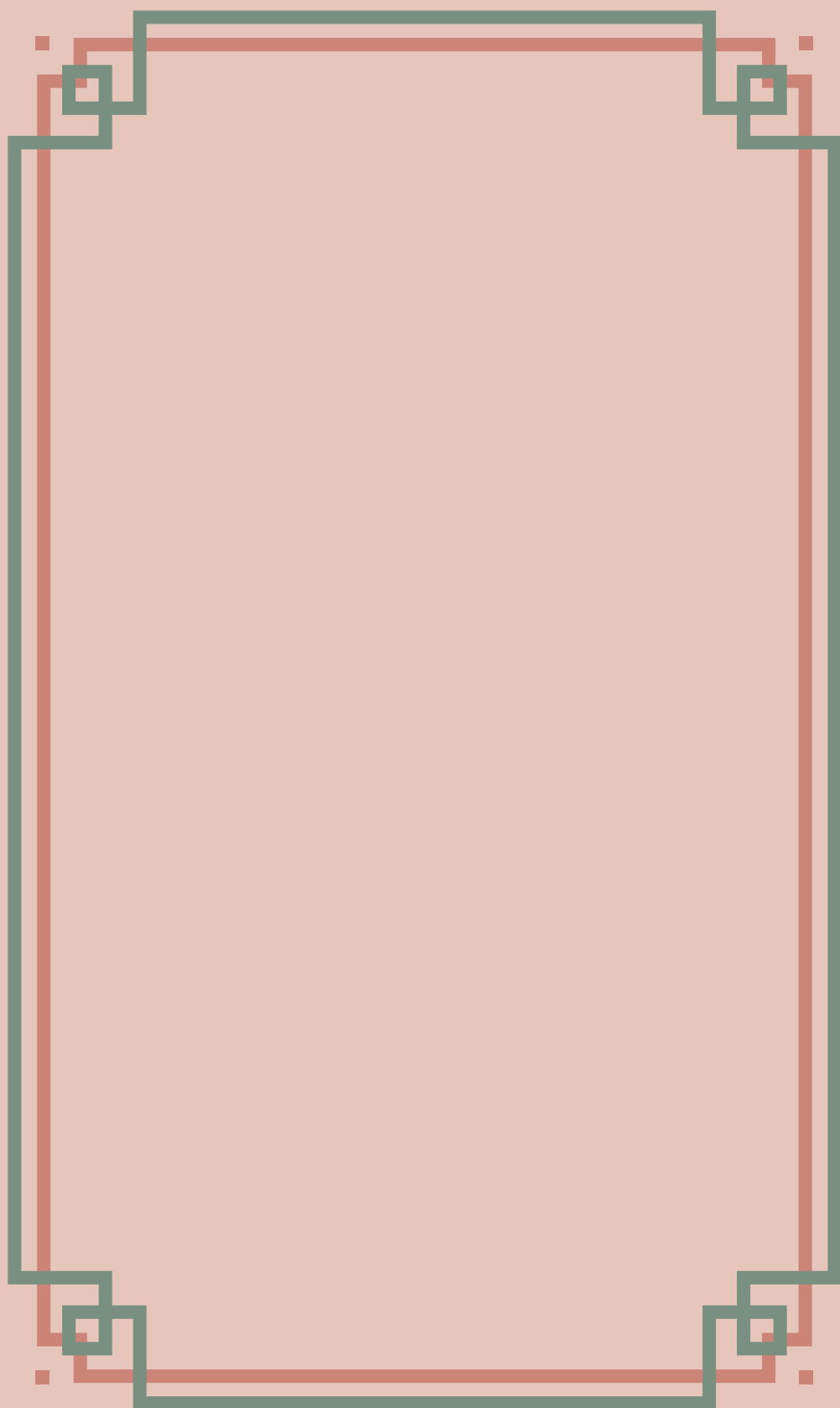
As segundas posições intermédias definem-se por um elevado grau de dificuldade de libertação do passado pois persiste a invocação do lado negativo e penoso das lembranças da guerra mas, contrariamente às narrativas do pólo negativo, o pendor estratégico na sua utilização é mais forte. Isto é, reconhece-se que as lembranças da experiência não devem

ser subvertidas ou apagadas mas podem ser servir enquanto instrumento que ajuda a explicitar o lugar ocupado na actualidade e o peso insuportável desse passado. A leitura de trajetória de António O. permite-nos ver que ao passado é dada uma ênfase nas consequências negativas da guerra (re) afirmando-se a sua desvinculação, até politicamente estruturada, devido à discordância com a acção da guerra. Já o lado traumatizante vivido na guerra é reproduzido, por parte de Delfim, com forte intencionalidade de modo a legitimar a fragilidade do presente associada aos impactos psicológicos e físicos do fenómeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- » BOURDIEU, Pierre (1986) – “L’illusion biographique” in *Actes de la recherche en sciences sociales vol.62, nº1*, Paris, Éd. Seuil, pp.69–72.
- » BOURDIEU, Pierre (2001) – “Distinction: a social critique of judgment of taste” in *Social Stratification*, Oxford, Westview Press.
- » FOUCART, Jean (2003) – *Sociologie de la souffrance*, Bruxelles, Éditions De Boeck Université.
- » GIDDENS, Anthony (1994) – *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- » LEED, Eric (2000) – “Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses” in *Journal of Contemporary History vol.35*, Sage Publications, London.
- » POLLAK, Michael (1989) – “Memória, Esquecimento e Silêncio” in *Estudos Históricos vol.2, nº3*, Rio de Janeiro, pp.3–15.

O texto que aqui se apresenta resulta da comunicação proferida na iniciativa levada a cabo pela instituição em causa – “Jornadas da História Oral. O uso da história oral nos estudos sobre as classes populares” realizada no dia 17 de Setembro de 2011. Os nomes enunciados na análise correspondem aos primeiros nomes próprios dos entrevistados que colaboraram neste estudo. As entrevistas foram aplicadas durante um mês nas cidades do Porto e de Braga.



PARA UMA HISTÓRIA DO VIVIDO – AS COMISSÕES DE TRABALHADORES AO(S) OLHO(S) DA INTERSINDICAL

SÍLVIA CORREIA

A nova história do trabalho integrou a história oral, como metodologia e técnica de investigação, estabelecendo uma plataforma de entendimento com as classes trabalhadoras, envolvendo-as na escrita da sua própria história. Uma primeira incursão, por via desta metodologia, na história da Intersindical coloca uma série de questionamentos, procurando demonstrar, mais do que a regulamentação de uma organização, a relevância de uma multiplicidade de variáveis que a definem. A memória oral, apesar de ser marcada por discursos oficiais, revela contradições, sensações e perspectivas individuais sobre uma mesma realidade. Este artigo pretende demonstrar a riqueza que este tipo de análise aporta para a compreensão da história da Intersindical, esmiuçando a multiplicidade de opiniões dos seus dirigentes em relação às comissões de trabalhadores e sua acção no imediato pós-25 de Abril.

INTRODUÇÃO

A história oral (re)aparece nos anos 50, enquanto disciplina e metodologia de trabalho, desenvolvendo-se de forma mais significativa na Europa Ocidental e nos EUA, onde o crescimento capitalista marginalizava os trabalhadores, objecto privilegiado da história oral. Entre os anos 60 e 70, a nova história do trabalho integrou-a como metodologia e técnica de investigação, estabelecendo uma plataforma de entendimento com as classes trabalhadoras, envolvendo-as na escrita da sua própria história. Esta metodologia permitiu ir além da história institucional dos sindicatos e confederações que, segundo o historiador E.P. Thompson, já não traduzia o verdadeiro movimento dos trabalhadores (Briggs e Saville 1960; Thompson 1966), e descobrir o universo humano negligenciado do mundo laboral não organizado.

Porquê, então, fazer a história da Confederação Geral dos Trabalhadores – Intersindical Nacional (CGTP–IN) num momento em que a história das instituições parece já não constituir uma novidade?

A saída de actividade e o desaparecimento de alguns dos mais importantes dirigentes sindicais exige uma urgente recolha de testemunhos, de forma, por um lado, a colmatar lacunas identificadas no arquivo da CGTP–IN, bem como demais arquivos nacionais e, por outro, a criar um acervo de fontes orais que se constitua como uma importante fonte de informação e memória acessível ao público. Para isso, foram entrevistados mais de três dezenas de dirigentes sindicais, de forma a abranger a maioria dos sectores ligados à CGTP–IN desde a origem da Intersindical (1970) ao Congresso de Todos os Sindicatos (1977). A grelha de entrevista pretende, para além do aprofundamento da história da Intersindical, dar espaço à experiência pessoal, que subjaz à realização do guião e da entrevista, desvendando narrativas construídas pelos trabalhadores. Como afirma Paul Thompson, a «história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela empurra a vida para a própria história e alarga o seu âmbito. Ela permite heróis, não apenas dos líderes, mas da maioria do povo desconhecido[...]. Permite o contacto – e daí a compreensão – entre classes sociais e entre gerações» (Thompson 1998, 28). Compreendendo a existência de uma relação muito estreita com o seu sujeito/objecto, este método possibilita o protagonismo de temas e sujeitos, até há data marginalizados pela historiografia tradicional, bem como verificar se existe um conjunto de representações colectivas e transversais ao objecto na forma como é reinterpretado e representado no presente.

A história oral traz ao de cima a questão, ainda mais polémica, da memória (e da sua relação com a história), constituindo um exercício que não só permite voltar ao passado, mas também chegar à multiplicidade de significados que se dão aos acontecimentos passados, à forma como são chamados ou simplesmente são, voluntária ou involuntariamente, esquecidos (Portelli 1998, 63–74). A memória oral, apesar de ser marcada por discursos públicos e oficiais, revela contradições, sensações e perspectivas individuais sobre um mesmo acontecimento. A história não pode, por isso, olhar com desconfiança sobre a memória, mas aproveitar e tirar uso das suas “fendas”.

A posição da Intersindical em relação às comissões de trabalhadores (CT) corresponde claramente a uma destas “fendas”, na qual jaz um dos

elementos que ressalta como menos consensual no universo das entrevistas realizadas. Não se pretende aprofundar, com isto, o estudo das CT's (Suarez 2008; Santos *et al* 1976–1977), mas a forma como, nos testemunhos dos quadros dirigentes da Intersindical, se identifica uma diversidade de opiniões, não só entre si, como em relação ao senso comum das posições oficiais. Para a compreensão desta *diversidade*, foram tidas em conta, no âmbito do projecto já enunciado, as entrevistas que tratavam mais directamente de questões relativas às CT's, como aquela realizada a Francisco Canais Rocha, Ernesto Cartaxo, Américo Nunes, Carlos Carvalho, Armando Artur Teixeira da Silva, José Luís Judas, Manuel Carvalho da Silva, Vítor Ranita e a Isabel Figueiredo. As Comissões de Trabalhadores ao(s) olho(s) da Intersindical

Já existentes antes do 25 de Abril, as comissões de trabalhadores afirmam-se como a estrutura base da organização dos trabalhadores. Surgidas no calor das lutas de Maio e Junho de 74, em processos assembleários de apresentação de reivindicações, constituem um método, *espontâneo e explosivo*, de superação de uma situação sindical *muito particular* (Suárez 2008, 47–49). Desde finais de Maio que se verifica uma ofensiva política mediática contra o seu recurso à greve, em nome de uma postura de moderação e confiança na nova ordem política. Inevitavelmente, Partido Comunista Português (PCP) e partidos de extrema-esquerda farão das CT's «espaços de disputa entre os projectos políticos» (Suárez 2008, 51): a posição moderada do PCP, hostil em relação às greves e em defesa de uma grande batalha de produção nacional, acusando-as de esconderem interesses reaccionários, contra o paradigma revolucionário partilhado por partidos ML e por outras formações esquerdistas.

Perante as perguntas *Como é que se posicionava a Intersindical em relação às greves “espontâneas” verificadas no imediato pós 25 de Abril?* e *Qual o papel das comissões de trabalhadores no pós-25 de Abril?* é notória a divisão de opiniões, sendo a maioria consonante com a posição do PCP ou do governo, nomeadamente aquando da realização da manifestação “contra as greves” a 1 de Junho de 1974 no Parque Eduardo VII. Decidida numa reunião dos empregados dos escritórios a 28 de Maio, convocada pela União dos Sindicatos do Sul e apoiada pelo PCP, esta pretendia ser uma «grande manifestação pública de apoio às medidas socioeconómicas anunciadas pelo Governo Provisório e contra as greves desordenadas que ameaçam lançar o país no caos económico

e social» (*A capital*, 29 de Maio de 1974). Canais Rocha, na altura coordenador-geral da Intersindical e membro do PCP, afirma:

«quando houve a manifestação [...], que é chamada contra as greves, não foi a Intersindical que [a] convocou, foi o Sindicato dos Escritórios de Lisboa. [...]

Por onde passava havia greves dos transportes e do pão. [...]. Estes sectores eram nevrálgicos e o imperialismo sabia; por isso tentava manobrar, e nós fizemos esforços para resolver essas situações. Perante este quadro, o Sindicato dos Escritórios, nesse plenário, decide convocar uma greve de apoio à Intersindical, e a Inter não podia ir contra essa manifestação e participou nela. Ainda hoje está escrito em todos os lados que a Inter fez uma manifestação contra as greves.» (Rocha, 2010: 18)

Ernesto Cartaxo, da Comissão de Trabalhadores da Mec e membro do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, sobre o assunto, defende o *irrealismo e aventureirismo* de tal estratégia:

«Persistiram algumas reivindicações que, naquele contexto, já eram irrealistas e punham em causa os avanços que se tinham verificado. Não é por acaso que as forças de direita e o patronato reaccionário animavam essas reivindicações. Também algumas forças políticas da extrema-esquerda faziam o jogo da direita, alimentando conflitos em algumas empresas, como no caso dos CTT, da TAP, da Carris, da Messa e em mais umas quantas empresas.

A posição da Intersindical, tal como a posição dos quadros sindicais mais responsáveis no interior das empresas, era a de que se estava a viver um momento crucial na vida dos trabalhadores e do Movimento Operário e que não se devia embarcar em aventuras sob pena de se pôr em causa o processo revolucionário. Daí que ambos tivessem feito contra-vapor a esse aventureirismo. É com esse sentido que, no dia 1 de Junho, a Intersindical promove uma manifestação do Parque Eduardo VII até à Praça de Londres, contra as manobras das forças reaccionárias.» (Cartaxo, 2010: 18–19)

Já Américo Nunes, ligado ao sector da Hotelaria, recusou participar na manifestação “contra as greves”. Salvaguarda, no entanto, a sua posição, afirmando que a postura de então se deveu, no essencial, a não se encontrar

ainda inteiramente integrado na organização. No fundo, uma questão de consciência (ou de falsa consciência):

«É verdade, eu digo francamente, na altura não era tão politizado como quem estava na direcção da Intersindical, porque eu fui dos que não foram à manifestação contra as greves, mas hoje compreendo e estou extremamente solidário. Se tivesse a mesma formação do que aqueles que dirigiam a Intersindical na altura, apoiava de certeza essa posição. Houve greves, a que nós chamávamos de greves justas, que tinham mais do que razão de ser pelas reivindicações que colocavam, quer nos aspectos salariais, quer nos aspectos que se queriam resolver dentro das empresas e naquele contexto. Mas havia greves que destabilizavam a situação política e militar. [...]

As questões e os problemas nem sequer eram só dos trabalhadores e de quem levantava aquelas greves. Nem sempre era a reacção a comandar as greves – “isto é a reacção que está por trás!” –, em alguns casos era mesmo, mas noutros não, era uma grande dose de espontaneidade, de esquerdismo, de voluntarismo, não era só uma questão de salário ou de horário, era uma espécie de libertação.

As pessoas queriam afirmar a sua liberdade, queriam ir para a rua, e às vezes era greve, porque sim, com alguma irresponsabilidade do ponto de vista institucional. Mas era perfeitamente razoável, pessoas não organizadas politicamente passaram a agir assim, e agiram muitas assim, e, de facto, houve contenção de algumas dessas greves. Houve mesmo uma convocatória de uma manifestação [...] contra as greves selvagens e anárquicas. Foi no Parque Eduardo VII.» (Nunes, 2010: 9–10)

Enfim, esta foi «uma das atitudes mais dramáticas e contestadas deste género, e a mais usada quando alguém quer pôr em causa o papel da Inter, no plano sindical» (Nunes 2011, 204). Porém, o conflito entre a Intersindical, legalizada após o 25 de Abril, e as CT's não reflecte apenas uma oposição em relação às fórmulas reivindicativas. De acordo com Carlos Carvalho, membro do secretariado da Intersindical desde o 25 de Abril:

«As relações, teoricamente, seriam de complementaridade. No entanto, as Comissões de Trabalhadores também sentiam, porque também vinha de trás, que a questão das negociações colectivas fazia

parte das suas funções, o que não era verdade. Havia cadernos reivindicativos que, às vezes, pareciam autênticos contratos colectivos. [...] A Constituição da República Portuguesa não atribui às Comissões de Trabalhadores a negociação colectiva, isso é exclusivo dos sindicatos. Aliás, é universal.» (Carvalho, 2010: 18-19)

Existem, porém, militantes nos antípodas desta posição, ressaltando, criticamente, a importância das CT's. Segundo Armando Artur Teixeira da Silva, estas cumpriam um papel histórico, pois

«existiam nalgumas empresas, já antes do 25 de Abril, e [...] já tinham desenvolvido grandes lutas na defesa dos interesses dos trabalhadores, porque antes do 25 de Abril, como as direcções dos sindicatos, a maior parte, não defendiam os interesses dos trabalhadores na empresa. Começaram-se a criar as Comissões de Trabalhadores que, no local de trabalho, defendiam os interesses dos trabalhadores, já que o sindicato não defendia, defendiam elas. Seria um contra-senso, quando foi o 25 de Abril, acabar com as Comissões de Trabalhadores, tal como alguns chegaram a defender, como estava a dizer.

Nunca houve um litígio entre Comissões Sindicais e Comissões de Trabalhadores, houve algumas pessoas que, não apreciando correctamente a situação, achavam que “já que temos as Comissões Sindicais na empresa e as Comissões Intersindicais, para que são precisas as Comissões de Trabalhadores?”» (Silva, 2010: 10-11)

Chega mesmo a afirmar que,

«as Comissões de Trabalhadores tiveram uma intervenção um pouco mais politizada, mas acho que isso fazia todo o sentido, porque as Comissões de Trabalhadores, que existiam antes do 25 de Abril, chegaram a promover algumas greves nas empresas.» (Silva, 2010: 11)

Semelhante ideia sobre a eventual politização das CT's é defendida por José Luís Judas. Na sua visão, a Intersindical

«nessa altura, não teve uma abertura muito grande, criou ali um impacto e uma disputa que mais tarde se verificou que não era nada produtiva. Foi mais orientada por processos de suspeição sobre a ideia de que o PS estava a aproveitar as Comissões de Trabalhadores para criar divisão na empresa.» (Judas, 2010: s/p)

Um dos pontos que resvala desta polémica é a relação directa entre posição e região. Atendemos às palavras de Manuel Carvalho da Silva:

«na União dos Sindicatos do Porto, no debate que fazíamos, também na região Norte, nas posições sobre as comissões de trabalhadores, havia menos radicalização, ou melhor, não havia tanto uma cultura e um campo de posicionamentos que levassem a uma separação tão profunda entre os sindicatos e as comissões de trabalhadores. Isso era mais sentido no Sul. [...] Julgo que, como a situação política era muito mais marcada por uma posição mais forte da direita, isso também levava a uma percepção maior da necessidade de unidade e, portanto, obrigava a um trabalho mais profundo sobre alguns dos factores que podiam provocar radicalizações insanáveis». (Carvalho da Silva, 2010: 18-19)

Vítor Ranita acrescenta que no trabalho feito:

«Houve algumas dificuldades, mas realmente havia uma dinâmica própria. Foi constituída uma Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Norte, com sede nas instalações da USP, apoiada na sua própria estrutura, para dinamizar sobretudo a criação de mais Comissões de Trabalhadores e dar-lhes apoio no âmbito da constituição, dos estatutos e o apoio técnico». (Ranita, 2010: 12)

A situação da relação entre a Intersindical e as CT's ameniza-se a par das mudanças políticas que o país testemunha. Assim, se durante o período de Maio a Junho de 1974, o movimento reivindicativo era dinamizado pelas CT's, eleitas para o efeito, que se vão institucionalizar, entre Janeiro e Março de 1975, o movimento é «'conduzido' e 'enquadrado' por determinadas estruturas sindicais, com articulações mais ou menos directas a certos aparelhos partidários» (Santos *et al.* 1976-1977, 58).

OS CTT - REGRA OU EXCEÇÃO?

Um dos casos que menos consenso despertou entre os membros da Intersindical foi o dos CTT. Face aos insucessos das negociações do caderno reivindicativo (CR) entre a comissão pró-sindicato (CPS) e o conselho de gerência da empresa, passa-se à greve geral, cujo início estava marcado para 17 de Junho. Esta greve tornou ainda mais evidente o contra-senso em torno das greves deste período. Trata-se de um dos primeiros processos reivindicativos que se irá deparar com a oposição do governo; do PCP; e da Intersindical (Suarez 2008, 103) .

Isabel Figueiredo, membro da CPS dos CTT e, mais tarde, parte da CGTP-IN, salienta a má relação da CPS com a Intersindical, dado o seu apoio daquela à criação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações (SINTEL). Ainda, sobre a posição da Intersindical face à greve de 17 de Junho, diz:

«Não há nenhuma posição formal. Há uma reunião com a Intersindical a dizer que era perigoso prolongar uma greve, porque começou a haver ajuntamentos de população junto dos locais de trabalho. Alguns eram ajuntamentos de povo, outros não era povo. [...] em Lisboa, no meu local de trabalho eu conhecia aquele “povo” todo. [...] No Porto, as coisas são sempre mais azedas do que em Lisboa. Houve pancadaria, cercaram a Batalha, que é a central de telecomunicações. Houve um conflito grande.

Houve tentativas de dizer que eles estavam a ser radicais e que a proposta era despropositada, mas a argumentação foi ao ponto de dizer que ‘os senhores que estão a propor isto, ganham...’ e puseram os ordenados deles todos. [...] Os comunicados que existem são textos do Eugénio Rosa [...]. Mesmo que não soubesse, eles tratavam de explicar quem era o Eugénio Rosa. Portanto, a oposição existe desde esse momento.» (Figueiredo, 2010: 15)

De facto, ao longo das entrevistas, tornou-se evidente a recorrência do caso CTT sempre que questionados sobre a posição da Intersindical em relação à vaga de greves do pós 25 de Abril. Cito:

«Claramente, os Correios não tinham sindicato, mas começaram a criar uma comissão pró-sindicato e a Intersindical opôs-se frontalmente às reivindicações (agora não me lembro das reivindicações todas, mas aquilo dava para acabar com a empresa CTT).» (Carvalho, 2010:15)

Ao dito por Carlos Carvalho, parece associar-se Canais Rocha, salientando que, mesmo dentro da Intersindical, existiam divergências:

«A Intersindical teve vários problemas com alguns sindicatos, por exemplo, o sindicato dos correios, não havia sindicato, porque era um sector estatal e não estava organizado. Formou-se uma comissão pró-sindicato, cuja ‘cabeça líder’ era um tipo altamente suspeito, que tinha sido da Legião Portuguesa, e essa comissão promove uma greve dos CTT que levantou uma grande celeuma na sociedade portuguesa.

O MFA chegou a formar um pelotão para intervir contra os grevistas, em várias localidades do país as populações viraram-se contra os grevistas, atacando os correios e insultando os trabalhadores que estavam em greve e tentaram meter a Intersindical ao barulho.

A Intersindical disse que não ia contra os trabalhadores, mesmo discordando. Convocou a comissão pró-sindicato e o tal líder para uma reunião na Intersindical, dissemos: ‘nós propomos apresentar em plenário a vossa admissão como membros da Intersindical, como observadores, porque ainda não há sindicato, mas vamos trabalhar todos em conjunto’. E acabou a greve! Nunca mais houve problemas. O que é que nós defendíamos? Todos cá dentro, mesmo divergindo, e havia divergências profundas em alguns casos, mesmo cá dentro.» (Rocha, 2010: 18)

CONCLUSÃO

Importa referir, em tom conclusivo, a maior conformidade de posições, sobre as CT's e a sua acção, entre aqueles que integravam, à altura, o secretariado da Intersindical, como Carlos Carvalho ou Canais Rocha. Porém, mesmo estes, salvaguardam a falta de consenso, não revelada pelos documentos oficiais produzidos e divulgados pela instituição.

Esta metodologia de recolha de informação é uma forma privilegiada de aceder à compreensão dos tortuosos meandros dos processos decisórios, garantindo o levantamento e preservação das memórias (individuais) que, não estando documentadas, pelas condições de forte instabilidade do contexto político vivido ou pelas regras institucionais, contribuirão para perceber aquilo que compõe a memória do movimento sindical e da sua luta pela organização e consolidação. Uma memória que, tornada pública, se vê incapacitada de reduzir a história do movimento das comissões dos trabalhadores, dos sindicatos e do próprio PREC a um processo absolutamente linear e líquido. Permite apenas ao historiador, mediante o contacto com as múltiplas experiências da classe trabalhadora, uma história *do vivido*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENTREVISTAS

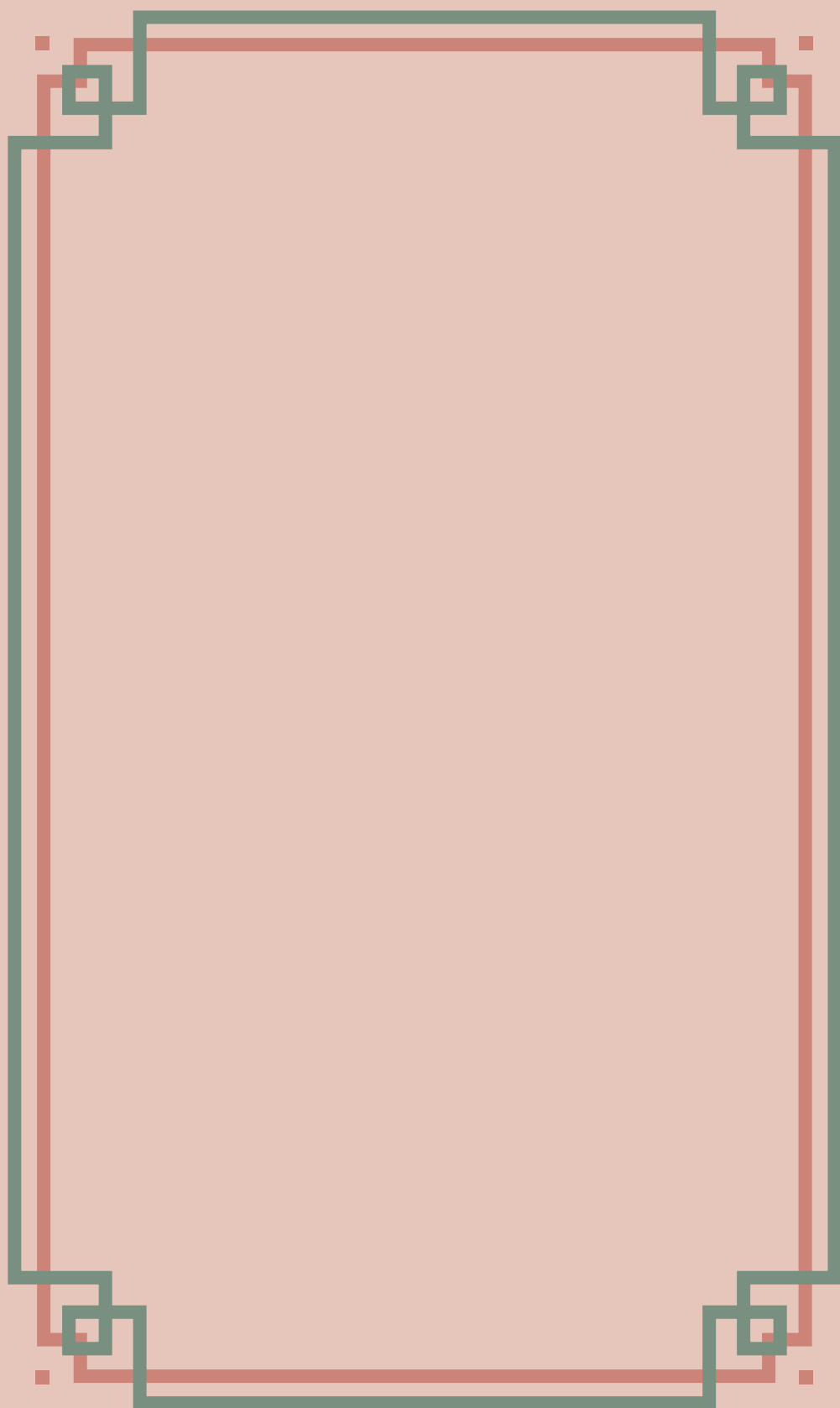
- » Américo Nunes (Depoimento: Lisboa, 22 de Fevereiro de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 30 p. [dat.].
- » Armando Artur Teixeira da Silva (Depoimento: Lisboa, 7 de Abril de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 29 p. [dat.].
- » Carlos António de Carvalho (Depoimento: Lisboa, 21 de Maio de 2010). Lisboa: CGTP-IN – CAD, 2010, 28 p. [dat.].
- » Francisco Canais Rocha (Depoimento: Lisboa, 18 de Fevereiro de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 29 p. [dat.].
- » Isabel Figueiredo (Depoimento: Lisboa, 29 de Junho de 2010). Lisboa: CGTP-IN – CAD, 2010, 24 p. [dat.].
- » José Ernesto Ribeiro Cartaxo (Depoimento: Lisboa, 5 de Abril de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 30 p. [dat.].
- » José Luís Judas (Depoimento: Lisboa, 15 de Abril de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, [s/p.] [dat.].
- » Manuel Carvalho da Silva (Depoimento: Lisboa, 2 de Dezembro de 2010). Lisboa: CGTP-IN – CAD, 2010, 27 p. [dat.].
- » Vitor Manuel Rodrigues Ranita (Depoimento: Torres Novas, 10 de Maio de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 20 p. [dat.].

BIBLIOGRAFIA

- » Briggs, Asa e John Saville, ed.. 1960. *Essays in Labour History: in Memory of G. D. H. Cole, 25 September 1889–14 January 1959*. London [s./ed.].
- » Ferreira, Marieta de Moraes. 1998. «Desafios e Dilemas da História Oral nos Anos 90: O Caso do Brasil». *História Oral*, n. º 1 (1998): 19–30.
- » Nunes, Américo. 2011. «A Intersindical na Revolução de Abril». In *Contributos para a história do movimento operário e sindical – Das raízes a 1977*, coord. Manuel Carvalho da Silva. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres, 185–265.
- » Paul, Thompson, 1998. «The voice of the Past». In *The oral history reader*, ed. Robert Perks e Alistair Thomson. London: Routledge, 21–28.
- » Portelli, Alessandro, «What makes oral history different» In *The oral history reader*, ed. Robert Perks e Alistair Thomson. London: Routledge, 63–74.

- » Santos, Maria de Lurdes Lima dos, Marínus Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira. 1976–1977. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.
- » Scott, James C., 1990. *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- » Suárez, Miguel Ángel Pérez. 2008. *Contra a exploração capitalista: comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974–1975)*. Tese de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- » Thompson, E.P.. 1966. *The making of the English working class*. New York: Vintage Books.

Veja-se o projecto *Testemunhos Oraís: A Intersindical das origens aos Congresso de Todos os Sindicatos (1970–1977)*, vertente do *Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental* (Arquivo de História Oral e Memória) da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (financiado pelo Programa POPH). Com antecedentes nas comissões de unidade e nas comissões internas. Perante a questão sobre a *instrumentalização político-partidária da Intersindical*, Canais Rocha recorre ao caso dos CTT, “o Álvaro Cunhal, que era ministro sem pasta, chamou os militantes comunistas da Inter à Assembleia da República e perguntou: “você estão a ver o que se está a passar na greve dos correios? O que é que a Inter pensa fazer?” Eu disse: “olha lá camarada, foi para isso que nos chamaste cá? O que nós pensamos fazer, fazemos lá! Estamos a acompanhar e vamos acompanhando.” [...] quem dirigia éramos nós e não o Partido Comunista e, portanto, nós entendíamos que não íamos contra os trabalhadores [...]. Enquanto houve força para impor esta distância, a Inter manteve uma grande independência [...]. Se não tiver autonomia, é evidente que é uma correia de transmissão, seja do Partido Comunista, seja do Partido Socialista.” (Rocha, 2010: 29).



PORQUE AS DEVEMOS ESCUTAR? AS VOZES FEMININAS ENQUANTO FONTE ORAL

SÓNIA FERREIRA - CRIA/FCSH-UNL

Neste texto discutirei o estudo de caso de uma comunidade operária e os desafios metodológicos com que me deparei na recolha de testemunhos orais femininos neste contexto, numa pesquisa que se centrou na análise dos comportamentos e estratégias de resistência de um grupo de mulheres operárias de Almada, durante o período do Estado Novo.

Pesquisar no domínio da história das mulheres, ou seja, procurar vestígios que nos permitam reconstituir existências e acontecimentos vividos no feminino, constitui um relevante desafio metodológico, agudizado quando nos reportamos a mulheres pertencentes a grupos subordinados, onde tanto os registos escritos como os relatos orais são mais vincadamente marcados por uma invisibilidade histórica, fortemente acentuada por uma demarcação de classe. Com a finalidade de “devolver a voz às mulheres” muitos investigadores e investigadoras têm utilizado a História Oral como ferramenta de trabalho.

Este procedimento fundamental do método etnográfico clássico, tem sido longamente debatido e profusamente questionado ao longo da história da Antropologia. A utilização de relatos orais, especialmente no formato de história de vida, aparece na Antropologia por volta dos anos 20, embora a utilização deste método de recolha de informação, o método biográfico, não seja exclusivo desta área. Ele levanta no entanto questões próprias e interrogações particulares no âmbito específico da Antropologia. Em primeiro lugar, porque o acesso e a reprodução da experiência e da voz do Outro parece caracterizar uma apetência ocidental pelo exótico, já que desde os primeiros trabalhos de recolha de histórias de vida junto de comunidades índias norte-americanas estes suscitaram o interesse e a curiosidade do público (Langness e Frank, 1995:17).

Também o redireccionar do olhar antropológico para o exótico perto de casa, o leva a estudar grupos e sub-culturas considerados menores ou marginais, numa tentativa de incorporar aspectos até então negligenciados da vida social. Exemplos destes trabalhos podem ser encontrados, por um lado, junto dos autores ligados à Escola de Chicago, essencialmente na visibilidade dada aos grupos excluídos e marginais, mas também nos trabalhos produzidos por autoras identificadas com as correntes feministas.

Neste âmbito, também Paul Thompson (1988) no seu manual sobre História Oral – onde pretende instruir os historiadores na recolha e tratamento de fontes orais – chama a atenção para o florescer do poder da classe operária, no pós 2ª Guerra Mundial, o que conduz ao desenvolvimento de um interesse acrescido pela história das classes trabalhadoras. Este interesse vai materializar-se, por exemplo, em autobiografias e recolhas de depoimentos que são utilizados quer na produção literária e científica, quer na programação audiovisual, através de séries de ficção ou documentais. Esta nova corrente no seio da Sociologia dos anos 50, preocupava-se já não apenas com a pobreza mas com a cultura da classe operária em si (Thompson, 1988: 64). Contudo, neste panorama, as mulheres continuaram a ser amplamente ignoradas, o que se deve em parte ao facto de a sua vida ser essencialmente “indocumentada”, com laços mais frágeis com o mundo laboral e com as outras instituições sociais do domínio público.

Neste texto discutirei precisamente o estudo de caso de uma comunidade operária e os desafios metodológicos com que me deparei na recolha de testemunhos orais femininos neste contexto, numa pesquisa que se centrava na análise dos comportamentos e estratégias de resistência de um grupo de mulheres operárias de Almada, durante o período do Estado Novo, incidindo mais concretamente sobre as décadas de 30 e 40.

Conhecedora das histórias mais comuns, de maior divulgação e das biografias de destaque da resistência feminina ao regime salazarista, procurei afastar-me da construção de uma história da resistência que privilegia quase sempre figuras do mundo intelectual com posicionamentos sociais de relevo. É verdade que existem excepções em termos de visibilidade, como Catarina Eufémia ou algumas militantes comunistas cujas biografias podem ser lidas em obras como a de Rose Nery Nobre de Melo (1975), a de Gina de Freitas (1975) e a de Ana Barradas (2004), mas é também exacto que mesmo

estas mulheres, tirando uma ou outra aparição esporádica nos media, não são geralmente reconhecidas fora de um universo ideológico restrito.

A investigação sobre as operárias de Almada não se revelou contudo fácil, as mulheres que viveram o período que me interessava estudar encontravam-se na casa dos oitenta, noventa anos, o que de alguma forma permitiu recorrer à história oral e ao método biográfico embora com limitações, mas quaisquer outro tipo de fontes auxiliares revelaram-se desde logo escassas se não mesmo inexistentes. Por outro lado, as próprias mulheres entrevistadas negligenciavam as suas experiências, proferindo discursos em que simultaneamente enalteciam e despromoviam os seus comportamentos, nomeadamente no campo da resistência política, o que ia ao encontro do que vários autores escreveram sobre a questão (Perrot, 1998; Scott, 1999; Tebbutt, 1995), ou seja, sobre a dificuldade de reconstituir existências e acontecimentos vividos no feminino, sobre a invisibilidade das mulheres na história, sobre as fontes assexuadas, os vestígios negligenciados e a opacidade de realidades que acabaram por se tornar subalternas na hierarquia da história. Mesmo no contexto de resistência ao regime do Estado Novo, as mulheres das elites intelectuais continuam a apresentar um certo pudor no relato pessoal, como nos mostra Vanda Gorjão ao referir, “*um «desconforto feminino» no tomar a palavra (...) desconforto expresso em afirmações como «a minha vida não teve nada de importante que mereça a pena ser gravado»* (2002: 23).

Assim, se por um lado pesquisar sobre mulheres levanta em termos gerais problemas metodológicos e de abordagem, estes tornam-se mais agudos, como já referi, quando falamos de mulheres que não pertencem às elites sociais mas sim a grupos socialmente subordinados (Connerton, 1993: 23, 24), onde tanto os vestígios escritos, oficiais ou não, como os próprios relatos orais são mais vincadamente invisíveis com uma acentuada demarcação de classe. Dando como exemplo o boato que analisa em bairros operários ingleses, Melanie Tebbutt (1995) defende que este tipo de oralidade, sendo socialmente inferiorizada e encontrando-se maioritariamente associada às mulheres, contribui, segundo a autora, para depreciar ideologicamente a cultura da classe operária em geral e dentro desta a das mulheres em particular, promovendo uma auto-desvalorização no seio do próprio grupo (1995: 11). As vozes das mulheres operárias ficam largamente arredadas do registo escrito, tradicionalmente mais valorizado enquanto fonte de “verdade”, tanto o que é realizado

por terceiros como pelo próprio, sendo este último caso praticamente inexistente para as mulheres operárias pois estas não escrevem sobre si. E mesmo aquando do aumento substancial dos níveis de literacia que ocorre em finais do século XIX, este não atinge de forma igual ambos os géneros, sendo que as mulheres das classes trabalhadoras continuam largamente arredadas desse universo. As possibilidades de acesso à instituição escolar são francamente desiguais e o decorrente acesso ao universo da cultura escrita também, o que não só exclui como desvaloriza a sua própria oralidade, associada frequentemente à superstição e à ignorância.

No meu caso, focar os discursos proferidos pelas mulheres tornou-se um passo essencial para descortinar o seu universo, trazê-las das sombras onde a primazia da literacia as colocara. No contexto dos bairros operários esta necessidade torna-se premente já que a comunicação oral constitui uma forma essencial da organização e gestão das relações sociais, de parentesco e de vicinalidade.

Ao trabalhar com mulheres operárias na análise e rememoração de comportamentos de resistência, a procura do discurso oculto, tal como é enunciado por James Scott (1985; 1990), constituiu uma actividade fundamental para o entendimento das suas opções e estratégias. A análise dos quotidianos de trabalho e do ambiente fabril, e não somente os momentos formais cristalizados na história como de excepção, foram imprescindíveis para uma percepção mais clara das formas densas e imperceptíveis de uma gramática reivindicativa que se tece nos interstícios desse mesmo quotidiano. As entrevistas que realizei junto de um conjunto de ex-operárias procuraram assim criar brechas no silêncio em torno de práticas, por um lado desvalorizadas e por outro, caracterizadas pelo encobrimento e dissimulação. Procurei, através dos seus discursos a descrição e caracterização das fábricas, dos colegas de trabalho, do contexto familiar e sempre que possível da sociedade envolvente. Ou seja, procurei apreender as quotidianas relações de poder, assim como a avaliação e gestão das mesmas por parte das operárias. A análise destas práticas permitiu-me detectar as manifestações a montante e a jusante dos momentos públicos, conferindo uma perspectiva globalizante à análise da resistência.

Foi nesse sentido que a história oral que me permitiu chegar a estas acções intermédias, ou *in between* como enunciam Fox e Starn (1997), aquelas

praticamente invisíveis, entre o inócuo do quotidiano e a excepção revolucionária. Acções difíceis de aferir a *posteriori*, não apenas pelos mecanismos de dissimulação que as caracterizam tornando-as indetectáveis na maioria das fontes institucionais, mas igualmente por uma invisibilidade endógena, por um desvalorizar mútuo, de homens e mulheres, sobre as acções destas no que constitui uma auto-mutilação memorabilística, que se encontra frequentemente naturalizada por um *habitus* (Bourdieu, 2002) de género e de classe que remete para a *doxa* (Idem) dominante em termos da representação ideológica da mulher no período do Estado Novo em Portugal. Construção esta paradoxalmente, ou não, passível de ser encontrada em termos gerais quer no seio do regime salazarista quer no da oposição política.

No que à resistência em geral diz respeito e aos momentos de revolta pública colectiva, assinalarei alguns aspectos. Em termos gerais as acções das mulheres são descritas enquanto ligadas à protecção do lar, da subsistência e da família e nesse sentido são elogiadas pela capacidade de defesa de interesses não exclusivamente pessoais. Não é a protecção do seu posto de trabalho que surge como causa primeira da reivindicação, o que revela a posição de inferioridade que este tem no colectivo. Ou seja, o rendimento feminino tem junto da maior parte das famílias importância capital em termos económicos, mas em termos simbólicos é desvalorizado por oposição aos dos homens, sustentáculo simbólico do lar.

No discurso masculino sobre as greves as mulheres surgem de forma agregada, participam e podem mesmo organizar mas nunca lhes é conferido um lugar central na estrutura dirigente. Destacam-se os casos considerados excepcionais das operárias que proferiam “discursos arrebatadores” e detinham capacidade organizativa mais vincada. Estes casos que marcam a memória, individual e colectiva, dizem respeito a mulheres que participavam mais activamente na organização das greves, principalmente incentivando as colegas a aderir, mas também as que mantinham ligações mais próximas como o PCP. Todas as outras que quotidianamente labutavam nestas fábricas e que engrossavam o caudal das greves e manifestações de rua são apagadas dos relatos e as suas vozes e memórias não são registadas.

Por outro lado, produzem-se discursos contraditórios no que diz respeito aos desempenhos femininos na resistência. Se por um lado a sua participação é exaltada, embora de forma antagónica, nos discursos públicos, por

outro lado é desvalorizada, tanto pelas mulheres como pelos homens, principalmente no que diz respeito à sua configuração política. Ou seja, o comportamento corajoso das mulheres nos momentos de greve é aparentemente enaltecido, no entanto, uma análise mais atenta encontra justificações que o diminuem já que é entendido como reflexo de imaturidade política e até de irresponsabilidade, pois “*iam empurradas umas pelas outras*” (MG) e acima de tudo iam em grupo, anulando a sua individualidade. Ambos os grupos, homens e mulheres, são igualmente unânimes em associar a acção pública das mulheres ao factor subsistência, já que neste período a maior parte dos protestos públicos prendem-se com questões relativas ao abastecimento de géneros alimentares.

A associação entre mulheres, subsistência e revolta pública não é nova e mais uma vez remete o seu desempenho para o foro do privado assim como para uma apolitização das suas acções. Remete-se a visão, entendimento e preocupação das mulheres para a periferia da “política verdadeira”. Schwartz (1987), por exemplo, alerta para a falta de investigações sobre a resistência francesa que integrem as mulheres de forma satisfatória, sendo que esta questão surge porque a definição de resistência não permite a integração das mulheres enquanto sujeitos, já que grande parte das suas acções não se coadunam com a definição. As críticas desta autora vão ao encontro de muitas outras (Perrot, 1998; Tebbutt 1995; Baker, 1996; Andrieu, 1997; Gorjão 2002) que chamam a atenção para a invisibilidade ou eclipsar das mulheres enquanto sujeitos participativos devido à natureza dessa mesma participação. Assim como à orientação das investigações para os participantes que ocupam posições de liderança ou para as redes e grupos organizados (Schwartz, 1987: 141–142). Igualmente em Portugal, poucas são as mulheres, principalmente as que não integraram estruturas políticas e partidárias organizadas, que são reconhecidas fora de um âmbito paroquial. A história da oposição é produzida principalmente a partir do próprio grupo formal ou dos seus registos e relatos, excluindo-se assim muitas participações pela apropriação também pelos investigadores das categorias endógenas dos grupos oposicionistas que como se viu, para o caso de Almada, produzem memórias ambíguas na atribuição de um papel de resistentes às mulheres operárias.

A análise da resistência não deve por isso ater-se apenas aos registos públicos ou institucionais, como a imprensa ou o material de arquivo e às histórias promovidas e caucionadas pelos colectivos organizados mas incluir

elementos que possibilitem aferir as invisibilidades, desenvolvendo uma lógica interpretativa que utilize um conceito de político e de resistência que seja suficientemente abrangente para que as acções dos indivíduos não sejam obliteradas por uma grelha analítica demasiado rígida e concomitantemente afastada dos contextos reais de acção. A utilização de estratégias metodológicas como as que integram a história oral apresentam-se por isso como imprescindíveis para nos trazer um olhar mais denso sobre estas realidades.

CONCLUSÃO

Na minha investigação, a utilização de fontes orais resultou de uma opção metodológica que foi seleccionada tendo em atenção as especificidades do objecto de estudo, pois este cruzava dois factores de invisibilidade social importantes, o género e a classe social, ou seja, mulheres operárias que como já amplamente referi, ocupam um lugar particularmente ingrato na história ocidental. Nesse sentido, a abordagem metodológica a este tipo de grupos assemelha-se à forma tradicional que os antropólogos dispunham para recolher informações junto de comunidades sem escrita ou com registos formais menos perenes. A maior parte dos grupos operários, devido a um conjunto de características que os afastam da auto-produção biográfica de relevo, vive de uma memória essencialmente oral, cuja documentação escrita sobre si provém de grupos sociais mais valorizados que dominam a produção da documentação oficial do Estado e a produção da própria História.

No que diz respeito às mulheres, estas possuem igualmente um lugar na história difícil de aceder sem o recurso à História Oral e a fontes menos convencionais e o próprio processo através do qual se procede à recolha de informações sobre estas, assume particularismos interessantes e condicionantes de vária ordem, nomeadamente materiais mas também ideológicos. Como referem Fentress e Wickham (1992), *“ao nível prático, é notoriamente difícil sequer gravar mulheres que recordam na presença dos seus maridos: a maioria dos homens interrompe, desvaloriza as memórias das esposas, apropria-se da entrevistista, prefere contar as suas histórias ou mesmo, o que é assaz bizarro, contam eles próprios a história de vida das mulheres* (1992: 171, 172). Em suma, existe um número considerável de factores que condicionam, por um lado, mas ampliam por outro as potencialidades desta abordagem, sendo tarefa do investigador equacionar o peso da sua integração como ferramenta de trabalho.

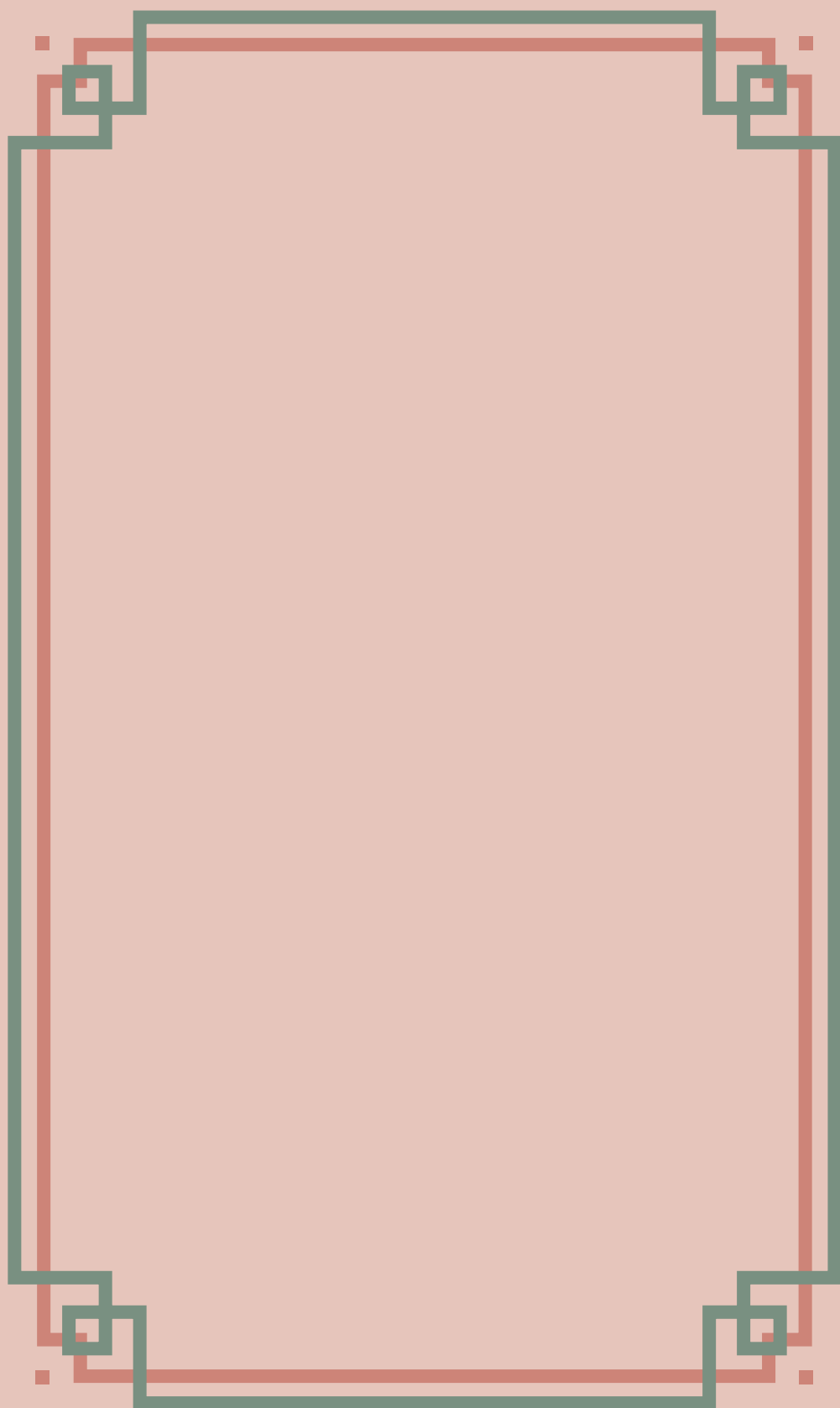
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- » Andrieu, Claire. 1997. «Les résistantes, perspectives de recherche», *Le Mouvement Social*, nº 180, Julho/Setembro, pp.69–96.
- » Baker, Alison. 1996. «History and Myth: Women’s Stories of the Moroccan Resistance», *Oral History*, vol. 24, nº 1, pp. 68–78.
- » Barradas, Ana. 2004. *As Clandestinas*, Lisboa: Ela por Ela.
- » Blok, Anton. 1992. «Reflections on ‘making history’» In *Other Histories*, (ed) K. Hastrup, London/New York: Routledge, 121–127.
- » Bourdieu, Pierre. 2002. *Esboço de uma Teoria da Prática*, Oeiras: Celta.
- » Connerton, Paul. 1993. *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta.
- » Crane, Susan. 1997. «Writing the Individual Back into Collective Memory», *The American Historical Association Review*, vol. 102, nº 5, 1372–1385.
- » Ferreira, Sónia. 2007. «Mulheres: um “objecto” nas entrelinhas da história», *Arquivos da Memória*, 1 (nova série), CEEP – <http://localhost/CEEP/ArquivosdaMemorianovaserie1.php>, 5–21.
- » Ferreira, Sónia. 2010. *A Fábrica e a Rua. Resistência Operária em Almada*, Castro Verde: Ed. 100 Luz.
- » Fox, Richard. Starn, Orin, eds. 1997. *Between Resistance and Revolution. Cultural Politics and Social Protest*, New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press.
- » Freitas, Gina de. 1975. *A Força Ignorada das Companheiras*, Porto: Plátano Editora.
- » Gorjão, Vanda. 2002. *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa: ICS.
- » Leonardo, Micaela. 1991. «Introduction: Gender, Culture, and Political Economy. Feminist Anthropology in Historical Perspective». In *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era*, org. M di Leonardo, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1–48.
- » Lewin, Ellen (ed). 2006. *Feminist Anthropology: a reader*, Malden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing.
- » Melo, Rose Nery Nobre de. 1975. *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa: Seara Nova.
- » Milheiro, Luís. 2000. *Almada e a Resistência Antifascista*, ed. de autor.
- » Moore, Henrietta. 1993. *Feminism and Anthropology*, Cambridge: Polity Press.

- » Perrot, Michelle. 1998. *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Manchecourt: Flammarion.
- » Schwartz, Paula. 1987. «Redefining Resistance: Women's Activism in Wartime France». In *Behind the Lines: gender and the two world wars*, (eds) M. Higonnet, J. Jenson, S. Michel e M. Weitz, New Haven/London: Yale University Press, 141–153.
- » Scott, James C. 1985. *Weapons of the Weak – Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven/London: Yale University Press.
- » Scott, James C. 1990. *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*, New Haven/London: Yale University Press.
- » Tebbutt, Melanie. 1995. *Women's Talk? A social history of 'gossip' in working-class neighbourhoods, 1880–1960*, Hants/Vermont: Scolar Press.

Para uma leitura abrangente e cronológica desta temática ver (Langness e Frank, 1995). Ver (Leonardo, 1991; Moore, 1993; Lewin, 2006; Ferreira, 2007). Num artigo mais recente intitulado “Believe it or not: Rethinking the historical interpretation of memory” (1994), Thompson elabora uma retrospectiva pessoal acerca do papel da memória e da História Oral ao longo das últimas décadas. O autor enfatiza em particular o peso das novas abordagens à utilização da História Oral e à análise da memória e da história, remetendo para autores como Daniel Bertaux, Isabelle Bertaux-Wiame, Alessandro Portelli ou Luísa Passerini. Em termos gerais Thompson faz um balanço acerca das investigações produzidas neste domínio mas também da sua própria carreira. Consultar para uma cronologia dos trabalhos produzidos no âmbito da História Oral até aos anos 80, por países e regiões geográficas (Thompson, 1988: 22–72).

Esta investigação foi realizada no âmbito do meu doutoramento (2009) podendo ser consultada em (Ferreira, 2010). Esta situação de interferência dos cônjuges masculinos ocorreu, de forma mais declarada, duas vezes na minha investigação de doutoramento. Em ambos os casos os cônjuges das potenciais entrevistadas conseguiram inviabilizar a realização das entrevistas e mesmo dificultar o acesso da investigadora à sua casa. As razões invocadas foram sempre de minimização, tanto da experiência como da capacidade de transmissão da mesma por parte da mulher. Estas observações foram sempre feitas à frente destas e nunca foram explicitamente negadas pelas próprias, que tinham, num momento anterior, demonstrado vontade em participar na investigação.



NARRATIVAS DE CRIADAS DE SERVIR E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

INÊS BRASÃO

INTRODUÇÃO

A conservação da memória das sociedades tem sido assegurada pelo recurso ao registo escrito, seja este investido de maior, ou menor tecnologia. O domínio da escrita – e a maior legitimidade e dispositivos de vigilância que acompanham a observância das suas regras de expressão – produziu efeitos em outros domínios da expressão e induziu alguma perda de significado social na passagem oral de conhecimento, subtraindo este património à sedimentação da memória colectiva (Poirier: 2000). Contrariando esta tendência, atravessamos uma era em que se afirmam novas possibilidades de registo da oralidade facilitadas pela vulgarização do acesso a meios audiovisuais, embora estejamos longe do seu máximo aproveitamento em benefício da memória.

Porém, se fizermos uma panorâmica das formas dominantes de registo, não podemos deixar de concordar que a oralidade sempre suportou graus relativamente menores de legitimidade, em particular nos espaços profissionais de preservação da memória. Além disso, é facto consensual que a prevalência da escrita ou da oralidade na transmissão de conhecimento corresponde a uma sociologia relativamente precisa. A segunda representa um modo de transmissão de saberes e de registo experiencial privilegiado pelos grupos sociais mais desfavorecidos. Já o registo escrito – da autobiografia “de gaveta” à produção textual de contornos mais ou menos públicos – constitui um recurso naturalmente posto em marcha pelos detentores de qualificações literárias superiores.

Estou em crer que, a uma oposição redutora entre os produtores e “guardadores” de memória escrita (as elites) e os desinvestidos de recursos escolares (os subalternos), tem-se discutido pouco a importância de conservar a memória social de uma massa de população que ocupa posições sociais e profissionais intermédias. Este contingente tem vindo a adquirir

uma crescente consciência dos espaços de publicação e intervenção mas, por outro lado, usa canais de expressão sem correspondência com os da ortodoxia dominante, privilegiando as novas tecnologias da comunicação. Cabe a sociólogos e antropólogos a discussão sobre as melhores formas de preservação da componente massificada das suas práticas e discursos.

A escrita – mas, sobretudo, a hipótese de promoção e divulgação da memória escrita – é, portanto, um bem distribuído de forma profundamente desigual, e quaisquer estudos sobre grupos subalternos necessitam pôr em marcha recursos metodológicos capazes de ultrapassar esta limitação. Como recuperar os registos de vida de migrantes, presos, camponeses, operários, rappers, prostitutas, trabalhadoras domésticas ou quaisquer outros trabalhadores precários? Como fazer falar os «povos do silêncio»? (Poirier, Valladon, Raibow: 1995).

O século XX assistiu a um conjunto de transformações estruturais na ordem económica, política, tecnológica, social e privada. Essas transformações produziram efeitos nos regimes de trabalho. Neste sentido, é importantíssima a preservação das narrativas orais que abordam os interstícios dos processos de transformação na esfera do trabalho – e não apenas os discursos modelares que os enformam. A história oral abre a possibilidade de introduzir a “contra-cena” no teatro social das relações de poder. Injecta aspectos microscópicos na compreensão das relações quotidianas e recoloca as questões do trabalho no sujeito trabalhador. Se a tradição da história oral francesa tem elegido os “deserdados, os marginais e os excluídos” como populações naturalmente alvo desta recolha de informação, a tradição anglo-saxónica não exclui uma atenção aos transcritos do discurso dos investidos de poder.

Contribuições importantes como a de Paul Thompson permitiram que a historiografia oral inglesa provocasse mudanças “tanto no contexto da história, através do reconhecimento de grupos substantivos de pessoas que eram liminarmente ignorados, como apelando à abertura de novas áreas ao inquérito etnográfico”. A um fascínio inicial pelo método, seguiu-se uma observância dos seus riscos, e foram vários os autores que refrearam tendências de romantização e ideologização do inquirido enquanto personagem de uma ficção apenas controlada pelo seu escriba. Robert Perks dá o exemplo das “feministas radicais que, em Inglaterra, olharam para as *amas de leite* à procura de mães sem instinto maternal”.

A partir do momento em que a experiência de vida de todo o tipo de pessoas é usada como material de investigação, surge uma nova dimensão da história. A realidade é complexa e multifacetada. É mérito da história oral recriar essa multiplicidade original de pontos de vista que articula testemunhos provenientes das classes sociais mais desfavorecidas, sem privilégios e derrotados, com outros de maior poder. Citando Eduard P. Thompson, “este método permite o estabelecimento de uma dialéctica permanente entre classes e gerações”.

1.

A oportunidade de participar nas *Jornadas de História Oral*, promovidas pela Universidade Popular do Porto, permitiu-me recuar às questões do método e a uma reflexão sobre a forma como foi conduzida a recolha de provas. Irei aqui considerar a importância da história oral para a interpretação da história da condição servil doméstica no contexto do salazarismo, e os problemas metodológicos com os quais me fui deparando no curso da investigação.

Desde cedo quis interrogar a estrutura da sociedade portuguesa a partir de “baixo”, ouvindo-a respirar pelo tecido da memória social, nas genealogias ocultas e nos gestos do quotidiano. A história oral surgiu na forma imperativa e na minha imaginação sociológica reforçada pelo facto de a elucidação sobre os aspectos que regulavam o trabalho doméstico em Portugal, a partir da voz das trabalhadoras, não ter qualquer tradição nas ciências sociais portuguesas. A estratégia fundamental de investigação era a de permitir levar por diante a intersecção biografia e história. Fazer o cruzamento entre indivíduo e sociedade, não na busca de um absoluto decalque, mas de um argumento que explicasse a ocorrência de mudanças estruturais no período situado entre a década de 1940 e 1970 e a projecção dessas mudanças no padrão das relações entre indivíduos. Isto só seria possível se complementasse os reportórios biográficos de antigas “criadas de servir” com um conjunto de outras fontes documentais. Ao defender a complementaridade das fontes não estou – note-se – a julgar a história oral como deficitária de legitimidade. Trata-se de controlar os elementos de compreensão da história da condição servil doméstica num enquadramento em várias escalas. Para dar apenas um exemplo da necessidade de atender à dimensão micro e macro, basta referir que não é possível observar

as transformações ocorridas no seio desta condição profissional desviando a atenção de fenómenos de grande escala como as correntes migratórias internas verificadas no período do salazarismo. Obtêm-se melhores perspectivas de interpretação e objectivação do fenómeno quando olhamos as características do êxodo rural ou se atendemos à estatística de saúde, uma vez que nos transportam para fenómenos sociais de grande escala que nos ajudam a identificar os traços da imaginação colectiva de fuga para a cidade. Com efeito, a massificação do trabalho doméstico interno, fenómeno tardio em Portugal quando comparado com países como França ou Inglaterra, não pode ser desligada destes movimentos. Trata-se de um efeito causal que mimetiza dimensões do mesmo fenómeno à escala europeia.

Algumas viagens em direcção às terras de origem de antigas criadas de servir inverteram o sentido das primeiras experiências de migração que me foram narradas: munida do aparelho de registo de voz, saí de Lisboa à procura dos lugares de onde tinham partido as minhas interlocutoras, usando as auto-estradas para encurtar as distâncias, e os mapas para chegar aos lugares afastados das grandes rotas.

No método da história oral podemos contactar directamente com os agentes em situações de rotina das suas vidas para tentar compreender *como e porque razão* determinadas regularidades ocorrem. Através da observação, da entrevista e da interacção informal inquirimos os sentidos e os valores subjacentes a determinadas actividades e, de algum modo, a presença física do observador garante a utilização dos cinco canais sensitivos. As “personagens desta história”, se quisermos adoptar a provocação de Paul Willis à ortodoxia académica quando defende uma interpretação do quotidiano enquanto arte, circularam pelo estudo de uma forma que não pretendia ser ilustrativa. As interpretações sobre a vida e o trabalho passados são a matéria constitutiva da interpretação antropológica da condição servil contemporânea.

2.

Contrariando a inexistência de fontes orais, são diversas as fontes impressas que abordam o problema da desobediência da condição servil doméstica. Refiro-me a um vasto quadro de intervenção que cobre publicações em áreas como a saúde, a educação, o lazer, a política, a igreja, a mulher ou a família. Apesar da manifesta disparidade nas condições para promover

representações sociais sobre a condição servil doméstica, largamente favorável às elites políticas, educativas e patronais, debati-me até ao final do estudo com críticas relativamente ao facto de não terem sido contrabalançados os testemunhos patronais com os testemunhos dos trabalhadores. A desconfiança distribuía-se tanto pelas costumeiras críticas à fragilidade do método da história oral, como pela suposta subversão implícita de uma verdade legítima já por outros construída.

A recolha de testemunhos orais – 20 biografias, no seu total – permitiu-me identificar formas de dominação e resistência presentes na relação entre criadas e patrões. Pretendi fazer uma história “a partir de baixo”; ou melhor, a partir do “baixo do baixo”, resultado de um cruzamento de dois domínios de subalternidade: género e classe social. Sempre que possível, o contacto com as fontes orais foi acompanhado de uma incursão até às terras de origem das minhas testemunhas. As deslocações permitiram-me o reconhecimento dos lugares de nascimento, o contacto com realidades sociais muito afastadas do centro político decisor e a entrada nos espaços privados das trabalhadoras. Algumas vezes, proporcionaram-se encontros com parentes mais ou menos distantes, os quais me ajudavam a completar as histórias de família. Visitei e fotografei, entre 2006 e 2010, as aldeias que foram sendo reduzidas a um quase deserto humano, como consequência de um desejo colectivo de mudar de vida. E encontrei, em muitos testemunhos, a memória de um país intensamente subjugado aos interesses de uma oligarquia, apesar da força modernizadora apregoada pelo Estado Novo.

Remeto para o discurso na primeira pessoa a descrição da vida numa aldeia do concelho de Trancoso, no final da década de 1950. Trata-se de um momento de rememoração de Catarina Miguel sobre a sua infância:

“A gente lá na terra, era assim: havia 3 pessoas... 3, 4 pessoas que eram *donas da gente todos*, como se costuma dizer. Era como no Alentejo! Chegavam lá, eu ainda me lembro, e diziam assim para a minha mãe: “— Ouviste?!” (era assim que tratavam a gente...) “—Olha que na segunda, terça quarta e quinta vais para lá. Vais tirar as batatas e levas a garota!” (que era eu, a filha mais velha) Lá ia eu. Olhe, começávamos a sachar ao nascer do sol até já escuro, até às 9 horas da noite. Eram ali 14 e 15 horas a trabalhar, sob aquele sol ardente... Eu era uma garota e não ganhava nada, e a minha mãe ganhava 25 tostões! Já viu?

E era assim... Escravizavam ali a gente, escravizavam ali a gente! Digo isto com mágoa. Nunca me lembro de a minha mãe me agarrar assim ao colo e me dar beijinhos como a gente hoje faz aos filhos e aos sobrinhos e aos netos! A gente hoje agarra os filhos e dá-lhe carinhos... e a mim fez-me falta! Eu senti imensa falta! Às vezes chorava e a minha mãe nunca me dava um beijinho!... Ai, a minha mãe nunca me dava um beijinho!... Coitada, ela não tinha tempo para nada. Agarrava na gente e ia trabalhar fora e deixava “o comer” e dizia: “—Aquecei-o e comei-o”...Chegava à noite, coitada, com 3 filhas. Naquele tempo, sozinha, e quando era no inverno não ganhava nada...”

Após este relato, fica clara existência de uma apurada consciência sobre o sistema de classes de então, induzido nos tempos de infância e juventude de Catarina Miguel. Eventualmente, este sentimento de injustiça social, exploração e humilhação foi partilhado oralmente pelos seus familiares e poderá ter-se tornado mais acutilante com a chegada à cidade e a lenta, mas conseguida, mobilidade social. Catarina Miguel é hoje reformada da categoria de funcionária de limpeza do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esta consciência do lugar de classe permite rebater um pressuposto de amorfismo crítico subjacente em determinadas leituras sobre as motivações para a transformação social subjacentes nas classes subalternas.

Catarina dedicou longo tempo da sua narrativa a contar-me o trágico desfecho de vida de um dos grandes proprietários da terra natal. De alguma maneira, a forma como esta história foi recordada permite identificar alguma ambiguidade na relação com a memória e com os *senhores* e *capatazes* de então. De um primeiro registo aparentemente revestido de frieza e raiva, o desenlace traz ao de cima, na narrativa seguinte, um sentido de compreensão e compaixão pela tragédia, algo que não estava presente no primeiro momento. Por outro lado, torna muito claro que o tipo de dominação accionado no regime de trabalho agrícola, apesar de conter traços de servidão faz com que, pelo facto de a pouca riqueza detida pelas classes mais pobres ser proporcionada pela “graça” e “condescendência” do grande proprietário, as famílias que para ele trabalhavam se sintam devedoras e lhe prestem deferência e mérito. Atentemos na expressão dessa ambiguidade:

“Olhe que houve lá um senhor - isto é real - que tinha tantas terras, semeava tanto e tinha tanto que subjugava ali a gente todos à

vontade dele! Era tudo. Depois começou a emigração. As pessoas começaram a ir-se embora, ele queria pessoas para trabalhar as terras e não tinha. Matou-se! Enforcou-se! É verdade, enforcou-se! Começou a ver as terras abandonadas, um homem daqueles, que aquilo era meio mundo. Só metade daquela aldeia era tudo dele. E depois tinha tudo ali... tinha os criados... ali é que era exploração! Aqueles criados!... Tinha 2 ou 3 criados efectivos, mas aquilo era uma exploração! Rotos e sujos a guardarem as ovelhas... Depois, começou a emigração. Queria homens para tirar as batatas e não havia. Não havia. Queria isto, não havia. Enforcou-se. O homem enforcou-se. O homem chegou a um ponto que... enforcou-se. Um homem que, quer a gente queira, quer não, ainda deu trabalho a tanta gente. Porque apesar de pagar pouco, se não fosse ele ninguém dava nada, ainda era pior... e depois aconteceu assim. Pois foi: aquele senhor foi assim. Não resistiu àquilo. Não resistiu a ver as terras abandonadas... Foi antes do 25 de Abril, foi muito antes do 25 de Abril, foi quando a emigração começou a ir, a ir, a ir... aquilo era uma pessoa que realmente vendia ali toneladas de castanhas, de azeite, de tudo, muitas ovelhas, muitas vacas... chegou a um ponto... queria criados, não tinha, queria pessoas para trabalhar, não tinha! Foi obrigado a desfazer-se do gado, foi obrigado a desfazer-se daquilo tudo porque não tinha quem tomasse conta daquilo tudo. Antigamente era preciso um pastor pra isto, era preciso uma pastor para aquilo... e o homenzinho não resistiu àquilo. As terras hoje estão abandonadas porque só lá estão os velhos.”

Nas *Jornadas de História Oral* (Setembro de 2011) defendi que este método – a par de outros – tem um enorme potencial de descrição e interpretação, na medida em que recria uma “cena” que possibilita a análise da construção do discurso no *locus* de gestação, e essa cena justapõe elementos que não são apenas de retórica e de racionalidade, como também de percepção, emoção e relação com a construção do sujeito, isto é, de contradição e incoerência.

Se a análise do registo escrito (na análise documental) permite levar a cabo um procedimento sistemático de contextualização e depuração da linguagem e estilo, obrigando o historiador a interpretar figuras como a ironia, ou ainda outras formas de subtexto que atravessam as narrativas escritas, a co-presença do investigador no momento do registo oral deve

permitir igualmente uma permeabilidade a este conjunto de sinais. E não me refiro apenas à possibilidade de reter aspectos não-verbais da comunicação: repetições, incisões, hesitações ou pausas.

A recolha de informação por intermédio do testemunho oral, no caso particular dos testemunhos de criadas de servir, foi preciosa sob o ponto de vista da análise dos códigos corporais. A forma de movimentar as mãos, em regra pousadas sobre o colo, ou fechadas uma sobre a outra, a forma de ter o corpo sentado – sem nunca cruzar as pernas, gesto eventualmente reprimido na construção do *ethos* servil – são figuras que ajudam a interpretar a maior ou menor incorporação da subalternidade. No caso do hábito de “cruzar de pernas”, representa ainda hoje uma marca de conquista da mulher burguesa que se equipara ao homem nas formas de se sentar em ambientes de sociabilidade mais ou menos investidos de formalidade. No quotidiano, e em particular no quotidiano das mulheres oriundas das classes populares, trata-se de um hábito retraído, sem réplica, pouco apreciado e transmitido. Mas outros gestos e comportamento incluíam a expressão narrativa destas trabalhadoras domésticas, como as sucessivas desculpas pela humildade da casa, dos artigos decorativos e da antiguidade dos móveis. Todos estes aspectos ocultos do testemunho oral tiveram – para mim – uma importância fundamental que permitia seguir o rasto da subalternidade na memória corporal.

A linguagem torna-se, aqui, verdadeiramente multilinear e obriga a proceder a uma dupla anotação: da linguagem verbal mas, também, da géstica. Afastando o perigo de nos detemos numa espécie de matemática do movimento, na qual o sentido global interpretativo perde lugar para o sentido do detalhe espúrio, é indiscutível que estas protagonistas da história acumulam a sua linguagem de intencionalidade e ideologia. A animosidade ou crítica de determinados episódios pode não estar presente a nível superficial, mas encontra-se subentendida. E a análise atenta do processo de comunicação da informação torna-se, neste sentido, determinante. Vejamos o registo de Cecília Paulo:

“Os meus pais eram pessoas muito trabalhadoras, pobres, porque antigamente a vida era muito difícil. Nasci mesmo em C..., criei-me em C. Aos 7 anos fui para a escola, fiz a 3ª classe. Como os meus pais eram pobres e eu fui sempre assim uma genica muito grande, ainda andava à escola e foram a casa dos meus pais. A minha mãe era uma pessoa

muito... a minha mãe e o meu pai eram pessoas *muito consideradas* em Castelo de Vide. A minha mãe trabalhava em casa e ia trabalhar fora quando lhe pediam. Porque antigamente não havia... tinha que se ir trabalhar aqui e ali. Depois eu fui servir e a minha mãe trabalhava em casa da madrinha do meu irmão a seguir a mim. Portanto, eram comadres. Eles tinham um café, tinham pão, vendiam bolos e farturas e havia muito trabalho. A minha mãe começou por ir lá comprar o pão e depois ficou grávida do meu irmão. Ela tinha uma filha que foi para Angola e porque a minha mãe era uma pessoa...*considerada*, pronto, e a filha foi madrinha do meu irmão. Lá começou a trabalhar com o pão até... já eu tinha 17 anos (repete). Como minha mãe era uma *pessoa muito considerada*, às segundas-feiras fechavam as portas, porque havia aquela segunda-feira dos sapateiros. E então os sapateiros às segundas-feiras não trabalhavam. De manhã metiam-se nos cafés e quando era da parte da tarde já estavam com muito vinho. Então, para deixar de se aturar aquilo, fechava-se a porta. E depois davam uma volta pela vila para saber onde lanchar aquilo que tinham... e iam lanchar à casa dos meus pais. Na altura, que eu me lembre, já éramos 3... éramos 4, mas antigamente havia muito respeito em casa dos pais..."

Este trecho narra o momento inicial da entrevista realizada a Cecília Paulo no ano de 2008. Cecília Paulo pretendeu traçar-me um retrato da sua família de origem. Retive 2 momentos fundamentais da sintaxe oculta da narrativa. O primeiro situa-se nos termos da insistência em fazer-me crer que a família era *muito considerada*. A expressão foi recorrente. A preservação nesta formulação, cuja importância só me fui apercebendo no desenrolar da narrativa, correspondia a um objectivo muito claro para a minha interlocutora. Cecília queria ajudar-me a identificar a posição social relativa da família na estrutura sócio-profissional da vila. Partindo de um lugar de desvantagem social, a oportunidade que permitiu a seus pais complementar o trabalho no campo com o de pequenos comerciantes (com negócio de café e pastelaria na vila) deu lugar a que saíssem do lugar mais baixo da estratificação social. Ora, Cecília pretendia que esta informação ficasse bem registada. Queria salientar, para a história, aquele orgulho familiar em ter conseguido ascender socialmente. Há ainda um outro sentido oculto na narrativa. Tratava-se de me colocar de aviso acerca das qualidades morais. Cecília fez

um *manifesto* de defesa contra uma acusação de que os mais pobres pudessem não ter os mesmos parâmetros de ética e elevação moral, por se deixarem corromper, subverter ou subordinar. Para o reforçar, a defesa da qualidade moral daqueles que enformavam o seu núcleo familiar foi muitas vezes reafirmada por intermédio do recurso linguístico da ênfase e da repetição.

3.

Uma das questões mais ricas e complexas de significado na memória das criadas que trabalharam em regime co-residencial situa-se na relação com o espaço. A casa era lugar de labor e, ao mesmo tempo, de crescimento individual. Em regra, os patrões traçavam uma divisão social no acesso a determinadas divisões da habitação, tornando-o um território cujas barreiras não estavam inteiramente definidas, embora fizessem parte de uma aprendizagem dos interditos, da mesma forma que os filhos só podiam aceder à mesa dos adultos depois de afinada e comprovada a civilidade dos seus gestos. Para a serviçal doméstica, a casa era um espaço de pertença “dúbia”, um não-espaço.

“Uma vez o patrão chegou a casa e o menino estava no meu quarto. O patrão costumava bater à porta a perguntar por mim... Naquele dia ele vinha bêbado e abriu a porta do meu quarto e entrou por ali adentro... E eu disse: “O que é que o senhor quer daqui?” – “Quero o meu filho.” – “O seu filho não sai daqui. Está a dormir. Vá para o seu quarto e deixe estar a criança que o senhor não está em condições de tomar conta dela.” – “Quem é que manda aqui? Sou eu ou é você?” – “O senhor manda no seu quarto. Eu mando no meu.” – “Aqui a casa é minha!” – “A casa é sua mas o quarto é meu...Eu estou aqui. O quarto é meu. Quando eu cá estou dentro. Por isso, ou o senhor se vai embora ou eu mando-lhe um cesto em cima.” – Nisto entra a patroa...mas ela era muito boa.”

Laurinda Reis testemunhava aqui um episódio em que reivindicou como *seu* “um território” parcial da casa – o quarto – para defender os interesses do nascituro adormecido, de quem cuidava. Mas há aqui, naturalmente, uma pretensão que resulta numa inversão dos termos de domínio, uma vez que aos patrões familiares cabia a decisão sobre a divisão interna da propriedade onde o seu quotidiano se desenrolava. Isto é, trata-se de uma suspensão na ordem das coisas que rapidamente retornaria ao estado habitual.

Com efeito, persistem na memória sentimentos de despossessão e desigualdade face aos usos sociais da casa: esse sentimento de despossessão decorre do estabelecimento de uma hierarquia naturalizada de acesso a bens de higiene, alimentar e de lazer, algo que repercutia um adquirido de superioridade de uns sobre outros:

“Na segunda casa não havia banheira, era tudo num alquidiar e a gente tomava banho na casa-de-banho dos senhores. Agora na primeira não me deixavam tomar banho na banheira dos senhores. Tinha que me lavar na tal casa-de-banho que eu tinha, pequena, que só tinha o lavatório e a sanita, ali é que eu me lavava.”

São comuns as proibições de acesso aos utensílios de higiene pessoal, ao pão branco, qualquer espécie de bolo ou doce, vestuário casual, maquiagem, determinado calçado. A casa tem margens e labirintos, espaços interditos onde não é possível incorrer sobre pena de ser a criada advertida e penalizada. O sentido do “meu” restringe-se ao quarto de dormir, ainda que no período de maior degradação da condição doméstica co-residencial, este quarto passe a anexo, depois a corredor, marquise, sala comum, divã, sótão ou esconso. Note-se que na chamada “época de ouro” dos criados domésticos, uma das formas de distinção da criadagem era permitir o acesso aos espaços privados dos amos e, inclusive, à sua intimidade. A “criada de quarto” tocava o corpo da sua senhora para o lavar e vestir. O que revivemos na memória das “criadas para todo o serviço” da década de 1950 e 1960, em Portugal, é já uma fase de concordância das clivagens sociais e físicas entre criados e patrões.

A noção de trabalho descontínuo, na qual a ideia de pausas, interrupções ou férias permitem a recomposição de energias dispendidas naquilo que o trabalhador encara como a sua jornada de trabalho, é algo com difícil correspondência no conceito de trabalho outrora vivido por estas mulheres. Vejamos o testemunho de Rosa Maria quando a questioneei sobre as “suas férias”:

“Férias? (*Desata a rir sem som*) Havia férias naquela altura? (*estou a perguntar-lhe...*) Não havia férias!... Eu nunca tive férias... (*No verão, não ia para lado nenhum?*)... Ia com os patrões... Quer dizer, com aqueles velhotes que eu tive, íamos para as férias deles. Esses íamos sempre para lá 2 meses. Agora com os outros, não. Nunca tive férias. (*e no verão o serviço era o mesmo?*) Era a mesma coisa. Não, era a mesma coisa.

Ele tinha lá casa e às vezes ainda tinha mais... lavar a roupa, passar a ferro, e havia lá uma menina que até me chamava a mãe Maria, e ela depois mais tarde veio para cá...”

Em que situações do quotidiano se detectaram manifestos de revolta e subversão? Há um efeito de corrosão pela desobediência que não pode ser medido na mesma escala de outras condições profissionais. A consciência do historiador sobre a difusão dos impactos da subversão na condição servil doméstica e a deficiente atracção das forças políticas pela defesa dos direitos destas trabalhadoras é uma premissa determinante para responder ao exercício de análise das suas tácticas subversivas. A imposição de descontinuidades no regime trabalho, a negociação da produtividade, das formas de tratamento ou da propriedade sobre o corpo, são conseguidas por mecanismos de indisciplina e desobediência que se conquistaram no espaço da vida de cada trabalhador. Essa indisciplina teve repercussões no colectivo por uma pressão que não se fez sempre de “baixo para cima”, nem através de sindicatos – praticamente inexistentes – mas de forças económicas e culturais várias que foram percebidas igualmente por patrões e criados.

Gostaria ainda de fazer uma referência à narrativa de humilhação, em particular ao uso da dominação física (castigo e estupro): recurso *naturalizado* pelos patrões sobre as criadas no período que analisei. Uma das seduções inerentes à reconstituição da história da condição servil doméstica, na modalidade co-residencial, é a possibilidade de cruzar a história do trabalho com a história da vida privada. A minha experiência de registo prova que o registo oral e a experiência da co-presença não são necessariamente indutores de uma abertura ao espaço da denúncia sobre situações de indignação, humilhação ou violência física. Julgo que esta defesa – ainda que no espaço de bastidor – que levou muita das mulheres a não verterem para a sua biografia auto-construída situações de castigo e estupro constitui um sintoma de que interpretaram sem tiques de ressentimento, mas com pudor e preservação da dignidade, o momento em que protagonizaram determinados sinais da história. Foi notório, para mim, que as minhas testemunhas, apesar das suas narrativas de subalternidade, mantiveram a preservação de códigos de honra que levam a não usar o dispositivo do testemunho para denegrir, escarnecer, fazer a delação de pormenores íntimos, quando o sentimento de dignidade no trabalho foi intocado.

Entre a década de 1940 e o início da década de 1970, é difícil identificar qual a tipologia prevalecente de serviço doméstico. Se é verdade que a maioria das memórias ainda tem subjacente a convivência ou co-residência com a entidade empregadora, também é verdade que um conjunto de fontes nos indica que este já se encontra na sua fase de declínio. A transição é observável em diversas fontes. A publicação de anúncios de emprego, por exemplo, revela que o recrutamento está já vocacionado para uma contratação ao dia, raramente referindo a contrapartidas em termos de convivência, alimentação e abrigo.

4.

Termino com uma referência ao facto de a história oral *estar na moda*. A massificação da recolha de testemunhos orais poderá conduzir a alguns riscos, riscos esses que devem ser controlados. No quadro dos projectos conduzidos por equipas, a ida para o terreno, em busca do testemunho oral, entra numa cadeia de produção que é, hoje em dia, protagonizada por diferentes intervenientes, em diferentes momentos, à maneira de uma linha de montagem. Neste sistema de divisão social do trabalho científico, concebem-se essencialmente 4 momentos: inventário das testemunhas, recolha do transcrito oral, tradução do transcrito oral no transcrito escrito e, por fim, análise textual. O segundo e o terceiro momentos de execução do método nem sempre são assumidos pelo mesmo indivíduo, algo que pode levar a um desvio do contexto em que o discurso é produzido. Acresce que esta cadeia de responsabilidade, fruto de uma compressão para a apresentação de resultados em tempo curto, mascara igualmente uma desvalorização do custo do trabalho do transcritor por oposição ao custo do trabalho do intérprete/investigador principal. Se este facto é inelutável, julgo que deve merecer por parte dos defensores do método uma vigilância atenta de forma a instruir antecipadamente sobre a melhor forma de capturar, conter e transcrever informação.

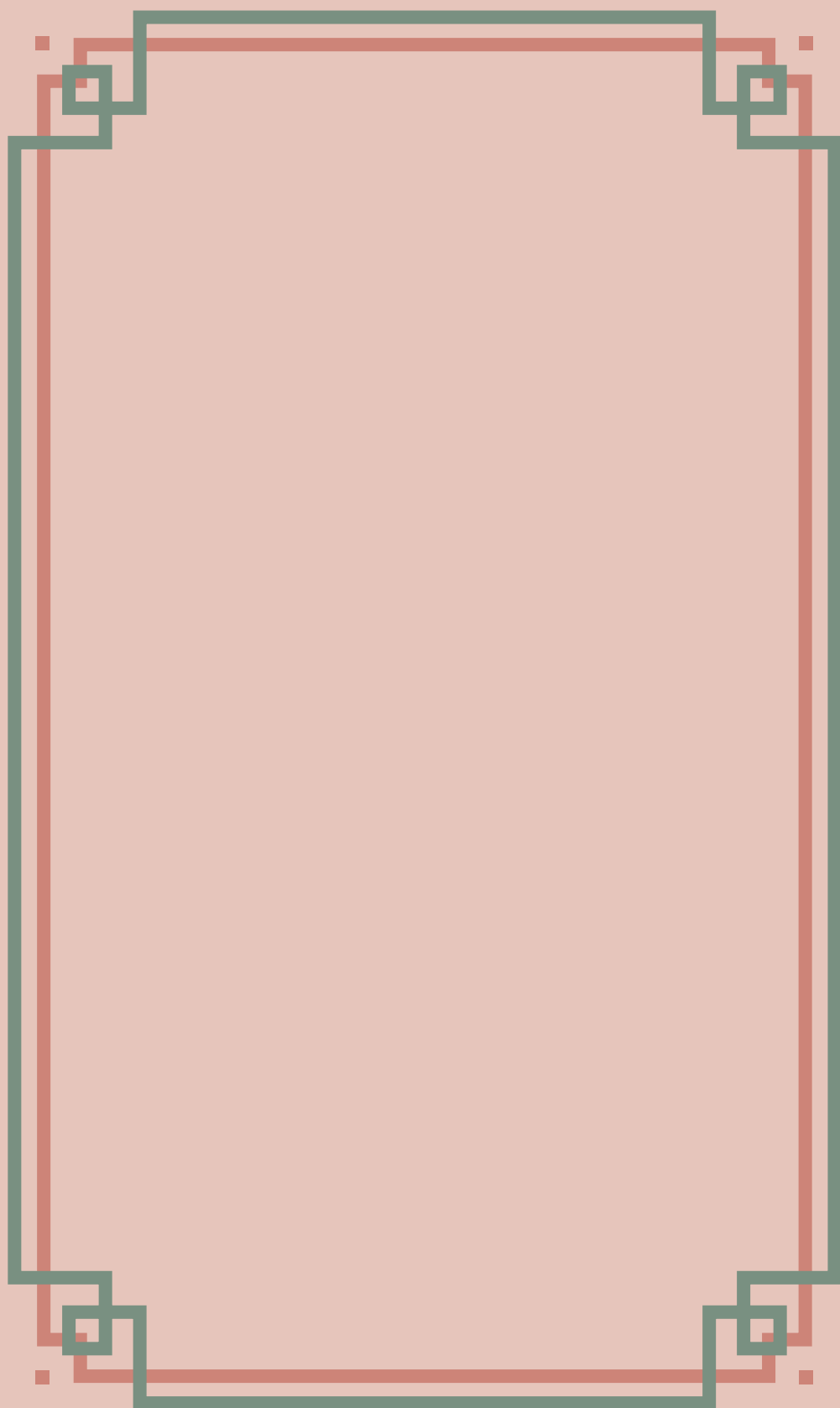
Se temos de considerar as habituais ressalvas sobre a tendência para a auto-ideologização e efabulação dos inquiridos, não é menos verdade que são os indivíduos providos de maiores recursos escolares e retórica quem estará em clara vantagem para produzir o efeito de manipulação e revisão da história de vida. Muito menos conseguirão fazê-lo os chamados “anónimos”

da história. Recuso-me a encontrar, também neste caso, mais uma forma de discriminação negativa para identificar naqueles que são habitualmente penalizados pela escassez de recursos, as maiores habilidades de manipulação. Em alguns anos de convivência com este método, e com este objecto, continuo a debater-me com generalizadas desconfianças sobre a habilidade das testemunhas para rememorem situações em que ascendem à categoria de protagonistas para efabularem a sua própria importância na “grande história”. Não recuso este efeito, provável, de auto-ideologização. Considero apenas que existe uma vigilância ideológica acrescida sobre os “despossessed”, e um “baixar da guarda” sobre a narrativa dos poderosos. E bastariam alguns rudimentos de sociologia para dirimir esta hipótese. Concordo, apesar de tudo, com a declaração de que “Os pobres, quando não se sentem sob pressão, revelam enorme capacidade para racionalizar sobre as consequências da acumulação de capital, da proletarização e da marginalização. Enfatizam e manipulam esses valores enquanto lhes servem determinados interesses materiais e simbólicos enquanto classe.”. Mas não será este recurso apanágio da condição humana?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- » Bertaux, Daniel. 1980. «L'Approche Biographique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n° 69.
- » Casares, Aurélia Martin. 2004. «Domestic Service in Spain – Legislation, Gender and Social Practice», in Antoinette Fauve-Chamoux (ed.), *Domestic Service and the Formation of European Identity – Understanding the Globalization of Domestic Work, 16th–21st Centuries*, Oxford: Peter Lang, 189–211.
- » Comaroff, Jean. 1985. *Body of Power, Spirit of Resistance: The Culture and History of a South African People*. Chicago: University of Chicago Press.
- » Fugier, Anne Martin. 2004. *La Place des Bonnes, La domesticité à Paris em 1900*. Paris : Grand Livre du Mois.
- » Graham, Sandra Lauderham, 1998. *House and Street: The Domestic world of servants and masters in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge University Press.

- » Marshall, Dorothy, 1949. *The English Domestic Servant in History*. Cardiff: The Historical Association. (1ª edição – 1949).
- » McBride, Theresa. 1976. *The Domestic Revolution, The Modernization of Household Service in England and France 1820–1920*, Londres: Croom Helm London.
- » Ossowski, Stanislaw, 1963. *Classe Structure in the Social Consciousness*, Londres: Boston e Henley, Routledge & Kegan Paul.
- » Perkes, Robert e Alistair Thomson (ed.) 1998. *The Oral History Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- » Perrott, Michelle. 1988. *Os excluídos da História: Operários, Mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- » Scott, James C. 1985. *Weapons of the Weak – Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- » Scott, James C., 1990. *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- » Steedman, Carolyn, *Master and Servant: Love and Labour in the English Industrial Age*, Cambridge e Nova Iorque, Cambridge University Press, 2007.
- » Thompson, E.P. 1991. *Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture*. Londres: Merlin Press.
- » Thompson, Paul. 1978. *The voice of the past: oral history*, Oxford: Oxford University Press.



LUGARES DITOS.
O USO DA HISTÓRIA ORAL PARA O ESTUDO
DOS ESPAÇOS CONTEMPORÂNEOS DE
SOCIALIZAÇÃO DO OPERARIADO PORTUENSE
EM MEADOS DE NOVECENTOS.

BRUNO MONTEIRO

Em meados de novecentos, numa fase de franca industrialização da cidade do Porto, as modalidades de ocupação e apropriação do espaço impostas e exequíveis ao operariado portuense necessitaram social e historicamente determinadas formas de atenção tidas por plausíveis, isto é, uma sensibilidade e um entendimento compatíveis com as exigências e implicações quotidianamente vividas, enfim, expressões de um *estilo de vida* socialmente específico do operariado. Ao invés do que defende uma definição imanentista da cidade, existente em numerosas variantes pseudo-científicas do “espírito do lugar”, os locais, “públicos” ou “privados” pouco importa, quando não pressupõem um acesso socialmente condicionado ou selectivo, podem distinguir os seus habitantes quanto a privilégios e penalizações, permissões e proibições, e podem permitir ou tolerar utilizações socialmente diferenciadas e diferenciadoras por parte desses seus ocupantes habituais.

A partir de uma série extensa de entrevistas biográficas, este texto procura, em primeiro lugar, dar conta desta multiplicidade de locais de socialização onde, algures na década de 50, era simultaneamente constituído o modo de ser, pensar e fazer dos operários portuenses, servindo-nos da oralidade para repor um tempo histórico a partir da *memória* que estes operários retiveram e que restituem como *passado recordado*. Depois de reconhecer este estatuto factual da história oral, que o qualifica enquanto material historiográfico pronto a contribuir para a caracterização de um determinado momento do tempo, iremos tratar, ao longo da segunda secção deste texto, a *recordação do passado* como *género discursivo* próprio, o qual, tal

como sugere Mikhail Bakhtin¹, é dotado de regras de enunciação peculiares que, paulatinamente adquiridas e cristalizadas por estes operários ao longo da singularidade de um determinado percurso biográfico, contribuem para determinar as eventuais aplicações que eles façam da oralidade na qualidade de sujeitos da *recordação*, isto é, todas as suas *actualizações* de um discurso sobre o passado. Para isso, é preciso que os testemunhos destes operários sejam tomados menos como *objectos de memória*, registos ou descrições mais ou menos verídicos de um certo passado, do que como *expressão da memória*, espécie de modalidade de *inteligência prosaica* pela qual é elaborada uma certa enunciação do passado;² ou, por outras palavras, interessa-nos tanto *o que é recordado* quanto *o como é recordado*. Embora sejamos aqui obrigados a sugerir apenas esta pista de pesquisa, tem vindo a ser constatada a importância de proceder a um estudo histórico das *estratégias mnemónicas* que são consciente ou inconscientemente mobilizadas durante a produção de testemunhos orais,³ em geral subsumidas sob uma aparentemente inócua constituição da memória.

1. UMA ETNOGRAFIA DA CONTEMPORANEIDADE: O USO DA HISTÓRIA ORAL PARA A RECONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA SOCIAL OPERÁRIA DE MEADOS DOS ANOS CINQUENTA.

Naquela época, sob a designação genérica de “industrialização”, ocorre no Porto uma territorialização original de estratégias sociais mais vastas, referidas às lógicas de planos social, económico e político mais vastos e co-produzidas numa pluralidade de localizações institucionais e geográficas. As peculiaridades desse processo de industrialização são derivadas da história e da fisionomia actual das relações de poder da cidade, que retraduzem em consonância com a sua legalidade interna as tendências do espaço social englobante. Para reconstruir a integralidade das determinações que intervêm na constituição dessa contemporaneidade operária seria necessário capturar

1 · Mikhail Bakhtine, *Esthétique de la Création Verbale*, Paris, Éditions Gallimard, 1984, pp.263–308.

2 · Mikhail Bakhtin, *The Dialogic Imagination: Four Essays*, Austin, University of Texas Press, 1981, p.404.

3 · Jeffrey Ollick e Joyce Robbins, “Social Memory Studies: From ‘Collective Memory’ to the Historical Sociology of Mnemonic Practices”, *Annual Review of Sociology*, 1998, 24, pp.105–140.

as vinculações, ligações e conexões territorialmente distendidas entre locais fisicamente afastados que estão, não obstante, interligadas numa figuração de relações sociais objectivas que actua, imperceptível porém eficazmente, na modulação do presente operário historicamente situado no Porto. Podem salientar-se, como exemplos, as consequências provocadas localmente por políticas sociais, económicas e culturais que são planeadas e dirigidas em organismos centrais do Estado ou, sondando ainda mais remotamente, por alterações nas vastas redes de circulação de mercadorias ou mão-de-obra à escala global que são características de uma economia-mundo capitalista. É do cruzamento e justaposição destes *efeitos sociais à distância* originados sincronicamente numa multiplicidade de locais que surge um modo de ser, estar e fazer propriamente operário. No trabalho de objectivação sociológica de um determinado *presente* – modo em que era conjugada a cidade do Porto pelos seus habitantes na década de 50, como pode sê-lo agora por nós – o contexto de significância não é tanto a “localização no espaço” quanto a “localização no tempo”.⁴

Para o caso do Porto, a possibilidade de realizar uma concatenação situada dos movimentos difusos e dos acontecimentos dispersos trazidos pela “industrialização” na década de 50, pode ser operada por uma etnografia da contemporaneidade que reconstrua teoricamente o *presente imediato* tal como foi vivido pelos operários desta cidade. Sem abdicar das possíveis virtualidades de uma “descrição densa” da presença sobre um determinado local, a ênfase sociológica é, contudo, colocada não tanto sobre um sujeito de estudo essencializado, visto como uma coisa desde sempre idêntica a si mesma, como sobre os processos da sua incessante constituição, evolução e transformação. Nesse trabalho de reconstrução do modo de vida quotidiano do operariado portuense, ao assinalamos a incompletude característica a qualquer fenómeno histórico, a atenção inquiridora é deslocada de um objecto de estudo supostamente isolado e autónomo para o sistema de relações que definem a sua actualidade. As enunciações destes operários procedem, intencional ou intuitivamente, a um levantamento dos locais de sociabilidade que foram

4 · George Marcus, “Ethnography In/Of The World System: The Emergence Of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 1995, 24, p.110.

outrora pertinentes, mesmo incontornáveis, no plano das necessidades e das vontades. Ao mesmo tempo, são mencionados os deslocamentos iterativamente realizados entre todos esses lugares de socialização, que adquirem assim um estatuto de *lugares comuns*, isto é, lugares que são reiteradamente apropriados e extensivamente partilhados nas colocações, permanências e deslocações diárias tanto individuais tanto colectivas, do operariado. Ora, para lá de repor a cartografia espontânea da urbanidade operária de meados do século passado, nestes testemunhos são revividas as actividades e vivências pessoais e grupais neles encastradas, quer dizer, é evocada uma atmosfera de envolvimento pré-reflexivo, procedendo fisiológica, sensorial, cognitiva e pragmaticamente. Foi precisamente para recriar um plano de inquirição que abrangesse os indícios reveladores da cultura fundamentalmente somática e oral do operariado e que percorresse os locais dispersos e as deslocações fugidias e perecíveis na cidade que procuramos, ao longo desta primeira secção do nosso texto, expor o *território de pertença* não só geográfico como igualmente social que traçavam estes operários quotidianamente, território sentimentalmente investido e significativo em termos literalmente existenciais.

UMA ORDEM OPERÁRIA TERRITORIALIZADA. AUTOCTONIA E FECHAMENTO NAS FORMAS DE VALOR OPERÁRIO E AS DIVISÕES INTERIORES DO OPERARIADO.

Nas enunciações destes operários, são prolixas as referências contextualizadas e contextualizadoras do mundo da vida operária do Porto na década de 50. Ao exporem as vinculações e os limites físicos e sociais do quotidiano operário, estes tópicos – em todas acepções da palavra – exprimem a paulatina sedentarização dos comportamentos – e da consciência do operariado. Particularmente, a antiguidade da implantação familiar no espaço urbano contribui para a produção e acumulação de formas de associação operária.⁵ Este enraizamento parece ter possibilitado o surgimento e manutenção de uma rede de interconhecimento familiar e vicinal, pautada por sociabilidades densas e estáveis. Tudo indica tratarem-se de quadros de interacção capazes de suportar a distribuição recíproca de protecção previdencial (“ajuda”, “acudir”), o acesso privilegiado ao ofício (“amigos”, “conhecimentos”, “arranjei emprego por intermédio duma vizinha”), ou a implicação e participação em

ofícios, afazeres, rumores e intrigas clandestinas ou dissimuladas em relação aos comportamentos oficiais e autorizados pelas instâncias económicas e políticas dominantes, tais como o mercado ou os dispositivos estatais de doutrinação e disciplinamento (“candonga”, “trabalhar no escuro”, “falar entre a gente”⁶). Estes operários partilham, portanto, a experiência da fixação e permanência, mais ou menos antiquada e durável, em contextos de habitação, “ilhas”, bairros populares e “ruas”, e em contextos de produção, oficinas, fábricas, que preenchem a intrincada trama urbana do Porto. A coexistência quotidiana territorialmente circunscrita numa constelação de lugares de socialização, visivelmente inscrita na materialidade da paisagem urbana, reforça as demarcações existentes entre “nós” e “eles” ao revelá-las a partir da separação entre “cá” e “lá”, entre “dentro” e “fora”⁷.

As formas de valor (“respeito”, “confiança”, “coragem” e “frontalidade”) que são evocadas por estes operários para evidenciar o funcionamento de uma economia da grandeza (“prestígio”, “conhecido de toda a gente”, “artista”) e para levar a cabo múltiplos exercícios de classificação do mundo social têm a sua eficácia vinculada à constelação de lugares sociais

5 · Sobre a sociabilidade operária, podemos ler: Maurice Agulhon, “Classe Ouvrière et Sociabilité Avant 1848”, Maurice Agulhon *Histoire Vagabonde, Ethnologie et Politique dans la France Contemporaine.*, volume I, Paris, Editions Gallimard, 1990, p.89. A este respeito dos «tempos livres», é preciso depois ler Gareth Stedman Jones, “Class Expression Versus Social Control? A Critique of Recent Trends in the Social History of «Leisure».”, Gareth Stedman Jones, *Languages of Class. Studies in English Working Class History 1832-1982*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp.76-89. Para uma coleção de trabalhos sobre a emergência histórica dos tempos livres, vd. Alain Corbin (coord.), *História dos Tempos Livres.*, Lisboa, Editorial Teorema, 1996.

6 · “Havia uns barulhos, pá... Havia, havia. Umas porradas de vez em quando e tal também... Umas chamavam «tu és esta, tu és aquela». Estás a ver, não estás? Havia mas depois aquilo uns quinze dias depois, um mês... a minha mãe partiu a cabeça a uma vizinha ao lado, foi para o Hospital Santo António... Havia essas coisas mas depois resolvia-se, não era tribunais, não era nada, os tribunais eram só para os inquilinos contra os senhorios, os senhorios contra os... Agora a vizinhança não ia a tribunal, pronto. Valia a pena viver, era uma Arrábida saudável” (José Órfão, n.1939, electricista).

7 · Maurizio Gribaudi, “Forme, Continuità e Rotture Nella Parigi della Prima Metà dell’Ottocento”, *Quaderni Storici*, 2, 2007, pp.393-432.

geograficamente circunscrita do quotidiano operário.⁸ A aquisição, transmissão e conversão da honra social popular, um universo de virtudes colectivamente reconhecidas composto pela “honradez”, “frontalidade”, “fidelidade”, “simplicidade”, “modéstia, ou “vida limpa”, está localmente enraizada no circuito de lugares de socialização pertinentes destes operários como “lealdade colectiva”.⁹ A honra social, signo e sintoma de uma imagem de si positivamente valorizada, e a herança imaterial, património relacional constituído pelo circuito de retribuição de favores e gratidão, são uma mediação crucial na determinação das vantagens relacionadas com o acesso a um posto de trabalho, à ajuda num momento difícil ou ao respeito como “homem” e como “trabalhador”. A “fama” ou a “má fama”, o “bom nome” ou o “nome sujo”, o “traquejo” e “habilidade” ou a falta deles –, eram dimensões da mesma “sociabilidade de ancoragem” que produz, acumula e transmite um “capital social cujo valor tornar-se-ia obsoleto no exterior do ‘mercado franco’” que constitui o espaço social local e que “funciona como uma verdadeira relação social no sentido em que ele concorre para a diferenciação das classes populares residentes”.¹⁰ “Dar a cara” apenas funciona como operação de crédito quando existe crença e confiança no valor dessa caução.

Em virtude da ligação privilegiada a uma memória familiar de ofício e ao espaço social local definem-se as condições de possibilidade de produção e acumulação de uma “herança imaterial”¹¹. Entre as classes populares, este património é feito, no fundamental, de um prestígio e reconhecimento

8 · Pierre Fournier, «Une industrie nouvelle en zone rurale: de la fabrique d'une main-d'œuvre la fabrique de destins sociaux territorialisés?», *Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales*, n° 76, 2005, p.90.

9 · William Sewell, “Collective Violence and Collective Loyalties in France: Why the French Revolution Made a Difference”, *Politics and Society*, 18, 1990, p.548

10 · Jean-Noel Rétiere, «Autour de l'autochtonie. Réflexions sur la notion de capital social populaire», *Politix*, vol. 16, n°63, 20032003, pp.131-132

11 · Giovanni Levi, *La Herencia Immaterial*, Madrid, Editorial Taurus, 1985, p.90.

12 · “Todo nós temos que compreender, o patrão é que manda, nós não podemos andar à balda!, em casa podem haver filhos, quem manda é pai e a mãe, nem que eles sejam barbudos, os filhos, o pai e a mãe é que mandam!, portanto, nós temos que obedecer. Eu ainda hoje obedeço a uma lei, semeio-a: é a lei de Deus!” (António Augusto Ferreira, n.1917, encarregado na empresa Mário Navega).

colectivamente sancionados, de relações de protecção e obrigação personalizadas, e de uma economia da graça e do dom eficiente no contexto comunitário. Embora essa herança fosse passível de ser mobilizada nas táticas improvisadas por estes operários. Trata-se de uma economia paradoxal que não apenas parece operar sem cálculo e sem interesse (“não quero estar a enaltecer-me”, “nunca ganhei nada com isso”, “dividendos nunca tirei”, “não é pelo interesse, pelo contrário perco dinheiro”), como tem precisamente como condições prévias indispensáveis o desinteresse (“nunca fui eu que me fiz a nada”) e o voluntarismo sacrificial (“eu fiz essa opção [de ir para greve]”, “não precisei que ninguém me chamasse”). Nos locais de trabalho, por seu lado, a economia moral e sensual do chão da fábrica reconhecia uma autoridade nascida da virtuosidade manual e corroborava um ascendente ético e estético a partir de índices insítos na carnalidade dos operários. É neste sentido que são frequentes as referências a um orgulho fundado na demonstração de destreza técnica (“o gajo era um artista”, “sabia os segredos lá do serviço dele”), de integridade ética (“eu não estou para aturar estes gajos”, “confiança”, “sou um homem de palavra”), de estatuto oficial (“há sempre um que se destaca, um ou dois, que sabem que, sendo ou não os líderes são... têm algum... têm algum apoio, têm algum ascendente sobre o resto da malta”) ou de valorização e apreciação pelos colegas e superiores hierárquicos (“eu era estimado”). Aqui, assentam a maioria das práticas de afirmação e obstinação (“não me encolhi muito”, “ele viu que já não fazia farinha das pessoas”, “eu não tenho medo”, “coragem”) que, mais do que a revolta aberta e declarada, são usadas para obstar e sabotar as tentativas de controlo patronal consideradas abusivas.

Parece que a relativa autoctonia na produção e reprodução dos “conhecimentos” e “amizades”, “obrigações” e “favores”, “graças” e “gostos”, “estima” e “orgulho” nos contextos de enunciação englobados que são as fábricas, bairros e cafés portuenses, assegura uma autonomia relativa na produção de uma imagem de si valorizada e suspende parcialmente a violência dos efeitos constritores da seclusão cultural, da exclusão política e da exploração económica do operariado. Ao mesmo tempo, todavia, este fechamento social e espacial também acentua a dependência objectiva e subjectiva em relação ao local e contribuí para a perpetuação de uma auto-danação, ao inverter sistematicamente as necessidades em virtudes¹² e transformar os fracassos objectivos

em sucessos subjectivos (“cada um é para o que nasce”, “nasceu com aquilo, está na massa do sangue”). Silenciosamente, os efeitos de lugar transladam-se em carne viva, fazem-se sentir como uma intuição dos limites razoáveis¹³ e demonstram-se em através de posturas de deferência, que podem qualificadas como “ser sabujo” ou “respeitador” consoante a conotação negativa ou positiva emprestada às atitudes de colaboração com o patrão.

Historicamente, apesar da constante exposição aos estigmas negativos das classes dominantes (“era um funcionário mais graduado, o gajo conhecia-me e sabia que eu vinha da margem do rio, tás a ver, que sendo da margem do rio, uma ratoeira, no meio dos ratos, que eu não era boa rês... na óptica dele”) e à seclusão funcional no interior do espaço económico urbano, onde os contextos habitacionais operários constituíam bacias de recrutamento e reprodução do proletariado industrial, o confinamento da eficácia da economia da grandeza operária significava a preservação de uma ordem social territorializada. Apesar desta dupla segregação económica e simbólica, o espaço local operário actuava como domínio de integração, preservação e promoção individual e colectiva, nomeadamente através da garantia de mínimas margens de liberdade e de incentivos aos protagonismos no âmbito da interacção (“fui escolhido pelos meus colegas”, “tu dás bem da caneta, vais ser o secretário da associação”, “havia gajos que confiavam em mim”, “eu era um senhor lá dentro, toda a gente reconhece, é indiscutível”).

Percebe-se que este continente urbano protegia e contia as expressões operárias de um confronto simbolicamente penalizador com o regime cultural e económico dominante. Ora, embora este confinamento espacial e relacional, unindo os contextos habitacional e laboral comuns a um grupo operário internamente diversificado, realize uma convergência nos horizontes de relevância de trabalhadores repartidos entre diferentes fracções do operariado portuense, ele não apaga, no entanto, as linhas de demarcação que tendem a retraduzir em termos aparentemente morais (“reles”–“sério”,

13 · “Eu lá fora não sou da Companhia do Cobre”. No entanto, “quando venho aqui dentro cumpro os meus deveres como trabalhador, como tal nem o senhor engenheiro, nem alguém cá dentro me pode apontar tanto como isto”, pois “sou um bom profissional, que sei que sou, desempenho bem as minhas funções”. (Ernesto Augusto, n.1928, “serralheiro de precisão”).

“bom”-“mau”) os diferentes graus de proletarização que segmentavam o operariado no seu interior. Ao contrário de uma definição substancialista de operariado e da comunidade, que pressupõe e pré-supõe, a homogeneidade e a harmonia de interesses, é preciso estar atento às cesuras objectivas criadas no interior deste grupo social e destes contextos urbanos pela estabilidade e duração do vínculo salarial (“os que não tinham nem queriam ter patrões”), pelas garantias económicas e simbólicas resultantes do desempenho prolongado de uma “arte” e de uma “responsabilidade” hierárquica (que era com frequência transmitida entre gerações), pela maior ou menor distância em relação aos saberes escolares e à literacia (“eu não era burro nenhum”, “fui aprovado com distinção”), enfim, pela maior ou menor longevidade da fixação pessoal e familiar no salariato (“nós não eramos homens de cruzar os braços”, “sempre se trabalhou lá em casa”). Pela rememoração dos locais de produção e reprodução do quotidiano, estes operários tornam imediatamente perceptível a existência de categorias de demarcação e classificação endémicas para separar os colegas de trabalho ou os vizinhos. Há uma anatomia específica nestas configurações de relações de poder englobadas que refracta nos termos da sua lógica interna as divisões e oposições do espaço social englobante da cidade e do país.

Frequentemente reveladas como fronteiras de pureza e poluição (“borraram-se todos”, “não valiam nada como homens”, “não dava confiança”) e por atitudes de evitamento e auto-nobilitamento (“os oficiais tinham a mania”, “sempre fui amigo de toda a gente”), estando, portanto, fortemente carregadas com uma força moral e moralizante, as relações entre as diferentes fracções do operariado. Estes segmentos proletários distinguem-se, no fundamental, pela tonalidade relativa que assumiam no espectro da fragilidade económica e subalternidade cultural predominantes entre o operariado e pela variedade de histórias familiares e pessoais anteriores. Esta formação compósita, separada entre desiguais profundidades históricas de proletarização e dividida em agregações distintas em termos de recursos sociais, económicos e culturais, afasta-se em idêntica medida da concepção populista do “bom povo”, que romantiza uma solidariedade entre supostos iguais e que idealiza a figura do “tripeiro de gema”, e da concepção miserabilista da “populaça”, que imagina uma anomia permanente nos bairros operários e que diaboliza as paixões e as condutas operárias. Ao invés de uma massa

indistinta de indivíduos, as asserções situadas dos operários entrevistados revelam-nos uma pluralidade de condições, provavelmente apenas discrimináveis por um olhar nativo preparado e sensibilizado para distinguir, no interior dos contextos laborais e habitacionais, finas nuances nas qualidades exibidas e nos recursos detidos. A proximidade física parece, precisamente, magnificar as mais ínfimas diferenças. No entanto, tudo desmente as distopias conservadoras acerca de um caos entre as classes laboriosas: um espaço operário territorializado, que possuía certamente uma estrutura objectiva de distribuição de vantagens, estava organizado numa hierarquia de estatutos sociais, era tacitamente regulamentado nas interações, e acomodava regras de sentimento tidas por convenientes e decentes.

A duplicidade em relação ao trabalho ou à comunidade, um trabalho que, realizado num meio hostil e penoso, pode ser motivo de orgulho e auto-valorização (“gostava do que fazia”) ou uma comunidade que pode trazer associadas vivências solidarísticas e ambiências deterioradas material e espiritualmente (“era toda a gente amiga”, “ajudavam-se uns aos outros” e, ao invés, “era uma pobreza”, “invejas”, barulhos”), não reside nem na inabilidade e incongruência dos discursos operários, nem numa alegada “falsa consciência” relativamente às suas condições sociais de dominação. Na realidade, este juízo e sensibilidade híbridos estão fundados numa situação objectivamente contraditória em que o trabalho, por um lado, era modalidade exclusiva de vantagens económicas, indispensáveis para aceder à esfera do consumo (“quem não trabalhava não comia”), e garantia de integridade pessoal (“o meu pai sempre trabalhou, sempre foi um homem de grande respeito”, “ vaidade”), e por outro lado, constituía ocasião de controlo hierárquico e de submissão a duras rotinas produtivas. Além do mais, o assalariamento, apesar das circunstâncias coercivas e precárias em que foi maioritariamente realizado, significou para importantes segmentos de trabalhadores proletarizados uma alternativa vantajosa às drásticas oscilações e discricionariedades do mundo camponês. De acordo com esta orientação sócio-histórica, a percepção e apreciação ambivalentes do trabalho, representações e valorações que oscilam entre o louvor e o lamento, são partícipes desse modo de relacionamento do operariado com o trabalho industrial que surge historicamente condicionado pela trajectória individual e colectiva anterior e pela posição relativa ocupada num sistema contemporâneo de determinações sociais objectivas.

Escapar à mera constatação de uma aparente contradição discursiva, exige, portanto, a realização uma operação de desambiguação que acrescente a um momento propriamente hermenêutico, uma antropologia da experiência histórica do operariado que restabeleça, para cada as esfera de historicidade, as condições de possibilidade e os limites do imaginável das acções e pensamentos operários. Para a história oral, trata-se de conciliar a exegese dos textos obtidos pela transcrição, em que os protocolos de transcrição e interpretação não raras vezes exigem uma versão normalizada e convencional dos enunciados, para dirigir o foco interrogativo para as modalidades de engendramento das práticas. Esta linha de questionamento permite problematizar a espessura de subentendidos, repetições, aparentes contra-sensos, inflexões de sentido, entoações, omissões e silêncios, pormenores que escapam a uma compensação ou interpretação puramente linguística, ao conceptualizá-las enquanto manifestações involuntárias referidas ao próprio processo de sócio-génese da intuição e do raciocínio agindo visceralmente na sua elocução.

2. A RECORDAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA: PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO DAS FÓRMULAS GERATIVAS DA RECORDAÇÃO OPERÁRIA.

«Com vista à prática do pensar por si mesmo ou do filosofar, teremos, portanto, de encarar mais o *método* do nosso uso da razão, do que as próprias proposições a que chegámos através *dele*.»

Immanuel Kant, *Logik*, Enleitung III, 1968, p.26

Quando instados a recordar um passado anterior, meramente pelo esforço de enunciarem descritivamente a aparente realidade dos factos, os operários sugerem uma radicação para as acções e palavras, os episódios e as rotinas, os incidentes e as intenções, tanto para as experiências pessoalmente vividas quanto para aquelas conhecidas de maneira mediata. Enquanto relevam os locais que conectam os momentos da sua existência quotidiana no Porto, torna-se evidente a existência uma constelação de locais geograficamente dispersos que estão socialmente unificados pelo contributo conjunto na definição de um modo de vida aparentado para o operariado. Regularmente ocupados pelo operariado portuense em meados de novecentos,

locais como as ilhas, as fábricas, os caminhos e atalhos, as tascas, as oficinas, as associações, os eléctricos, os bairros, definem associadamente, para cada dado momento histórico, a superfície da contemporaneidade operária. Sobre a cidade unificada em termos administrativos e políticos, surgem traçados o perímetro e a tessitura de uma formação espacial de pertença, caracterizada por uma índole temporal, sensorial, afectiva, ginástica, epistémica e memorial, que é seguramente distinta das vivências urbanas historicamente paralelas que são próprias a indivíduos e grupos com diferentes condições e condicionamentos sociais e económicos.

Esta fragmentação do horizonte espacial da cidade industrial, realizada segundo as linhas de divisão e tensão sócio-económica vigentes nesse momento histórico, confirma essa “não-simultaneidade do simultâneo” que registou Ernst Bloch para os últimos dias da Alemanha weimariana.¹⁴ Para além de tudo o que os separa, os diferentes grupos sociais são, em qualquer sociedade, dissemelhantes quanto aos seus arcos temporais respectivos, ou seja, divergem na intensidade das relações mantidas com o passado, o presente e o futuro real ou imaginado. No imediato, a experiência da industrialização e da urbanização foi refractada segundo as assimetrias sociais e económicas do espaço social do Porto. Nas enunciações memorialísticas operárias destes locais, encontramos não apenas a memória factual, que devolve uma aparentemente espontânea evocação naturalista da paisagem urbana e industrial, mas também uma certa *acentuação da realidade*, essa maneira biograficamente refractada de apresentar o passado conversacionalmente que é permitida pela *competência linguística e social* detida por estes operários.¹⁵ Semelhante a uma perspectiva, isto é, a uma visão do mundo que corresponde a um ponto de vista particular, esta ênfase operária da narrativa consiste numa operação simbólico-ideológica de pôr-em-forma, quer dizer, a uma *objectivação do subjectivo* que exprime e supõe uma subjectivação do objectivo. Nesta segunda secção do nosso texto, limitar-nos-emos a sugerir, e mesmo assim sucintamente, uma utilização da história oral para recuperar sociologicamente os *esquemas de engendramento* das recordações operárias.

14 · Ernst Bloch, *Heritage De Ce Temps*, Paris, Payot, 1978, p.76.

15 · John Gumperz, *Discourse Strategies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, pp.204–210.

Esta memória do mundo industrial está interiorizada nos corpos operários; a memória dos corpos operários exterioriza, pelos discursos e pelos actos, o mundo industrial interiorizado no passado; pela história oral, o passado comum do mundo industrial e dos corpos operários reencontra-se mutuamente, actualiza-se, é apresentado novamente em simultâneo. A memória faz aqui corpo com a biografia – literalmente. Portanto, na oralização do passado vamos encontrar conservados os efeitos da exposição do proletariado portuense a circunstâncias históricas de exploração e dominação, embora transfigurados numa estratégia de representação do passado, que, tal como todos os esquemas de acção e pensamento que definem globalmente um *estilo de classe*, foi decisivamente marcada por essas mesmas condições e condicionamentos opressivos. A lógica prática das enunciações memoria-lísticas posta em acção na situação socialmente extra-ordinária de entrevista trai as suas condições originais de inculcação e impregnação. Estando marcado pelos condicionalismos ecológicos da entrevista e, sobretudo, pelo trabalho de enquadramento e reconhecimento realizado pelas instituições autorizadas, o espaço do dizível é revelador de uma aptidão estatutária e de uma competência discursiva que foram incorporadas ao longo de uma trajectória singular gregariamente partilhada.

Em vez de tratar o discurso dos entrevistados como criação intencional de um sujeito auto-consciente ou como desdobramento repetitivo de um programa – no sentido ideológico e no sentido informático do termo –, procuramos captar, no seu funcionamento contínuo, a gramática gerativa da elocução operária e desvelar as condições históricas necessárias para a aquisição, a apropriação criadora e o uso competente, em termos sociais e estatutários, desse discurso tal como ele existe em estado vivo, personificado por estes operários. Se a história oral não desejar tornar-se uma variante de análise filológica dos textos, tem de ser capaz de reportar as enunciações aos esquemas incorporados de acção e pensamento dos operários e, assim, vinculá-lo quer aos contextos objectivos de existência nos quais eles encontravam as suas condições de possibilidade e plausibilidade, quer aos mecanismos colectivos e institucionais envolvidos na inculcação e legitimação da representação legítima do passado próprio e alheio.

Ainda que não possamos determinar com precisão a representatividade estatística de um percurso profissional ou situação familiar para conjunto

do grupo operário ou para o espaço local das posições sociais, e muitos menos aquela que tinha uma atitude ou opinião no espaço das tomadas de posição possíveis para o operariado nesse momento histórico, é possível procurar aferir a significância expressiva de ambos. Sem ceder a um uso meramente ilustrativo da história oral, todo o trabalho de etnografia histórica pode, dito isto, procurar a coerência interna de conjunto de um sistema de pensamento através dos fragmentos verbais e textuais, tentando encontrar e completar um sentido no todo. Não obstante, abre-se ainda à exploração metódica todo um domínio de interrogações prospectivas acerca das condições concretas de produção social e intelectual do entrevistado e das suas enunciações, a tentativa de precisar a sua perspectiva a partir do conhecimento da sua posição social de outrora e do controlo da distância histórica e social introduzida pela trajectória biográfica entretanto percorrida. Refraseando: estes testemunhos correspondem a um *estilo expressivo* que não só está historicamente condicionado pelo lugar social outrora ocupado nesse passado recordado, como também é afectado pelo declive ascendente ou descendente que descreve entretanto a trajectória individual e colectiva que foi percorrida até ser atingido o lugar social a partir do qual é realizada a recordação.



-FIM-

